



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES - CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO - PPJ**

JONARA MEDEIROS SIQUEIRA

**MEIOS E LINGUAGENS ACESSÍVEIS: Um estudo sobre a
produção jornalística do Programa Café com Pimenta - TV INES**

**JOÃO PESSOA
SETEMBRO/ 2015**

JONARA MEDEIROS SIQUEIRA
MEIOS E LINGUAGENS ACESSÍVEIS: Um estudo sobre a
produção jornalística do Programa Café com Pimenta - TV INES

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joana Belarmino de Souza.

Área de Concentração: Produção Jornalística

JOÃO PESSOA
2015
JONARA MEDEIROS SIQUEIRA

S618m Siqueira, Jonara Medeiros.

Meios e linguagens acessíveis: um estudo sobre a produção jornalística do Programa Café com Pimenta - TV INES / Jonara Medeiros Siqueira.- João Pessoa, 2015.

131f. : il.

Orientadora: Joana Belarmino de Souza
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA

1. Jornalismo - acessibilidade. 2. Transmidialidade.
3. Webjornalismo. 4. Direto humano à comunicação.
5. Pessoas com deficiência.

UFPB/BC

CDU: 070(043)

MEIOS E LINGUAGENS ACESSÍVEIS: Um estudo sobre a produção jornalística do Programa Café com Pimenta - TV INES

Versão final da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de mestre.

BANCA EXAMINADORA

JOANA B SOUSA

Prof.^a Dr.^a Joana Belarmino de Souza (Orientadora) - Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr.^o Juciano de Sousa Lacerda - Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Prof. Dr.^a Carmen Virginia Montenegro Sá Barreto - Universidade Federal da Paraíba

JOÃO PESSOA
SETEMBRO/2015

Dedico

Aos meus pais e irmão;

A minha orientadora Joana Belarmino;

A minha professora da graduação, Ana Veloso;

Aos meus amigos e amigas.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é fruto de inquietações desde a graduação. Foram muitas pesquisas sobre iniciativas de comunicação e acessibilidade no Brasil até chegar à atual experiência da TV INES. É um desafio imenso, um verdadeiro mergulho em profundidade, muitas vezes tentando “transver” os sentidos, como bem nos provoca o poeta Manoel de Barros. Os fios sensíveis que nos movem diariamente carecem de novas perspectivas para serem exploradas com densidade. Assim, sinto que estou mapeando silêncios que estão intrínsecos na comunicação.

Nada seria possível sem o incentivo e a confiança de Joana Belarmino, minha orientadora, uma referência neste campo de estudo e um exemplo de profissional e ser humano. Minha imensa gratidão por seu acolhimento, carinho e paciência durante essa estadia na Paraíba. Sua companhia diária me fez acumular muitos aprendizados. Levarei comigo um presente incalculável: sua amizade.

À minha família (pais, irmão) pela cumplicidade de sempre, por toda compreensão e amor, essa base fundamental para que minhas raízes caminhem. Vocês me cativam para que eu possa me ramificar em outros lugares, compartilhando saberes e vivências.

Agradeço à receptividade e disponibilidade da equipe da TV INES desde o primeiro momento, que possibilitou a partilha e novas oportunidades de trocas e aprendizagens.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB, pelos dois anos de trocas e experiências.

A Deus, aos santos e aos orixás pela proteção diária, força, saúde e plenitude.

“A necessidade de ser ouvido é uma das mais profundas,
se não a mais profunda necessidade humana,
ser ouvido é ser legitimado”. (Eduardo Coutinho)

“O menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas,
traz em si a semente da mesma ilimitação,
pois basta um ato e, às vezes,
uma palavra para mudar todo um conjunto”.
(Hannah Arendt)

“Talvez não exista pior privação, pior carência, que a
dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento,
por acesso a uma existência socialmente reconhecida,
em suma, por humanidade”.
(Pierre Bourdieu)

“Não vemos as coisas como são: vemos as coisas como
somos”. (Anaïs Nin)

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito
a ser iguais quando a diferença os inferioriza,
e o direito a ser diferentes quando
a igualdade os descaracteriza”.
(Boaventura de Souza Santos)

“Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente,
ainda é muito pouco.
Quando se tolera, apenas se concede,
e essa não é uma relação de igualdade,
mas de superioridade de um sobre o outro”.
(José Saramago)

“A melhor forma de governo é a justiça.
A melhor justiça é o direito.
O melhor direito é a igualdade”.
(Antonio Carlos Pucci)

“Grandes oportunidades para ajudar aos outros raramente aparecem,
mas pequenas delas nos cercam todos os dias”.
(Sally Koch)

“A igualdade é a lei da natureza”.
(Nivelle de Ia Chaussée)

“A partir da ética é possível formular os cinco princípios concretos da democracia:
igualdade, liberdade, diversidade, participação e solidariedade.
Existindo simultaneamente”.
Herbert José de Souza (Betinho)

RESUMO

O presente trabalho discute a produção jornalística da TV INES, primeira WebTV acessível do Brasil. Para tanto, aprofunda a investigação nas rotinas produtivas do programa Café com Pimenta, um *talk show* que, por meio de um formato inovador e uma narrativa transmidiática, integra surdos e ouvintes ao explorar diversos suportes e dispositivos audiovisuais. A base teórica recorre às teorias sobre webjornalismo de Ramón Salaverría, João Canavilhas e Douglas Santana e Denis Renó e Jesús Flores. Problematiza a relação entre a elaboração de notícias em meio ao processo de transmidialidade, que Yvana Fechine apresenta, associado ao olhar de Arlindo Machado sobre o telejornalismo. Busca inspiração na crítica da cultura, como preconiza Raymond Williams, e dialoga com as investigações de Martín-Barbero e Mauro Souza, estudiosos da América Latina que discutem a intervenção dos mediadores sociais e sujeitos da comunicação na produção de saberes e sentidos. A cultura surda encontra terreno fértil nas pesquisas de Nídia Limeira de Sá, Alfredo Veiga Neto e Marisa Vorraber Costa e nos fundamentos de linguagem dessa comunidade apontados por Carol Padden e Karen Strobel. Já os conceitos de acessibilidade e de desenho universal têm base nos levantamentos realizados por Silvana Cambrianghi e Ana Cláudia Carletto. Para revelar o objeto, a pesquisa lança mão de uma combinação de métodos, tais como: revisão bibliográfica, análise documental, observação participante das rotinas produtivas da TV INES e entrevistas (individual e em profundidade) com integrantes da produção do programa Café com Pimenta. Com base nas análises, é possível concluir que o programa fomenta a elaboração de conteúdos acessíveis em meio à homogeneização dos produtos comunicacionais elaborados em larga escala pelos grupos de mídia brasileiros. Nesse cenário, o Café com Pimenta, além de despontar como uma produção inovadora, favorece ao exercício de um jornalismo acessível que abre espaços interativos e participativo e possibilita o protagonismo das pessoas com deficiência nessa comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo Acessível; Transmidialidade; Webjornalismo; Direito Humano à Comunicação; Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

This paper presents reflections on the occupied by journalism initiatives that foster accessible content in the field of production of a transformative communication, through the homogenization of communication products produced on a large scale by the media position. For both, will investigate the action of these channels in terms of initiative that enables transformations to build an accessible environment that generates and appropriation of technologies for the production of photographs, videos, texts, audio field as inclusive interactions. Thus, it supports the theories of movement, mediatization and reading Fausto Antonio Neto and Véron, in models of digital journalism Elias Machado and Marcos Palacios contract, social media devices and radical media criticism of John DH Downing, techniques information between innovation and society of Bernard Miege, inclusive journalism Claudia Werneck and accessibility and inclusion of Romeo Kazumi Sasaki. Further deepens the discussion of Martín-Barbero and Mauro Souza on the subject of communication and about the possibilities of intervention of mediators in the field of production and circulation of knowledge and senses; in the ways mentioned by John Downing, to understand the cultures of opposition as members of collective subjects who act in resistance and proposing an "active audience" that elaborates its own "accessible media" in order to broaden the public debate about issues that are invisible interdictions by the mainstream media. Finally, discovers in daily accessibility and journalism, the essence of a dialogical communication (based on the theories of Paulo Freire) and that is contributing decisively transformative for people with disabilities leaving the old position of lack for stimulating place protagonists of their history and of their communication.

Keywords: Human right to communication. people with disabilities. Journalism. Accessibility. Affordable communication. Inclusion. Technology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Adaptado da Universidade Johns Hopkins por M. Blakemore	19
FIGURA 2 - Imagem da gravação do programa "Aula de Libras	25
FIGURA 3 - Imagem da gravação do "Aula de Libras	25
FIGURA 4 - Imagem com dados do Relatório Global UNESCO	61
FIGURA 5 - Imagens ilustrativas do aplicativo da TV INES em formato android e iOS.....	75
FIGURA 6 - Imagem retirada do Portal da ACERP	77
FIGURA 7 - Imagem retirada do Portal da ACERP	77
FIGURA 8 - Imagem da gravação do Café com Pimenta no Centro Cultural Parque das Ruínas	79
FIGURA 9 - Imagem com interpretação em Gestuno com Richard Carter	80
FIGURA 10 - Imagem do fluxo de produção dos programas em duas línguas da TV INES	83
FIGURA 11 - Imagem que apresenta um script do programa Café com Pimenta	86
FIGURA 12 - Entrevista com o deputado federal, Jean Wyllys	87
FIGURA 13 - Nelson Pimenta conversa com João Paulo dos Santos	88
FIGURA 14 - Narrativa da apresentação de Nelson Pimenta	89
FIGURA 15 - Foto de gravação com TP Visual para o apresentador	90
FIGURA 16 - Imagem ilustrativa do programa Café com Pimenta	91
FIGURA 17 - Sequência da vinheta de abertura do programa Café com Pimenta	91
FIGURA 18 - Imagem espacial do programa Café com Pimenta	92
FIGURA 19 - Imagem contextualizando a dinâmica do apresentador	93
FIGURA 20 - Imagem de apresentação do programa do portal da TV	94

FIGURA 21 - Imagem de uma gravação utilizando a Glosinais para gerar o TP Visual	94
FIGURA 22 - Gravação utilizando a Glosinais	95
FIGURA 23 - Imagem da gravação de uma externa do Programa Aula de Libras	96
FIGURA 24 - Imagem dos ambientes de multiplataformas comunicacionais	102
FIGURA 25 - Imagem das gravações em estúdio do Programa Café com Pimenta	103
FIGURA 26 - Imagem das gravações em estúdio do Programa Café com Pimenta	104
FIGURA 27 - Imagem das gravações em estúdio do Programa Café com Pimenta	104
FIGURA 28 - Imagem retirada do portal da TV INES	105
FIGURA 29 - Classificação dos conteúdos televisivos transmídias	107
FIGURA 30 - Ambiente de envio de produções colaborativas	108
FIGURA 31 - Indicativos para elaboração e ações com conteúdos acessíveis	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

AD - AUDIODESCRIÇÃO

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

APP – Aplicativo

CAS - Centros de Atendimento aos Surdos

CBDS - Confederação Brasileira de Desportos de Surdos

CERTIC - Certificado de Tecnologia e Inovação no Brasil

CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação

CPJUS - Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FNDC - Fórum Nacional de Direitos Humanos

FNDC - Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação

Gestuno - Língua Gestual Internacional ou Língua Internacional de Sinais

GJAC - Grupo de Pesquisas em Jornalismo, Mídia, Acessibilidade e Cidadania

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Intervozes - Observatório do Direito Humano à Comunicação

LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos

NBR - canal de televisão do Governo Federal brasileiro

OMS - Organização Mundial da Saúde

PBM - Pesquisa Brasileira de Mídia

PCD - Pessoas com deficiência

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGC - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba

SMS - Mensagem de texto

TA - TECNOLOGIA ASSISTIVA

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TV – Televisão

TV Escola - televisão brasileiro

TV Pública - Rede de televisão pública brasileira

TVD – Televisão Digital

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco

VOD - vídeo on demand (vídeo sob demanda)

VT – Videoteipe

W3C - World Wide Web Consortium

WCAG - Web Content Accessibility Guidelines

WEB – World Wide Web

WEBCAST - Televisão pela Internet

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO À COMUNICAÇÃO	31
1.1 - O Cenário da Mídia Brasileira	31
1.2 - As Pessoas com Deficiência (PDC) e a Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)	40
1.3 - A Construção e Disseminação da Prática Jornalística por meio dos Manuais de Redação	46
1.4 - A Internet como Ambiente para a Construção de Conteúdos Acessíveis	52
1.4.1 A Internet e Pessoas com Deficiência (PDC)	52
1.4.2 O Campo da Legislação, Desenho Universal e Tecnologias Assistivas	53
1.4.3. Experiências Educacionais nas TICs em Serviços em Nuvem e Aplicativos para Internet Móvel	58
CAPÍTULO 2 - OS ESTUDOS CULTURAIS E A CULTURA SURDA	63
2.1 - Os estudos e as transformações na cultura e na comunicação	63
2.2 - A linguagem e cultura surda	66
2.3. - Os surdos como sujeitos coletivos no Brasil	69
CAPÍTULO 3 – A IMERSÃO NA PESQUISA E SUA CARTOGRAFIA	73
3.1 - Percurso de imersão na TV INES	73
3.2 - Campo de distribuição da TV INES	74
3.3 - O programa Café Com Pimenta	79
3.4 - O programa Café Com Pimenta e sua rotina de produção acessível	82
3.5 - Novos campos da esfera técnica, os formatos acessíveis e performance	86
3.6 - TP Visual (teleprompter visual) – com a técnica do Glosinais	95
3.7 - Sobre os recursos de acessibilidade e sua nova roupagem com a língua gestual	97
3.8 - O Café com Pimenta no cenário da multimídia	99
3.9 - Quando a narrativa transmidiática é apropriada pela comunicação acessível	103

CAPÍTULO 4 – DA CARTOGRAFIA DE UM CAMPO À ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO.....	110
4.1 Da cartografia à remediação	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	122
GLOSÁRIO.....	127
APÊNDICE	128
APÊNDICE A	129

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de pesquisas desenvolvidas ao longo de uma trajetória acadêmica que teve início em 2010, com a elaboração do projeto final da graduação em jornalismo, na Universidade Católica de Pernambuco, no Recife, Pernambuco. A monografia, intitulada “Da incomunicação à mobilização social: o olhar cidadão do projeto Fotolibras¹”, analisava o trabalho desenvolvido pelos integrantes do Fotolibras - organização que trabalha a fotografia como ferramenta de mudança social e de mediação comunicacional.

A trajetória tem continuidade em 2012, com a realização da pós-graduação em mediação cultural, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, e a produção de uma pesquisa sobre o coletivo “Corposinalizante²”, do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Dessa vez, o trabalho discutiu a posição ocupada pelos mediadores do grupo no campo da produção de uma comunicação transformadora. A ação dos integrantes do projeto apontava, em sua ação cultural e comunicativa, para uma apropriação radical das tecnologias nas suas intervenções urbanas por meio da produção de vídeos, blogs, textos, realização de exposições e da participação em redes sociais como *Twitter*, *Facebook* e *Flickr*.

Eis que o percurso acadêmico envereda por um novo desafio em 2013: a imersão nos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas em Jornalismo, Mídia, Acessibilidade e Cidadania - GJAC³, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, dedicado em compreender os processos que vinculam a produção jornalística na perspectiva de que a mesma assegure acessibilidade e a cidadania às pessoas com deficiência, mais particularmente às pessoas surdas.

¹ Um projeto de fotografia participativa com surdos na busca pelo fortalecimento da expressão e comunicação na sociedade. Disponível em: <http://fotolibras.com/>. Acesso em: 20/04/2014, às 19h.

² Corposinalizante é um grupo de trabalho que pesquisa e produz arte, a ação é aberta aos jovens surdos e ouvintes que se interessam pela Língua Brasileira de Sinais e considera a dimensão pública da arte com o objetivo de fomentar e inventar diversas formas de comunicação. O projeto teve início em 2008, e desenvolve propostas culturais, documentários, performances e intervenções poéticas que dão visibilidade à identidade surda e à cultura dos jovens. Os encontros semanais ocorrem no Museu de Arte Moderna de São Paulo e o grupo também realiza projetos pontuais em parceria com outras instituições culturais. Disponível em: <<http://corposinalizante.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20/04/2014, às 19h.

³ Criado como atividade do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB, o Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Mídia, Acessibilidade e Cidadania – GJAC, reúne as investigações desenvolvidas pelos docentes ligados aos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Comunicação, Turismo e Artes, às quais, tomam o campo jornalístico, através da análise dos seus produtos, processos e práticas, como lugar privilegiado para pensar sobre acessibilidade e cidadania. Disponível em: <<https://jornalismoecidadaniaufpb.wordpress.com/gjac-grupo-de-pesquisa-em-jornalismo-midia-acessibilidade-e-cidadania-ufpb/>> Acesso em: 20/04/2014, às 22h.

Seguindo esse caminho, a pesquisa em curso pretende contribuir com os estudos científicos no âmbito do jornalismo e da acessibilidade por meio da análise das rotinas produtivas do programa Café com Pimenta, integrante da grade de programação da TV INES⁴, uma WebTV⁵ acessível, que desponta como uma experiência inédita no Brasil (com poucas similares no mundo. A sua programação prioriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras⁶), reconhecida em 2002, que tem léxico e gramática próprios e distintos da Língua Portuguesa. Dessa maneira, a programação da TV INES apresenta todo o conteúdo bilíngue, com legendas e locução em português, em uma grade que pretende integrar surdos⁷ e ouvintes⁸.

A TV INES nasceu em 2013, por meio de uma parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos⁹ (INES) e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), no Rio de Janeiro. A proposta era disponibilizar conteúdo audiovisual acessível ao

⁴ Disponível em: <<http://tvines.com.br/>>. Acesso em 23/04/2014, às 23h.

⁵ WEB TV, ou TV pela Internet, é a transmissão de sinais televisivos pela internet podendo ser sob a forma de Vídeo sob demanda ou *streaming* em tempo real.

⁶ A língua brasileira de sinais (Libras) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei. É derivada tanto de uma língua de sinais autóctone, que é natural da região ou do território em que habita, quanto da língua gestual francesa. Por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. A Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, como comprova o fato de que em Portugal usa-se uma língua de sinais diferente, a língua gestual portuguesa (LGP).

⁷ É a maneira de dirigir-se aos indivíduos que não ouvem nada. Esses indivíduos possuem uma identidade, cultura e língua. No desenvolvimento desse trabalho será aplicado o conceito de sujeito surdo. De acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, podemos entender a surdez como a perda da percepção normal dos sons. Dos diferentes graus de perda dessa percepção surgem diversos tipos de deficiências auditivas. Entendemos que a denominação portadora de necessidades especiais auditivas seja a mais adequada para tratar das pessoas com dificuldades na audição” (AMARAL; SOUZA, 2014, p. 360). [...] deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) De 25 a 40 decibéis – surdez leve;

b) De 41 a 55 dB – surdez moderada;

c) De 56 a 70 dB – surdez acentuada;

d) De 71 a 90 dB – surdez severa;

e) Acima de 91 dB – surdez profunda; e anacusia; [...] (BARREIROS; MENEGASSI, 2014, p. 03).

⁸ Na cultura surda, faz parte do senso comum considerar a pessoa que ouve como ouvinte, em contraste com o surdo, que não ouve (total ou parcialmente). Nessa cultura, o termo ouvinte pode também referir-se à cultura das pessoas que ouvem, normalmente diferenciando-as da cultura dos surdos.

⁹ É o centro nacional de referência na área da surdez no Brasil, órgão do Ministério da Educação, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro das Laranjeiras. Foi a primeira instituição a atuar na área no Brasil, fundada pelo imperador Pedro II em 1856.

público surdo. Sua produção exclusiva é diversificada, com filmes, notícias, desenhos animados, programas de esporte, cultura e tecnologia. Oferece, também, obras de parceiros, que são adaptadas para Libras. Além de educar, a TV INES permite que a comunidade surda possa, de fato, ficar inteirada sobre os acontecimentos da atualidade, ao oferecer acesso à *cultura* e às notícias. Essa ação comunicacional possibilitou que, em 2014, pela primeira vez, a TV INES realizasse a cobertura de uma Copa do Mundo para surdos.

Dentre os destaques da programação, o Programa Café com Pimenta, um *talk show*¹⁰ apresentado pelo professor, pesquisador e ator surdo, Nelson Pimenta, desponta como objeto escolhido para a realização das investigações. “Pensar o *talk show* como gênero televisivo à luz dos Estudos Culturais significa analisá-lo como estratégia de comunicabilidade que serve tanto como modelo de escritura, quanto de horizonte de leitura que se atualizam nos programas específicos” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 302). Sendo assim, no processo comunicacional, o gênero emerge como uma “estratégia de interação” (GOMES, 2007) que integra produção e audiência no mesmo processo.

No âmbito das mídias, que é o que aqui nos interessa, se torna imprescindível compreender a rotina de produção construída nesse campo de produção de um jornalismo que busca a inclusão de todas as pessoas. Sendo assim, podemos reconhecer a produção da TV INES como referência para uma comunicação acessível. Esse modo de fazer apresenta características próprias, especificidades que mesclam o uso de técnicas produtivas convencionais e também podem colaborar com a apropriação de novas técnicas e estratégias comunicacionais. Nesse sentido, é necessário contextualizar o lugar ocupado pelos consumidores/internautas da TV INES e do Café com Pimenta nessa comunicação. Desse modo, a pesquisa levanta dados que revelam a situação dessas pessoas e o universo onde estão imersas, o que, com certeza, interfere na busca por informação.

Quinze por cento da população mundial vive com alguma forma de deficiência. Na América Latina são 79 milhões e, no Brasil, quase 46 milhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010). A região Nordeste, tem a maior taxa de prevalência de pessoas com, pelo menos, uma das deficiências: 26,3%. Essa tendência foi mantida desde o Censo de 2000, quando o índice foi de 16,8%: o máximo entre as regiões brasileiras. A maior incidência da deficiência, entre os estados brasileiros, ocorreu no Rio

¹⁰ *Talk show* é um gênero de programa televisivo ou radiofônico em que uma pessoa ou um grupo de pessoas discute vários tópicos que são sugeridos e moderados por um ou mais apresentadores.

Grande do Norte e na Paraíba, com 27,76% e 27,58%, respectivamente. Esses dados, também levantados pelo IBGE em 2010, estão bem acima da média nacional, que é de 23,9%.

Considerando a população residente no país em 2010, cerca de 23,9% possuía pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza. A visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar ficou a deficiência motora, presente entre 7% da população, seguida da auditiva, com 5,10% e a mental ou intelectual, que atinge 1,40% dos brasileiros.

A conceituação da UNESCO, em sintonia com o que preconiza a Mundial da Saúde (OMS) considera que:

A deficiência é um termo complexo que abrange incapacidade, limitações e restrições para participar de atividades. Incapacidades são problemas de funções corporais ou alterações de estruturas do corpo; limitações são dificuldades para executar certas atividades ou ações; restrições à participação são problemas que envolvem a participação de indivíduos em aspectos da vida. Portanto, a deficiência é um fenômeno complexo, que reflete a interação entre características corporais de uma pessoa e as características da sociedade onde ela vive¹¹.

A Figura abaixo nos leva a visualizar o contexto das deficiências, reconhecidas pela Universidade Johns Hopkins¹² com as categorias amplas e as quatro áreas de informação fornecidas sobre cada um dos tipos:

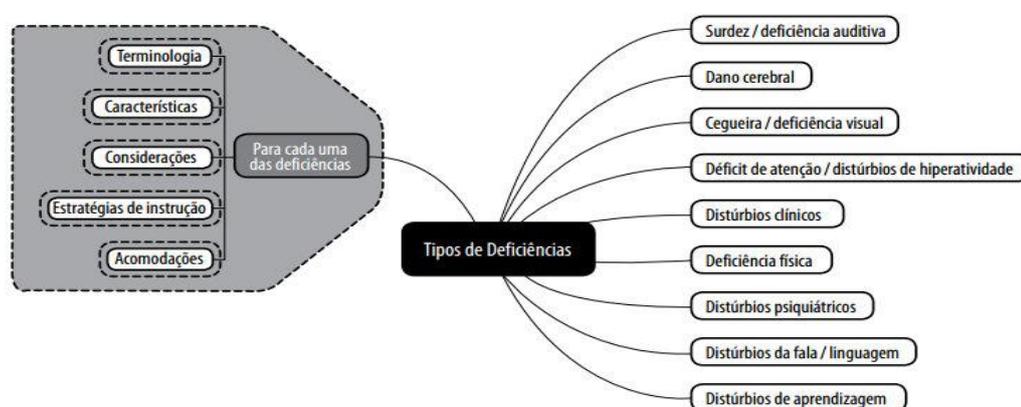


Figura: 1 Fonte: Adaptado da Universidade Johns Hopkins por M. Blakemore.

¹¹ Disponível em: <http://www.who.int/topics/disabilities/en/>. Acesso em: 23/07/2015, às 19h.

¹² Disponível em: http://web.jhu.edu/disabilities/faculty/types_of_disabilities/. Acesso em: 23/07/2015, às 19h.

Pesquisas do Censo IBGE de 2010 revelam que 95% dos milhões de surdos no Brasil vivem em família de ouvintes. Quando estudamos a cultura surda, percebemos a tendência do senso comum em denominar como ouvinte, àquele que ouve, em contraste com o surdo, que não ouve (total ou parcialmente). Por isso, a inclusão faz parte de todo o processo de construção da TV INES, orientado por ações que viabilizam a integração dos surdos com a sociedade. Tendo em vista que a programação educativa é formatada para veiculação em qualquer TV, a organização assume o protagonismo em aplicar a acessibilidade no contexto multimidiático de uma WebTV que trabalha com vídeos, textos, fotografias, redes sociais e elaboração de aplicativos entre as suas táticas de produção jornalística.

Sendo assim, o estudo em curso tem como principal vertente a reflexão sobre a produção jornalística acessível do programa Café com Pimenta. Embora não tenha a pretensão de formatar conceitos ou estabelecer verdades absolutas, a pesquisa busca analisar a dinâmica interativa do projeto para revelar os caminhos que levam à inclusão de pessoas surdas às práticas jornalísticas como uma das possibilidades de exercício do direito humano à comunicação por essa comunidade.

Para tanto, investiga os processos jornalísticos empreendidos pelos profissionais envolvidos com a realização do programa que, assim como as produções televisivas presentes nos veículos comerciais, também partem da pauta, passando pela produção, edição, produto final, distribuição e interações. Contudo, a elaboração do Café com Pimenta demonstra de imediato, alterações no padrão da produção televisiva, justamente por incorporar elementos de “tradução ou interpretação” das notícias em linguagem de sinais para os telespectadores surdos. Essa proposta diferenciada gera uma ampla discussão acerca da cobertura dos temas relacionados ao universo das pessoas com deficiência e o seu tratamento no fluxo televisual de modo que os produtos sejam inclusivos e também propaguem a construção de novas concepções de formatos jornalísticos baseados no desenho universal¹³.

Seguindo essa linha, o estudo pretende contribuir com análises das rotinas produtivas dessa WebTV quando trabalha a linguagem em sentido mais amplo, configurada no âmbito da formatação de uma programação televisiva bilíngue. Nesse cenário, ainda se inserem, pontualmente, outras línguas gestuais do mundo, introduzidas na formatação da

¹³Trata-se de um processo que aumenta a segurança, funcionalidade, saúde e participação social, através do design e a operação de ambientes, produtos e sistemas em resposta à diversidade de pessoas e habilidades.

pauta/programação, com recursos de locução e legendagem (ferramentas que garantem a aplicabilidade dos recursos de acessibilidade, voz e texto). Essas apropriações alteram o modelo padrão da TV e seu discurso de linguagem audiovisual que não dispõe, ainda, de tais dispositivos para o consumo informativo por toda a sociedade.

Na sua tentativa de compreender o objeto, essa pesquisa tem, como um dos métodos operativos, a observação participante, tendo em vista que considera todas as rotinas jornalísticas empreendidas no curso da produção do programa Café com Pimenta. A metodologia parte de uma experiência que enfatiza a acessibilidade em meio às peculiaridades presentes em um campo de investigação complexo. Uma análise que expõe as condições de produção dos formatos audiovisuais contemporâneos no webjornalismo, tendo a aplicabilidade deles associada à acessibilidade e sua adequação às diversas plataformas de modo a atingir às demandas de audiência.

Lança um olhar acurado sobre as etapas de produção do Café com Pimenta e prioriza a investigação dos sentidos, meios e linguagens em processo de acessibilidade, produzidos por articulações entre dispositivos de linguagem audiovisual presentes no jornalismo. São analisadas, especificamente, apropriações possibilitadas pelo desenvolvimento de técnicas de enquadramentos de câmera na cena de apresentação do programa. Nessa observação, os elementos não são visualizados apenas como meros recursos tecnológicos, mas enquanto tecnicidades, nos termos que Martín-Barbero (2003) convoca, ou seja: os enquadramentos são abordados na perspectiva da competência de linguagem, enquanto materialidades que remetem à constituição de gramáticas específicas do telejornalismo.

Sua rotina em expansão será apresentada partindo da observação participante em si, tendo como base a reflexão compartilhada por Cicília Peruzzo:

(1) O pesquisador se insere, participa de todas atividades do grupo pesquisado, ou seja ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador. Exceto em situação extrema, em que o pesquisador, por opção metodológica, decide deixar-se passar por membro do grupo²⁶, acreditando ser a melhor forma de poder captar as reais condições e sentimentos do investigado; (2) O pesquisador é autônomo. O “grupo” ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, do ponto de vista da formulação dos objetivos e demais fases do projeto, nem sobre o tipo de informações registradas e interpretações

dadas ao observado; (3) O observador pode ser “encoberto” ou “revelado”. O que quer dizer que o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado. (PERUZZO, 2003¹⁴)

Para a realização do estudo a pesquisadora esteve durante dois períodos: maio a junho de 2013 e entre 24 e 29 de novembro de 2014, acompanhando o passo a passo da produção jornalística da TV INES, sobretudo as gravações do Café com Pimenta. A vivência com os profissionais que desenvolvem o trabalho permitiu que a observadora pudesse compreender as dinâmicas produtivas, as tomadas de decisão presentes desde a elaboração das pautas à edição final dos conteúdos e acompanhasse reuniões que direcionam o jornalismo acessível realizado pela equipe.

Ainda segundo Cicilia Peruzzo, a pesquisa participante, no campo da comunicação, possui três finalidades:

a) Observar fenômenos importantes, especialmente os ligados a experiências populares de comunicação voltadas para o desenvolvimento social, que eram até então pouco expressivas ou até ausentes no âmbito da pesquisa em universidades no Brasil; b) realizar estudos de recepção de conteúdos de mídia que ultrapassem os padrões então vigentes - como os estudos de audiência e as hipóteses sobre os efeitos implacáveis dela nas pessoas - e pudessem enxergar os mecanismos de apropriação de mensagens ou mesmo de reelaboração de mensagens, partindo dos pressupostos da existência de interferência de outras fontes na formação da representação e passa a assumir os contornos atualmente delineados como *mediações* no processo de recepção; c) que os resultados da pesquisa - ou até mesmo o seu processo de realização - pudessem retornar ao grupo pesquisado e ser aplicados em seu benefício. Por exemplo, a pesquisa poderia se propor contribuir para resolver problemas de comunicação nas comunidades e/ou ajudar na melhoria das condições de existência dos grupos pesquisados (PERUZZO, 2006, p. 131).

Em suma, a observação participante pode ser relacionada ao procedimento do pesquisador de “sair” de sua cultura e vivenciar a cultura do grupo que estuda. O objetivo é enfronhar-se de tal forma na vida dos grupos estudados a ponto de poder assimilar traços da sua cultura. Como é pontuado por Lago e Benetti (2007): “Também objetiva um processo de ser aceito pelo grupo. Funciona, portanto, em duas vias: despir-se de sua própria cultura e perceber a cultura do outro.”

¹⁴ Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf. Acesso em: 23/03/2015, às 15h.

Por calcar-se na observação, o método etnográfico dá especial atenção à utilização do chamado "diário de campo", onde serão anotadas todas as impressões do pesquisador sobre o cotidiano dos pesquisados. Independente do suporte (um caderno, folhas, computador, gravadores), essas anotações são fundamentais para o momento final da produção da etnografia, quando o pesquisador deverá organizar os dados de forma a produzir sua "descrição densa" da cultura estudada (LAGO e BENETTI, 2007, p.48).

A dinâmica do programa *Café com Pimenta*, expressa nesse estudo, apresentou detalhes que, com o mero consumo desse produto, não seriam facilmente compreendidos, uma vez que certas características dessas produções poderiam passar despercebidas mesmo para um olhar jornalístico. E foi justamente essa questão que a pesquisa se propôs a enfrentar, uma vez que construiu elementos capazes de traçar parâmetros comparativos que observaram as rotinas do jornalismo da TV INES, emissora de WebTV que oferta um conteúdo que pode ser consumido tanto por ouvintes quanto por pessoas surdas. Essas análises, com base na observação, também subsidiaram a elaboração de um questionário (Anexo 1), aplicado com seis profissionais que compõe a equipe do programa: mais uma estratégia metodológica voltada ao desvelamento das rotinas jornalísticas que norteiam a produção e a edição de um *talk show* totalmente acessível e exibido via web.

Além da tentativa de interpretar a realidade em torno da produção do programa *Café com Pimenta* por meio da observação participante, o desvelamento do objeto em questão exige a combinação de outras estratégias metodológicas, dentre elas: revisão de literatura acerca dos temas jornalismo, acessibilidade, cidadania, webjornalismo e tecnologia; levantamento de dados estatísticos (socioeconômicos, políticos e educacionais) sobre a população surda; visitas aos sites de organizações brasileiras e internacionais que atuam no setor e os marcos legais legislativos sobre acessibilidade e pessoas com deficiência; revisão de conteúdos de obras de autores que analisam a situação das pessoas com deficiência no Brasil e entrevistas (individual e em profundidade) com seis integrantes da produção do *Café com Pimenta*. Nesse sentido, a pesquisadora também acessou obras literárias, Manuais de Redação, DVDs e relatórios de pesquisa de consumo e análise mídia produzidos entre 2009 e 2015.

Diante da complexa teia que se formou em torno do objeto, é fundamental dimensionar, de modo mais aprofundado, outros procedimentos metodológicos empregados ao longo da pesquisa. Entre maio e agosto de 2013 foi realizado o levantamento bibliográfico que norteou o início dos estudos. Na sequência, o trabalho da TV INES foi criteriosamente mapeado, de modo que, ao longo da primeira viagem ao Rio de Janeiro, entre 29 de maio e 04 de junho de 2014, foi possível coletar mais informações sobre a programação da emissora. A agenda de trabalho de campo foi acertada com Caio Leboutte, na ocasião, Diretor de Negócios e Inovação da ACERP. Ele viabilizou a aproximação da pesquisadora com a gerente da TV INES, Joana Pelegrino, e a gerente de acessibilidade da ACERP, Alexandra Oliveira. As gestoras, além de apresentarem o funcionamento de cada setor da emissora, indicaram a atual diretora dos programas Aula de Libras e Café com Pimenta, Nice Benedictis, como fonte de informações.

Nesse período, a pesquisadora participou de uma gravação externa do programa Aula de Libras, o mais assistido pela comunidade que acessa a TV, e que é apresentado pelo professor e apresentador surdo, Heveraldo Ferreira. Depois de ter contato com a produção, a pesquisadora foi apresentada, pela diretora Nice Benedictis, ao programa Café com Pimenta (que viria a se configurar como o objeto de estudo). A profissional, com extensa bagagem na produção de programas jornalísticos em emissoras comerciais, optou por direcionar sua carreira para a implementação de programas jornalísticos inclusivos.

Eu fui a primeira diretora na emissora. Todos os primeiros formatos de programas foram desenvolvidos através do meu trabalho. Tivemos vários programas pilotos, para ir avaliando as aplicabilidades propostas. Hoje, o Café com Pimenta e o Aula de Libras possuem um ritmo de produção grande e estou focada nestas produções. Os demais programas possuem outros diretores e outras dinâmicas. Por conta da nossa bagagem profissional no jornalismo, conseguimos avançar bastante no formato das produções; elas ganham corpo e seguem criando identidade, dando certo. Isso muito nos gratifica. (Nice Benedictis, diretora de programa, 2015¹⁵)

¹⁵ Em entrevista para a pesquisadora.



Figura 2 - Gravação do programa "Aula de Libras", pesquisa de campo numa externa com toda a equipe. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 3 - Gravação do "Aula de Libras" - pesquisa de campo. Da direita para a esquerda, a diretora do programa, Nice Benedictis, e o apresentador, Heveraldo Ferreira. Fonte: arquivo pessoal.

Dando sequência à busca por informações, a pesquisadora acompanhou o trabalho da gerência de acessibilidade, comandada por Alexandra Oliveira, que revelou as aplicabilidades dos recursos e sua rotina de inserção em todas as produções jornalísticas da TV INES, e coletou dados sobre a programação da emissora, parte técnica e utilização de recursos de acessibilidade com 15 integrantes do Café com Pimenta entre 24 e 29 de novembro de 2014. Os dados levantados subsidiaram a elaboração do questionário que foi aplicado com a diretora do programa Nice Benedictis, o roteirista Enilton Menezes, o apresentador Nelson Pimenta, o produtor Márcio Maia, a intérprete Daniela Abreu e o cinegrafista Magno Ita.

Nesse trabalho, as entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro-guia, que possibilitou o aprofundamento dos temas relativos às rotinas produtivas jornalísticas envolvidas na produção do programa Café com Pimenta com fontes qualificadas: “A seleção dos entrevistados em estudos qualitativos tende a ser não probabilística, ou seja, sua definição depende do julgamento do pesquisador e não do sorteio a partir do universo” (DUARTE, 2005, p. 69).

Os dados da pesquisa foram combinados com informações repassadas pelos demais profissionais da equipe, que responderam um questionário disponibilizado “online”, e com as anotações do diário de campo. Também nesse momento, foi necessária, para a realização de uma análise mais precisa das informações coletadas, mais uma revisão bibliográfica, entre junho e julho de 2015. No capítulo 3, mais adiante, serão abordadas, com maior profundidade, a imersão no ambiente criativo da TV INES e a construção de uma rotina televisual acessível.

Além disso, na busca por embasar teoricamente o estudo de uma prática jornalística acessível se faz necessário ir além da produção audiovisual. É fundamental contextualizar o tecido da cultura surda em meio aos processos produtivos da TV INES, onde o programa Café com Pimenta está inserido. Por se fazer representar por sua língua, a Libras, os surdos são os verdadeiros protagonistas tanto na condução, quanto na apresentação dos programas. Desse modo, é imprescindível considerar essa construção com base em discussões que estudiosos como as pesquisadoras surdas e linguistas Carol Padden (1989) e Karin Strobel (2008). Na área do desenho universal, os trabalhos de Silvana Cambrianghi e Ana Claudia Carletto (2008).

Nos estudos acerca da presença de um sujeito que discute, elabora e analisa criticamente os produtos comunicacionais, são apresentados questões levantadas por Jesus Martín-Barbero (1997) e Paulo Freire (1983), correlacionando-as diretamente com as abordagens sobre a cultura surda e a inserção das pessoas com deficiência nos debates sobre a importância do exercício do direito humano à comunicação no Brasil.

Quando caracteriza a ambiência de acesso informativo e os modelos de jornalismo digital, o presente estudo toma, como referencial, as produções de Elias Machado (2012), Marcos Palacios (2012) e João Canavilhas (2011). Já quando problematiza o futuro das produções televisuais jornalísticas em interface com a *web*, visualiza as perspectivas teóricas levantadas por Arlindo Machado (2011;2012).

Para compreender os modos de produção das notícias revelados pelas teorias do jornalismo, em particular no campo do telejornalismo, busca inspiração em proposições de Ivana Fechine (2013), Humberto Eco (1986) e Mauro Wilton Souza (2002).

Por último, na tentativa em lançar luzes sobre a combinação de linguagens e formatos no webjornalismo em meios acessíveis, interage com as investigações dos pesquisadores Ramón Salaverría (2011), Denis Renó e Jesús Flores (2012) que descortinam as etapas de um processo colaborativo e inovador capaz de ampliar as possibilidades de interação entre os programas jornalísticos e o público.

No primeiro capítulo da dissertação, *As Pessoas com Deficiência e o Direito à Comunicação*, é apresentado o cenário do setor no Brasil onde a concentração de propriedade dos grupos de mídia tem provocado uma série de dificuldades tanto no acesso aos meios, quando à produção de conteúdos por diferentes sujeitos coletivos como os surdos. Sendo assim, serão analisados dados contidos em produções de Dênis de Moraes (2006), assim como nos conteúdos acerca da concentração da mídia no país, contidos em sites do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação¹⁶ (FNDC), do Observatório do Direito Humano à Comunicação do Intervezes¹⁷ e no trabalho da pesquisadora Eula Cabral (2015). Além disso, serão apresentados os dados sobre consumo de mídia, contidos na Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, realizada em 2015.

A panorâmica tem como marco a Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em 2009, em Brasília, espaço importante para a retomada da pauta de acessibilidade no campo midiático no país, também passando pela proposição de uma “Nova Lei de Mídia Democrática” (que vem sendo discutida, pela sociedade, desde 2013).

O capítulo apresenta, um levantamento sobre a disseminação das práticas jornalísticas orientadas pelos manuais de redação que não necessariamente apresentam o recorte da acessibilidade nos seus conteúdos. Esses debates dialogam com os conceitos de acessibilidade e de desenho universal, apresentados, respectivamente pelas pesquisadoras Silvana Cambrianghi e Ana Cláudia Carletto (2008), podem possibilitar, às pessoas com deficiência (sobretudo às pessoas surdas), o acesso à informação e à comunicação, por meio de práticas

¹⁶ Disponível em: <http://www.fndc.org.br/>. Acesso: 20/06/2015, às 18h.

¹⁷ Disponível em: <http://www.intervezes.org.br/direitoacomunicacao/>. Acesso: 20/06/2015, às 19h.

acessíveis na internet; assim como da aplicabilidade de leis e de tecnologia assistivas para a construção de um ambiente inclusivo.

Desse modo, o diálogo pode se estabelecer com base nos pilares do exercício do direito humano à comunicação e à luz das teorias de Paulo Freire (1987) e configura o sentido libertador que o meio e suas linguagens, buscam revelar, assim como, os usos sociais que esses sujeitos políticos fazem dos conteúdos que o jornalismo acessível coloca em evidência.

No segundo capítulo, *Os Estudos Culturais e a Cultura Surda*, são apresentados os estudos culturais e sua interface com a cultura surda no Brasil à luz das pesquisas desenvolvidas por Karen Strobel (2008). Esses aportes teóricos estabelecem links entre os fenômenos que envolvem a ação política dos surdos enquanto sujeitos coletivos. Já Carol Padden (2009) conceitua a comunidade surda e a cultura da pessoa surda imersas no mundo dos ouvintes. O pensamento dessas autoras estabelece contatos com a busca pelo sujeito da comunicação empreendida por Jesus Martín-Barbero e Mauro Souza (1997), e as inter-relações produtivas entre as culturas jornalística e midiática apontadas por Virgínia Sá Barreto (2014).

No terceiro capítulo, *“A Imersão na Pesquisa e sua Cartografia”*, é apresentado o desenho acessível do programa Café com Pimenta. A ambiência é diagnóstica sob os critérios de composição traspostos pela multimidialidade: a compatibilidade, complementariedade, ausência de redundância, hierarquização, ponderação e adaptação, junto aos modos da linguagem com acessibilidade. Numa atmosfera convergente, o webjornalismo busca a conquista de “novas audiências” por meio de estratégias de operação: a interatividade, a hipertextualidade, a atualização contínua, a memória e a personalização, como bem orienta Marcos Palácios (2011).

Aponta, ainda, os traços da rotina vivenciada com acessibilidade, por sua abordagem educativa, que também dialoga com os formatos e linguagens convencionalmente utilizados pela TV aberta e WebTV. E, por fim, contextualiza e situa as apropriações técnicas das produções, formatos e interações, apontando diretrizes que encaminham para possíveis construções acerca do jornalismo acessível. Esse tipo de jornalismo é possibilitado tanto pela abertura de potencialidades de diálogo crítico estimulado pelas produções e realizado em sintonia com o público, quanto pela utilização de rotinas produtivas que lancem mão de narrativas e linguagens a viabilizem a interação entre diversos sujeitos. Muitas vezes, essas linguagens ganham forma e são mediadas pela ação de tecnologias também acessíveis, como reforçam Denis Renó e Jesús Flores (2012), quando teorizam sobre a importância dos

processos de mediação, por Canavilhas e Santana (2011), e transmediação, Ivana Fecine (2013) que permeiam o campo jornalístico.

CAPÍTULO 1: AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO À COMUNICAÇÃO

1.1 O Cenário da Mídia Brasileira

Todas as manhãs, as pessoas que querem saber o que está acontecendo no mundo leem o jornal, escutam rádio, veem televisão ou navegam pela internet para consumir uma produção especial: as notícias. Os próprios meios de comunicação se apresentam como transmissores da realidade social (ALSINA, 2009, p. 09). Alguns fenômenos da mídia são mais antigos do que, em geral, se imagina. As séries atuais de televisão copiam o modelo das novelas radiofônicas, que, por sua vez, se moldam nas histórias em capítulos de revistas do século XIX. Nesse ritmo, constatamos que os formatos se replicam, as práticas são absorvidas e as informações giram em torno dessa engrenagem.

Todavia, mesmo em meio à explosão de processos informacionais em uma sociedade midiaticizada, é possível identificar um panorama de incomunicação. Esse cenário tem sido alimentado, sobretudo nos últimos vinte anos, pela abertura de lacunas e imprecisões na construção da notícia, pelo engessamento do fazer jornalístico e pela conduta ética padronizada nas escolas de jornalismo e empresas do setor. Esses fatores colaboram para que uma grande parcela da população com deficiência sofra interdições no seu direito à comunicação.

A comunicação é percebida, em todo o caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. (...) O que significa que neles [meios de comunicação] não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das majorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 63).

A deficiência, de um modo geral, é vista pelo viés negativo, estigmatizado. Viver com deficiência é ser, na maior parte do tempo, classificado por essa única característica. É sentir que outros aspectos individuais, tais como as emoções, os atributos intelectuais, o gênero, a religião, as competências e demais potencialidades são desvalorizados. E os meios de comunicação, como elementos centrais de socialização e informação nas sociedades contemporâneas, muitas vezes reproduzem estereótipos que tendem a massificar imagens que, nem sempre correspondem a real vivência das pessoas com deficiência. Desse modo, a mídia

exerce particular responsabilidade na formação dos receptores e contribui para cristalizar comportamentos sociais. Essas interpretações da realidade muitas vezes não dialogam com o conceito de “comunicar” apresentado por Dominique Wolton:

Comunicar é *ser*, isto é, buscar sua identidade e sua autonomia. É também *fazer*, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e incerteza de ser compreendido por ele (DOMINIQUE WOLTON, 2006, p. 15).

Por outro lado, é inegável que ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito tanto à representação fiel da realidade das pessoas com deficiência pelos meios de comunicação, tanto quanto à produção de conteúdos com formatos acessíveis, quanto na inserção da deficiência como pauta, reeducando a prática jornalística de modo a absorver a temática. Portanto, é necessário sensibilizar as empresas, órgãos e profissionais do setor para a produção, disponibilização e transmissão dos seus conteúdos em interface com requisitos e funcionalidades técnicas necessárias à acessibilidade por parte das pessoas com deficiência. Mas, como essa tarefa poderá ser realizada se vivemos em um ambiente de concentração midiática no Brasil?

“Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Parágrafo 5º do Artigo 220). O texto da Constituição Federal de 1988 não vem sendo aplicado no país, uma vez que poucos grupos controlam os negócios de mídia brasileiros. A situação é agravada com a constatação de que não existe política nacional de comunicação. O que há é a articulação de políticos com os grupos que dominam os meios de produção de notícias.

Além disso, o sistema público enfrenta sérias dificuldades para se desenvolver, e o setor privado tem a primazia de, mesmo sendo operado por empresas do setor, que obviamente visam ao lucro, receber incentivos do Estado para ampliar seu poderio. Um dos pilares para que a comunicação possa acontecer livre de interesses comerciais ou políticos é o equilíbrio da proporção entre estes sistemas. A origem do problema é histórica, teve início durante o governo militar, como aponta Pedrinho Guareschi:

O esquema do monopólio começa a ser fortalecido pelos militares que tomam o poder em 1964, quando aprofundam a presença do Estado na implantação de um sistema de comunicações. Os militares criam a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, o Ministério das Comunicações (Minicom), em 1967, e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), em 1972. Investem na

Discagem Direta a Distância (DDD) e no sistema de micro-ondas. Toda essa infraestrutura montada pelos generais-presidentes é repassada aos empresários da comunicação (GUARESCHI, 2005, p.37).

De acordo com informações coletadas no portal “Donos da Mídia¹⁸”, há 41 grupos de abrangência nacional no Brasil. O portal revela que 551 veículos são controlados por empresas do país e que 75% a 90% da grade de programação das emissoras locais tem caráter nacional. Sabe-se que o conteúdo que chega a quase todos os municípios é gerado exclusivamente em cidades paulistas ou fluminenses. Das 33 redes nacionais de TV identificadas, 24 estão sediadas no estado de São Paulo e duas no Rio de Janeiro. Compreendemos que o espaço da mídia, que deveria ser plural e diverso, vem sendo controlado por uma parcela ínfima de nossa sociedade.

No Brasil, a televisão aberta e o rádio chegam a mais de 90% das residências. 96,9% dos lares brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão em casa e 83,4% um rádio (Pnad, 2013)¹⁹. TV por assinatura, telefones fixos e celulares e a Internet vêm se tornando realidade para grande parte dos brasileiros. A Pnad 2013 registrou que o acesso à internet em domicílios chegou a 85,6 milhões de brasileiros, ou seja, 49,4% da população. Verificou-se que 45,3% da população se conecta pelos microcomputadores e 4,1% das pessoas por meio de outros dispositivos, como celular, tablet ou a televisão.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira²⁰, 95% dos entrevistados vêem TV (sendo que 73% vêem TV todos os dias), 55% ouvem rádio (sendo que 30% ouvem todos os dias) e 48% acessam a Internet. Cerca de 21% lêem jornal e 13% revistas. Registra-se, ainda, que 26% dos lares brasileiros são atendidos por serviço pago de TV, 23% por antena parabólica e 72% têm acesso à TV aberta. No Brasil, diferente de muitos países, a área de radiodifusão (rádio e televisão) é separada das telecomunicações. Ao observar os meios de comunicação tradicionais, verifica-se um modelo de exploração de emissoras de rádio e TV por grupos privados brasileiros

¹⁸ Disponível em: <www.donosdamidia.com.br/grupos#>. Acesso em: 01 dez.2014.

¹⁹ PNAD 2013. IBGE. Disponível em http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf. Acesso em 22 jun.2015, às 18h.

²⁰ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. SECOM. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratosatuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 23 jun.2015, às 22h.

comandados por políticos, famílias e igrejas; além disso, ausência de regulamentação e regulação dos meios de comunicação.

No entanto, este espaço público é hoje controlado pelos pouquíssimos que têm o poder sobre os meios de comunicação. No Brasil, nove famílias controlam 85% da informação que circula por todos os meios de comunicação, enquanto a imensa maioria dos 180 milhões de habitantes, por impeditivos sociais, políticos, econômicos ou técnicos, não têm garantido o exercício pleno de sua liberdade de expressão e de acesso à informação²¹.

Esse contexto é apontado por movimentos que defendem que a comunicação deve ser democratizada, no país, e que a concentração presente no setor pode ser compreendida como um atentado aos direitos humanos. Dessa forma, organizações como o Coletivo Intervezes, Fórum Nacional de Direitos Humanos (FNDC) e Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), além da campanha “Para Expressar a Liberdade” e a Rede Mulher e Mídia defendem que a comunicação deve ser um direito para todas as pessoas, não ficando apenas nas mãos de um pequeno grupo de empresários e políticos.

Deputados e senadores continuam controlando emissoras, embora a Constituição proíba. Licenças de TVs e rádios educativas são usadas para escapar da obrigatoriedade de licitação e proteger negócios com fins comerciais. (...) O que era para ser concessão se transformou em capitania hereditária (INTERVOZES, 2007, p. 03-04).

Dados do setor corporativo de mídia demonstram que 45% das emissoras de rádio estão sob o controle de políticos; 25% sob o comando de igrejas de matrizes evangélicas; 10% para católicos, e somente 20% nas mãos de produtores independentes. Esse fenômeno pode nos ajudar a compreender as razões de muitas populações se considerarem invisíveis socialmente.

Pensamos que, para ocorrer a vivência da liberdade de expressão, sobretudo pelas pessoas com deficiência, é preciso que tenhamos uma comunicação realmente democrática, e isso não pode ficar restrito ao acesso aos meios independentes ou alternativos, ou, apenas, à utilização de redes sociais na internet. Vai além. Tem relação com as próprias condições que cada sociedade encontra para implementar os direitos humanos, como questiona João Brandt:

A relação dos direitos humanos com a comunicação pode ser pensada a partir de dois vieses. O primeiro é o que enxerga os direitos a partir do mundo da comunicação. Ele inclui entender quais são os direitos

²¹ Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/direitos_humanos_comunicacao.pdf>. Acesso em: 23/12/2014, às 16h.

subentendidos quando falamos de direitos da comunicação e explorar as condições de exercício da prática da comunicação por cada cidadã ou cidadão. O segundo é o que enxerga a comunicação a partir do mundo dos direitos humanos, seu papel na luta, promoção e efetivação desses direitos. São duas dimensões absolutamente interrelacionadas, e aqui destacamos a última, começando por um primeiro questionamento: por que os meios de comunicação deveriam contribuir na promoção dos direitos humanos²²?

O pleno exercício do direito humano à comunicação define que as pessoas devem ter acesso a todos os meios de produção de conteúdo, de modo que o público pode passar de mero receptor a protagonista do processo, como ocorre com a produção acessível da TV INES e o programa Café com Pimenta, que está incluindo pessoas surdas tanto na produção, quanto na discussão das pautas e produções de programas em WebTV. A comunicação, no contexto dessas práticas inclusivas, deve significar compartilhamento, diálogo, diferentemente da extensão.

Comunicação é interação cultural, é diálogo, enquanto a extensão é monólogo, invasão cultural. O discurso extensionista é opressor, enquanto o da comunicação dialógica é libertador. Análogo à educação bancária, extensionista, o projeto hegemônico de comunicação da modernidade, apresenta uma tendência ao exercício de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos. (GOMES, 2007, p.29)

Jesus Martín-Barbero apresenta uma noção muito mais ampla da comunicação:

Comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em duplo sentido: reconheçam seu direito a viver, a pensar diferente e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios. (MARTÍN- BARBERO, 2001, p. 70-71)

²² Disponível em:<http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/direitos_humanos_comunicacao.pdf>. Acesso em: 20/04/2014, às 17h.

É certo que a comunicação dialógica se dá na existência de uma relação entre sujeitos que pensam e problematizam sua própria realidade, o que nos afasta da concepção condutista, que previa um receptor inerte, apenas vítima dos programas dos meios de comunicação. Hoje, percebemos, como chama atenção Dominique Wolton, que o receptor não é esse ser tão previsível, estático.

Impossível falar de vitória da comunicação sem falar daquele a quem ela se dirige: o receptor. Na realidade, o receptor complica tudo, raramente está onde o esperamos, compreendendo em geral, algo diferente do que lhe dizemos ou gostaríamos que compreendesse pelo som, pela imagem ou pelo dado. Ele é a caixa preta (WOLTON, 1999, p.32).

A “caixa preta” se amplifica cada vez mais, quando pensamos, por exemplo, nas pessoas com deficiência como consumidoras de mídia, com suas necessidades, suas demandas, suas exigências por formatos acessíveis. Ao estudar as produções desses autores, percebemos que os receptores, cada vez mais, estão se afastando daquela imagem de vítima de um suposto “complô da mídia”. É o que Marcos Ianoni, no artigo “Sobre o Quarto e Quinto Poderes”, adverte:

Dizer que a mídia veicula ideologia não significa dizer também que só haja dominação e não haja sujeito no processo de comunicação feito por meio dos *mass media*. Não se trata de ter uma visão apocalíptica do jornalismo e da indústria cultural, ou dogmaticamente frankfurtiana, até porque isso seria negar a dialética, o movimento contraditório do real que atravessa inclusive a mídia²³ (IANONI, 2005).

Todavia, constatamos que, no Brasil, essa posição de sujeito fica muito comprometida quando observamos a comunicação sendo utilizada como moeda de troca política, ou mesmo, como um produto vendável em meio a uma sociedade centrada na mídia (LIMA, 2006), onde o que ocorre socialmente aparentemente só adquire conceito de real quando é exposto, mesmo que de forma espetacular, pelos meios de comunicação.

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular, da política e dos políticos (LIMA, 2006, p.55).

²³ Disponível em: <www.intervozes.org.br/artigos/ianoni.pdf>. Acesso em: 17/03/2014, às 18h.

Poderíamos incorporar à lista de Venício Lima a nossa própria temática estudada, do grupo de pessoas com deficiência, que, mesmo não estando citada, nem sempre vem sendo contemplada pela produção midiática, é plenamente integrada no contexto da audiência e do consumo²⁴. Quando não nos deparamos com as barreiras políticas, encontramos as econômicas, uma vez que, no cenário dessas grandes corporações, quem não dispõe de recursos (como as pessoas com deficiência) também não pode se inserir nos processos de produção de conteúdo para a mídia. Contudo, o público é cada vez mais incentivado a aderir como consumidor dos bens simbólicos. “A clientela das indústrias culturais é sem fronteiras; é um supermercado de dimensão mundial onde o controle social se exerce em escala planetária” (GALEANO *in* MORAES, 2006, p. 154).

A concentração dos meios de comunicação no Brasil segue como um dos pontos mais vulneráveis da nossa já frágil democracia. A mídia grande é o principal partido político no Brasil contemporâneo. Enquanto os grupos do setor se organizam para ampliar o domínio hoje exercido, empresas estrangeiras buscam formas de disputar o mercado. Sobrará espaço para sociedade e Estado desenharem uma agenda voltada ao interesse público²⁵?

Mas, de qual comunicação estamos falando? Daquela que busca o diálogo, ou da que trabalha para manter as pessoas em sua ignorância ou obscurantismo, em meio à consolidação de uma indústria de bens simbólicos?

Comunicação significará então colocação em comum da experiência criativa, reconhecimento das diferenças e abertura para o outro. O *comunicador* deixa, portanto, de figurar como intermediário – aquele que se instala na divisão social e, em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma comunicação na qual os *emissores-criadores* continuem sendo uma pequena elite e as maiorias continuem sendo meros receptores e espectadores resignados – para assumir o papel de *mediador*: aquele que torna explícita a relação entre a diferença cultural e desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores. (MARTÍN-BARBERO *in* MORAES, 2003, p. 69)

²⁴ Disponível em: < <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor5/files/2014/07/joanabelarmino.pdf> >. Acesso em: 17/07/2014, às 22h.

²⁵ Revista Adusp, 2008.

A questão permanece: a quantidade de tais meios sob o comando de poucos e a capacidade de circulação de informação através deles podem favorecer o exercício da comunicação?

Nunca tantos homens foram mantidos em incomunicação por um grupo tão pequeno. O número daqueles que têm o direito de escutar e de ver não cessa de crescer, ao passo que se reduz vertiginosamente o número daqueles que têm o privilégio de informar, de exprimir, de criar. A ditadura da palavra única e da imagem única, bem mais devastadora que a do partido único, impõe em todo lugar um mesmo modo de vida e outorga o título de cidadão exemplar àquele que é consumidor dócil, espectador passivo, fabricado em série, em escala planetária, de acordo com um modelo proposto pela televisão comercial americana (GALEANO *in* MORAES, 2006, p. 149-150).

No caso das pessoas com deficiência, é preciso ressaltar que, sem espaço nos meios convencionais, essa troca de ideias e projetos com a sociedade fica restrita, acabando por não propiciar que esse segmento esteja presente no debate público. Não podemos ignorar que o rádio e a televisão ainda representam as únicas formas de acesso à informação para boa parte da população do país.

Um marco atual é a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), n^o 13.146 de 6 de julho de 2015, onde no título II da acessibilidade, capítulo II, que traz as diretrizes do acesso à informação e à comunicação. O artigo Art. 63²⁶ aponta:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1^o Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

No Art. 67:

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 20 de julho de 2015, às 18h.

I - subtítuloção por meio de legenda oculta²⁷;

II - janela com intérprete da Libras²⁸;

III - audiodescrição²⁹.

Assim também o destaque para o Art. 68 que determina, ao poder público, o dever de adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Entretanto, para além do problema de concentração midiática, será importante pensarmos também na formação dos jornalistas. Tendo em vista que o modelo comercial historicamente aplicado é a engrenagem que move quase que por totalidade, os conteúdos de massa e a qualificação de muitos profissionais geralmente é direcionada para a inserção profissional nesses ambientes comerciais de produção de notícias.

²⁷ Closed Caption, conhecido também como Legenda Oculta é uma ferramenta de acessibilidade que tem por objetivo, transcrever falas, identificar sons e personagens. Essa ferramenta é destinada especificamente para sujeitos surdos. Será trabalhado mais a fundo o conceito dessa ferramenta no desenvolvimento do tópico 3.7 do capítulo desse trabalho.

²⁸ Seu formato corresponde a um espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais. Entretanto, nem todos os programas televisivos contam com esse recurso e, quando o disponibilizam, não o fazem em um formato adequado. Para compreender a LIBRAS é necessária a visualização dos gestos das mãos e da expressão facial, mas, normalmente, a veiculação da imagem é feita em pequenas janelas no canto da tela, fugindo do modelo ideal (BRASIL, 1999, p. 16).

²⁹ A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal. Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. Como o próprio nome diz, um conteúdo audiovisual é formado pelo som e pela imagem, que se completam. A audiodescrição vem então preencher uma lacuna para o público deficiente visual. (ELIANA FRANCO – UFBA) Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: 25/11/204, às 14h.

1.2 As Pessoas com Deficiência (PCD) e a Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)

Na tentativa de pautar os debates acerca da garantia do acesso à informação e à comunicação, diante desse cenário de mídia brasileira, aconteceu em 2009, no período de 14 a 17 de dezembro, em Brasília/DF, a I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM). Na ocasião, o movimento de pessoas com deficiência, mesmo com poucos participantes, elencou, como campo de batalha, o eixo sobre a temática de acessibilidade junto aos 15 dos grupos de trabalho desenvolvidos durante o encontro. Nesse sentido, a iniciativa o GT 14, sobre acessibilidade na conferência de comunicação primou pela questão de inclusão e direitos humanos. Dessa forma, a comunidade se fez representar na Conferência que, ao apostar no tema *Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital*, reuniu 1.684 delegados de 27 Estados da federação (40% de representação da sociedade civil, 40% das entidades empresariais e 20% do poder público), com 672 propostas aprovadas.

De acordo com dados do Coletivo Intervozes, um dos maiores impactos da I CONFECOM foi a realização de discussões, nos estados brasileiros, que envolveram cerca de 30 mil pessoas da sociedade civil. Os debates provocados em todos os lugares do país são contabilizados como positivos, uma vez que os eixos que nortearam as etapas municipais (Produção de Conteúdo, Meios de distribuição e Cidadania: Direitos e deveres) propiciaram reflexões sobre os rumos de um novo marco regulatório da comunicação no país, como aponta Venício Lima:

A realização de uma Conferência Nacional de Comunicação, plural e democrática, e a aprovação de uma Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa pelo Congresso Nacional, talvez se constituam na única oportunidade para as organizações da sociedade civil verem o avanço de suas reivindicações históricas para a democratização das comunicações no Brasil. Não só em relação a um marco regulatório que atualize a superada legislação, mas também para se criarem mecanismos que impeçam definitivamente a utilização das concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. (LIMA³⁰ in Revista Edusp, 2008)

Durante o processo nacional, as propostas aprovadas compuseram um mosaico com orientações para nortear, sobretudo, as ações políticas de integrantes da sociedade civil

³⁰ Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6063>. Acesso em: 25/11/ 2014, às 16h.

organizada nos embates em torno de uma mídia plural, diversa e que respeite os direitos humanos. Segundo o Coletivo Intervezes:

Outro marco da Confecom foi ter apontado resoluções que modificam substancialmente o modelo de comunicação hoje adotado no país. As quase 700 propostas aprovadas (cerca de 600 delas por consenso ou com mais de 80% de votos favoráveis) revelam a qualidade dos debates feitos pelo conjunto dos setores e, principalmente, a necessidade urgente de se atualizar o marco regulatório tendo como princípios fundamentais o direito à comunicação, a participação social e o respeito e estímulo à diversidade³¹.

Inseridos nesse processo, junto com as organizações e ativistas que atuam no campo da acessibilidade das pessoas com deficiência do Brasil, organizados em seus coletivos e movimentos sociais, conseguiram a aprovação das seguintes propostas:

1. Implementação de legendas nos materiais audiovisuais por órgãos públicos (incluindo as escolas), contendo intérprete de Libras audiodescritivos;
2. Tradução de espetáculos para a Língua Brasileira de Sinais, (Libras), legenda em tempo real e audiodescrição, para que todos possam participar;
3. Criação de publicidades oficiais inclusivas, não apenas com a existência dos recursos de acessibilidade mínimos – audiodescrição, legenda, braille e intérprete de libras – mas com a presença de pessoas com deficiência em todas elas;
4. Ampliar e fortalecer as Ilhas Digitais de caráter público e educativo em todos os municípios brasileiros, garantindo o uso de tecnologias livres e garantindo acessibilidade para as pessoas com deficiência e de maior idade.

Quando observamos os itens acima, percebemos a necessidade de políticas públicas de comunicação que primem pela inclusão social das pessoas do segmento. Na verdade, os temas aprovados representam, apenas, pontos muito específicos de uma demanda que ultrapassa a adoção de tecnologias livres inclusivas e a exigência de programas que utilizem a figura do intérprete de libras. Elas são importantes para as pessoas com deficiência que historicamente estiveram às margens da sociedade e que, hoje, de modo organizado, se anunciam como

³¹ Disponível em: <<http://www.intervezes.org.br/noticias/conferencia-nacional-de-comunicacao-um-marco-para-a-democracia-no-brasil>> . Acesso em: 20/04/ 2014, às 14h.

emergentes no sentido da cultura, compreendida como “um campo de batalha onde as causas são expostas à luz do dia” (SAID, 1995).

No entanto, a própria presença das pessoas com deficiência, nesse momento da política de comunicação brasileira, já insinua que se fortalecem os movimentos que estão colocando esses sujeitos para expressar suas causas. A participação dessas pessoas com reivindicações e proposições políticas no espaço da mídia é um sinal de que as lutas desse segmento começam a ganhar visibilidade na cena pública e que há líderes sendo forjados em todo o país.

Tendo em vista toda essa articulação, a questão mais importante para as pessoas com deficiência, aprovada na Conferência, foi a implementação imediata do que determina o decreto 5.296, de 2004, que aprova a lei de acessibilidade. Outra muito comemorada pelos participantes foi a que se posiciona contra a “protelação, procrastinação do Ministério das Comunicações em relação à audiodescrição”.

Lima et all (2009), explicam que a audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva, garantido legalmente (Lei Federal nº 10.098/00; Decreto Federal nº 5.296/04; Decreto Legislativo nº 186/2008; Decreto nº 6.949/2009) às pessoas com deficiência e que se aplica aos eventos visuais, imagens estáticas ou dinâmicas, encontradas na forma de figuras, desenhos, pinturas, fotos, dentre outras, apresentadas em suportes como álbuns, catálogos, livros, slides, painéis, vídeos etc.

Segundo o pesquisador Francisco Lima (2011), a audiodescrição não beneficia somente as pessoas com deficiência visual:

Conforme clientes mais diretos do serviço de audiodescrição, são obviamente as pessoas com deficiência visual, uma vez que sem o recurso da tradução visual, essas pessoas não têm acesso ao mundo das imagens, que grandemente compõem o mundo social e físico no seu entorno. Igualmente, a audiodescrição permite que pessoas disléxicas, cuja presença de um distúrbio de aprendizagem compromete a capacidade de leitura, escrita e soletração de mais de 5% da população em todo o mundo (<http://www.dislexia.org.br/abd/dislexia.html>), restitua sua autonomia, pelo simples fato de lançarem mão do recurso sonoro para ouvir aquelas informações cuja leitura lhes poderia causar transtornos e atrasos significativos, prejudicando o entendimento.³²

³² Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDgQFjAEahUKEwioWL_s9crHAhVGIZAKHdpNBho&url=http%3A%2F%2Fwww.rbtv.associadosdainclusao.com.br

Essa questão, por exemplo, foi tão bem articulada dentro dos grupos de trabalho pelos movimentos sociais que representaram o segmento, que sequer precisou ser votada na plenária final, por ter mais de 80% de aprovação nos GTs da I CONFECOM.

No Brasil, a política de promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência começou a ser elaborada em 2000, e a audiodescrição ganhou foco a partir de 2005. As discussões sobre as cotas, cronograma de implantação do recurso, viabilidade econômica, mão-de-obra especializada e usuários da audiodescrição foram articuladas por meio de consultas públicas, portarias ministeriais, pareceres técnicos, reuniões técnicas, audiências públicas e outros tipos de manifestações a favor ou contra a adoção desse recurso na programação televisiva.

Apesar da vitória no quesito da audiodescrição, o avanço não foi tão significativo, uma vez que, na portaria, publicada pelo Governo Federal, em 27 de novembro de 2009, iniciando a abertura de consulta pública sobre o tema, o número de horas com programação acessível era bem superior ao que foi aprovado pela Confecom. Desse modo, para as pessoas com deficiência, a norma é mais importante e abrangente.

No começo, será preciso exibir apenas duas horas semanais e, depois de onze anos, devem chegar a 24 horas semanais de conteúdo audiodescrito. Na primeira versão da norma, em 10 anos, as TVs teriam de ter 100% da programação acessível ao fim do prazo³³.

Os recursos de acessibilidade comunicacional são opcionais aos espectadores e sua transmissão não prejudica o fluxo principal da programação. Desse modo, bastaria a inserção de tais recursos para que espectadores com deficiência ou com dificuldades pudessem receber informações televisivas e usufruir do hábito de assistir televisão de modo mais adequado às necessidades (MACHADO, 2011).

O cenário aponta desafios e oportunidades para as pessoas com deficiência e outros grupos de galgarem espaços de ação e de composição política na sociedade. A vivência, durante os processos da CONFECOM, propiciou muito mais do que a aprovação de propostas que garantam seus direitos a uma mídia democrática e diversa, podendo todas as camadas da

[%2Findex.php%2Fprincipal%2Farticle%2Fdownload%2F184%2F317&ei=6ODfVaisD8aqwgTam5nQAQ&usq=AFQjCNGkoqU_p6Qhh5VjjD663yum18593w&sig2=TRaIQYxX0T_sxgTAA9RaTQ>](#) . Acesso em: 28/09/2015, às 19h.

³³ Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6063>. Acesso em: 25 nov. 2014, às 21h.

população ter espaço. Também se faz necessário valorizar as intervenções que estão abrindo caminhos de reconhecimento junto à sociedade nas comunidades, organizações sociais e periferias. E não é isso o que os meios de comunicação, principalmente o rádio e a televisão, deveriam favorecer?

Mesmo com as conquistas, ainda é preciso que tenhamos consciência de que há muito caminho a ser percorrido quando imaginamos a plena acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios de comunicação. Contudo, mais do que participar, é urgente que esse público ultrapasse o lugar da recepção controlada pelos *media* para ocupar um espaço na produção de conteúdo, de modo que possa atuar como coparticipante no ato da comunicação, que só assim será dialógica e libertadora.

Outro capítulo importante dessa história nos leva a salientar que o Brasil, apesar de ser signatário da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ainda não implementou, efetivamente, suas orientações e determinações. Sendo assim, permanece em condição de inconstitucionalidade, uma vez que não estabeleceu prioridade em viabilizar a acessibilidade na comunicação. A situação é mais grave quando observamos que a emenda 45 da Constituição Federal aponta que os tratados internacionais da área dos direitos humanos, aceitos pelo Senado e pela Câmara Federal podem vigorar, no país, como emendas constitucionais. Esse descumprimento está contrariando o que prevê o Supremo Tribunal Federal.

Pelo que percebemos a simples existência dos tratados, das leis e das convenções não garante a democratização no campo da comunicação no Brasil. Mesmo assim, os espaços de debate, de troca de ideias e as experiências de todos os sujeitos sociais devem ser compreendidos como instantes de conquistas que precisam ser efetivadas no cotidiano. Só assim, as pessoas com deficiência serão mais do que incluídas em uma programação direcionada para elas. É importante considerar que essa população tem suas formas de comunicação, de diálogo, de troca, de compartilhamento. E uma política nacional de comunicação não pode ser pensada sem levar em consideração a riqueza dessa diversidade. Se o Brasil não ousar sair desse lugar de imposição do pensamento e da tomada da palavra por poucos, corre o risco de continuar em incomunicação, como traduz Eduardo Galeano:

Esse mundo sem alma que os meios de comunicação nos apresentam como único possível, os povos são substituídos pelos mercados; os cidadãos, pelos consumidores; as nações pelas empresas; as cidades pelas aglomerações; as relações humanas pelas concorrências comerciais (GALEANO *in* MORAES, 2006, p. 150).

Quando tratamos de comunicação em meio aos processos de exclusão enfrentados por pessoas com deficiência em suas batalhas cotidianas, nos deparamos com outra questão: como poderemos percebê-los como sujeitos, em meio aos processos de homogeneização aos quais estão assujeitados? Trazendo essas reflexões para o campo onde estão os sujeitos da pesquisa, ou seja, as pessoas surdas, e tomando como exemplo o livro “As Imagens do outro sobre a Cultura Surda”, publicado por Karin Strobel, em 2008, percebemos que “quando o surdo não se aceita na cultura surda, ele se percebe como parte da cultura hegemônica, isto é, da cultura da maioria que é ouvinte”. A pesquisadora também aponta exemplos da consolidação de uma comunidade surda como uma estratégia de resistência. Desse modo, seus membros, integrantes de diversas culturas, podem dialogar e construir uma ação coletiva para que todos reivindiquem direitos, utilizando as Libras para expor seus anseios e causas.

Mas, o que ocorre verdadeiramente é que, no encontro do surdo com outro surdo que também usa a língua de sinais se faz brotar novas possibilidades de subjetividades, de compartilhar cultura, de aquisição de conhecimentos, que não são plausíveis por meio da língua oral e da cultura ouvinte (STROBEL, 2008, p. 89).

Mas quem assume o lugar de líder dessa comunidade e atua na mobilização social, no termo apropriado por Bernardo Toro (2002) como “despertar de paixões e convocar de vontades”? Onde estão os sujeitos que reconfiguram as aprendizagens e trabalham os valores dessas culturas de modo dialógico junto com outros surdos, outras pessoas que não são deficientes? Como eles poderão exercer seu direito à comunicação, ter sua presença reconhecida e ultrapassar contexto de exclusão onde vivem?

O direito à comunicação significa também o direito a ter presença e participação. Não somente acesso à informação, mas, muito mais que isso, ter acesso aos meios de produção da informação. Trabalhamos hoje com novos modelos de comunicação que ultrapassam o modelo distributivo e permitem mais participação e interatividade, visto que qualquer pessoa que tenha acesso aos meios torna-se comunicador (a) (SELAIMEN, 2004, p.23).

Não observamos, todavia, uma conversão/adesão meramente instrumental e irrefletida sobre a técnica, que, no caso, por exemplo, as ações de jornalismo e acessibilidade funcionem mais como um método para “acordar” as pessoas para sua própria realidade e para a edificação de novos olhares/visões de mundo, como observa Paulo Freire.

O Sujeito pensante não pode pensar sozinho. Não pode pensar acerca dos objetos sem a co-participação de outro Sujeito. Não existe um 'eu penso', mas sim um 'nós pensamos' o É o 'nós pensamos' que estabelece o 'eu penso' e não o oposto. Esta co-participação dos Sujeitos no ato de conhecer se dá na comunicação. (...) A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Portanto, não é possível compreender o pensamento sem referência à sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. (...) O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. (...) A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1983, p. 66-69).

Adiante (no segundo capítulo), será apontada uma configuração mais descritiva sobre a importância de conceitos que remetem à cultura surda e seu universo de linguagem, explorado no trabalho audiovisual realizado pela TV INES, o que nos leva a pensar que “as atividades de informação e cultura não podem se desenvolver fora dos contextos sociais dos quais fazem parte. Além das condições econômicas, toda criação de ordem simbólica é submetida a condições sociais de produção mais ou menos específicas” (GEORGE, 2005, p. 8).

1.3 A Construção e Disseminação da Prática Jornalística por meio dos Manuais de Redação

Na primeira parte do capítulo, foi apresentada uma abordagem geral sobre o direito humano à comunicação, tensionada pela propriedade dos meios, e, onde se reflete sobre o direito à comunicação para as pessoas com deficiência. Discute-se agora, a questão no âmbito das redações jornalísticas e dos manuais como elementos que aportam conjuntos de princípios disciplinadores da sua prática. Em que medida tal disciplinamento traz uma preocupação com a acessibilidade aos conteúdos comunicativos?

De Gutenberg à imprensa do século XXI existe uma preliminar básica que diferencia a liberdade de expressão e de imprensa que, todavia, muitas vezes, não é lembrada. Nesse contexto, é necessário que se levem em conta também as enormes transformações por que passaram as formas de imprimir e aquilo que é impresso, desde o século XV, passando pela Revolução Industrial do século XIX, pela Revolução Digital do século XX, até os dias atuais.

A construção da notícia no Brasil sempre foi baseada em aportes difundidos historicamente por meio dos manuais de redação, em empresas privadas, grupos corporativos e instituições públicas de comunicação no país. No ensino brasileiro de jornalismo sempre

esteve presente o preconceito contra estes tipos de publicação. O Manual de Laboratório de Jornalismo na Internet, publicado pelos professores Marcos Palácios e Beatriz Ribas, da Universidade Federal da Bahia, em 2007, registra a defesa dos manuais feita por Luiz Beltrão no final dos anos 1960:

O uso dos compêndios – que alguns pedagogos condenam, especialmente no ciclo superior de ensino – justifica-se como ponto de apoio para o desenvolvimento de pensamento reflexivo do aluno, pois sistematiza as informações prestadas em classe, ao mesmo tempo em que reduz o seu esforço de tomar apontamentos (...). (BELTRÃO, 1969, p. 17).

Na época, Luiz Beltrão alertava para a necessidade da produção de obras didáticas relacionadas à realidade local. O pesquisador chamava a atenção para as lacunas existentes nos livros traduzidos, pouco adequados ao estágio do ensino e à prática no país. Contudo, os compêndios são convites para que os estudantes de jornalismo conheçam mais profundamente os temas ali tratados em síntese, devendo conter indicações bibliográficas, citações e dados que levem os estudiosos a leituras complementares.

Temos, como exemplo, uma publicação que fez muitas outras empresas usarem e seguirem a sua linha editorial. Quando a Folha de São Paulo, em 1984, criou o Manual Geral da Redação, para traduzir em normas a sua concepção de jornalismo, iniciou um processo que culminou com a produção de outros manuais por empresas do setor. Nesse período, o país vivia os últimos momentos do regime militar, que perdurou por duas décadas, e o jornal dava início ao seu projeto radical de reestruturação, conhecido como “Projeto Folha”.

Não era a primeira vez que um jornal produzia um manual de jornalismo como suporte a um projeto de reforma no país – o Diário Carioca havia feito o mesmo em 1950. Mais do que um texto técnico, destinado a ensinar os procedimentos jornalísticos que o jornal considerava corretos, o manual da Folha de S. Paulo se consistiu num manifesto político sobre o lugar que caberia ao jornalismo em geral, e à Folha em particular, ocupar na nova democracia brasileira. O seu Manual da Redação apresenta uma teoria sobre o papel que caberia ao jornalismo desempenhar numa sociedade democrática. Em linhas gerais, ele identifica este papel como o de um mediador nas relações entre os cidadãos comuns e as instituições políticas, discutindo os fundamentos e as condições do seu exercício legítimo.

E, assim, temos as três primeiras versões do Manual da Redação editado pelo jornal Folha de S. Paulo: 1984, 1987 e 1992. Mais do que fundamental na estruturação do novo jornalismo brasileiro pós-ditadura, as edições constituem um manifesto no qual o jornal

reivindica ocupar um papel de destaque na nova democracia em formação. A análise se prende, em especial, ao modo como os manuais buscam legitimar esse papel, baseado em um tipo particular de contrato representativo: um vínculo comercial, antes que eleitoral.

O texto não se limitava a impor regras gramaticais e padronizar a linguagem. Dava ao jornalista noções de produção gráfica, definia conceitos e servia como base para discussões diárias na Redação. Esse manual teve uma segunda edição, revista e ampliada, em 1987. Em 1992, a Folha editou o Novo Manual da Redação. Nele, as regras anteriores se flexibilizavam, admitindo nuances, deixando de lado uma padronização considerada intransigente, atualizando verbetes e incorporando novas regras ortográficas e indicativos sobre internet.

Em suma, até a última versão de 2010, já na 14ª Edição, nenhuma edição, até hoje, identificou qualquer abordagem à questão de acessibilidade comunicacional e inclusão na construção do projeto editorial; contendo apenas normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas. A cada edição dos manuais da Folha, a empresa se compromete em atualizar conceitos baseados em convenções de estilo, recomendações de como se escrever um texto claro, acrescentando anexos gramaticais, legislativos, jurídicos, militares, religiosos, médicos, matemáticos, estatísticos, geográficos e econômicos, além de regras e mais regras para estrangeirismos e siglas, mas, em nenhum contexto, identificamos orientações sobre direitos humanos e cidadania.

O Manual de Jornalismo da EBC, lançado em 2013, se estruturou da seguinte maneira: Princípios, Valores, Objetivos e Diretrizes, Práticas Jornalísticas – Referenciais e Procedimentos, Orientações Jornalísticas e Relações Estratégicas, Parâmetros para a Prática Jornalística, Orientações para Temas e Situações Específicas, Ética, Estratégias para a Qualidade e Anexos. Avaliando cada capítulo por seu próprio enunciado, percebe-se que o foco segue muito a formatação dos demais tradicionais manuais, mesmo tendo os princípios de uma mídia pública.

A EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucede no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e regido pelos seus critérios de cobertura. Essas informações têm de ser transmitidas com honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos. Sendo assim, tratou de pautar os direitos humanos com um viés amplo,

percebendo-se a construção de diretrizes éticas e técnicas que orientam o trabalho dos jornalistas dos veículos da Empresa.

Nesse sentido, o texto leva em conta os principais valores da imprensa livre e da comunicação democrática, como a busca pela verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões. Acessibilidade ou qualquer indício no campo da comunicação acessível não foi tratado, assim como alguma leitura sobre inclusão ou encaminhamentos na participação e autonomia para pessoas com baixo letramento, deficiência, mobilidade reduzida e transtornos globais do desenvolvimento, entre outras situações e condições, temporárias ou permanentes.

É preciso ressaltar a ausência desse campo numa publicação como essa, haja vista que foi criada uma Comissão Permanente de Promoção da Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência da EBC, cujo objetivo é trabalhar tanto na acessibilidade no dia-a-dia dentro da empresa, como em uma política de acessibilidade para a programação; e ainda seguindo as diretrizes da Proposta Política de Acessibilidade Aprovada EBC (maio, 2012), por meio do Conselho Curador da EBC, no Parecer Nº 01/2012, da Câmara Temática de Cidadania e Direitos Humanos.

Sendo assim, a ausência de abordagem no Manual de Jornalismo da EBC é lamentável, pois ele poderia ser um canal para educação, sensibilização e colaboração para alterar a rotina que já incorpora novas dinâmicas na produção da notícia, ressaltando as publicações acessíveis, com braile, caracteres grandes, libras (intérpretes), videoguia, audioguia e soluções de linguagem simplificada, métodos que podem tornar acessíveis tanto nos canais, quanto as interações.

Isso reforça a necessidade e a urgência de a mídia assumir sua função educadora em favor de uma sociedade inclusiva. Mídia para a deficiência em sua plenitude, pois é preciso ampliar o conceito para além da deficiência em si, alargar para agregar a incapacidade e funcionalidade. O conceito de incapacidade é mais relevante, muitas vezes, que a deficiência, uma vez tem em conta as efetivas capacidades e incapacidades das pessoas, que podem ser causadas por diversas circunstâncias (doença, incapacidades temporárias, gravidez, obesidade...), e não apenas pela deficiência. Então, torna-se ainda mais importante que os jornalistas, no trabalho que desenvolvem, atuem levando em conta as especificidades deste público, os seus interesses e capacidades. Ao instituir diretrizes, a EBC entende que enfrenta um processo de transformação, lamentavelmente, ainda bem lento, mas ainda falha ao educar e propagar essa relação junto à mídia.

Em suma, avaliar os manuais é perceber que sempre é louvável a difusão das regras, mas é evidente que a meta é atingir o nível técnico, metódico e conceitual. Onde não se encontra direcionamentos ou reflexões sobre o consumo desses conteúdos. O público, em sua totalidade, pluralidade, acessa os conteúdos do modo que sempre foram tradicionalmente aplicados. Dessa maneira, questiona-se, ao longo dos anos, o consumo dos manuais e aplicação das regras na busca por garantia de um conteúdo que seja de interesse a sociedade, em formato que realmente faça a produção e notícia se caracterizar como bem comum.

E os percentuais do Censo que, a cada ano, revelam os números de uma parcela da população que cresce a cada dia: essas pessoas com deficiências estão na pauta? A deficiência é protagonizada no jornalismo? O jornalismo é acessível? Numa era de convergência, quando muito da acessibilidade no mundo evolui por conta dos dispositivos tecnológicos, será que a informação acompanha essa demanda real, virtual?

As perguntas levantadas acima refletem questionamentos que estão diluídos nos processos de avaliação apontados sobre a utilização dos manuais de redação. Nesse intuito, assim como na confirmação do uso desses métodos, também foi ressaltada a preocupação e um maior cuidado com o contexto social, sempre dialogando com os contextos locais, apresentados pelo pesquisador Luiz Beltrão, ainda nos idos anos de 1969.

Os manuais para serem reeditados deveriam ser resultado de uma avaliação e consumo de mídia antes, pela própria empresa de comunicação. Trazendo assim, o viés de avaliação de conteúdo gerado, para tanto ter uma nova edição de manual, com indicativos de formatação com recortes que acrescentem pontos construtivos elaboração da construção da notícia.

Do universo político, da legislação, às iniciativas embrionárias, como a CONFECOM, que sinalizam ramificações que, mesmo pontualmente, avançam para melhorias na qualidade informativa. Não negando, claro, que houveram ações pontuais, e diversas tentativas através de organizações sociais, tais como: ANDI (Mídia e Deficiência³⁴) a provocação em lançar manuais, guias ou quaisquer outros conteúdos na contramão do formato comercial, para apontar possíveis caminhos de se gerar notícia de maneira mais inclusiva e com as devidas facetas da diversidade brasileira.

Cabe ainda ressaltar, que essa avaliação de manuais é apenas um pequeno recorte (de referências que tenho como estudante de comunicação ao longo da minha formação). Dessa maneira, indica algumas publicações de manuais de comunicação tradicionais no Brasil, assim como também traz contextos onde existem total ausência de inclusão, por não trazer e nem apontar o contexto de comunicação acessível, já que se desenvolve algo sobre a temática em seu meio produtivo de conteúdo.

O problema é que, até o momento, esses manuais param nas normas estilísticas. Essas regras de estilo jornalístico se repetem em livros de redação pelo menos há 70 anos. Hoje, no cenário de jornalismo no ciberespaço, o que muda no ciberjornalismo não é o estilo. A verdadeira transformação tem a ver com a estrutura do texto, do discurso, alterada por conta do hipertexto e das interações com o público, o receptor ativo, que é deficiente, que está na rede e questiona os formatos, modelos e conteúdos.

Os limites dos manuais de redação não estão nas dicas de texto, nem na pretensão de colocar cabrestos nos repórteres, para, assim, adaptá-los às características de cada meio. O pecado capital de todo manual de redação é seu caráter doutrinário. O jornalismo é um bem comum à sociedade e tem, na sua abordagem científica, signos e normas voltados para a disseminação da informação com base nos contrapontos críticos. Portanto, é preciso problematizar normas e regras que, apesar de servirem como nortes para a profissão, podem significar limitações impostas para a expansão da prática profissional, sobretudo quando a produção exige a combinação entre técnicas e tecnologias interativas que primem pelo respeito às demandas do público.

³⁴ Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em 20, jun. 2015, às 17h.

1.4 A Internet como Ambiente para a Construção de Conteúdos Acessíveis

Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. (Mary Pat Radabaugh)

1.4.1 A Internet e Pessoas com Deficiência (PCD)

O Brasil desponta, no cenário internacional, como um dos países onde o acesso da população à internet e às redes sociais vem crescendo, principalmente nos últimos cinco anos. Um estudo de Ibope/Nielsen³⁵, de julho de 2014, aponta a existência de 120,3 milhões de pessoas com acesso à internet no país. O número é 18% maior que a estimativa divulgada um ano antes, de 102,3 milhões, no primeiro trimestre de 2013, e 14% maior que a última divulgação, que tinha sido de 105,1 milhões no segundo trimestre de 2013. A pesquisa também revela que o país ocupa a quinta posição no ranking dos países com maior número de internautas. Portanto, podemos falar que estamos às portas de uma revolução intensa no ato de apreender a realidade, o tempo e as ações cotidianas.

No Brasil, o acesso à informação é um direito constitucional: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1998). Entretanto, enquanto algumas pessoas conseguem acessar informações de interesse público, por exemplo, por meio das interfaces de usuários de sistemas computacionais, outras ainda enfrentam inúmeras barreiras para fazê-lo. Diante disso, o debate em torno de temas acessibilidade e inclusão digital têm reunido representantes do governo, da sociedade civil, de instituições de ensino, entre outros sujeitos coletivos.

As pessoas com deficiência compõem uma proporção significativa dos cidadãos globais, “são a minoria mais numerosa do mundo e cerca de 80% deles vivem em países em desenvolvimento”³⁶. Um relatório recente da OMS observou: “Estima-se que 15% da população mundial viva com alguma forma de deficiência. Dessa parcela, entre 2% e 4% enfrentavam dificuldades funcionais significativas. A prevalência é mais alta do que as

³⁵ Retirado de <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2014/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-supera-120-milhoes.html>> . Acesso em: 11 jan. 2015, às 22h.

³⁶ Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/disabilities/index.shtml>. Acesso em 09/06/2015, às 18h.

estimativas precedentes da Organização Mundial da Saúde, as quais datam de 1970 e sugerem aproximadamente 10%”.³⁷

Nesse contexto, é fundamental o entendimento de quem são as pessoas com deficiência (PCD), e em quais condições sociais elas estão inseridas. Segundo o Relatório Global UNESCO (2014) sobre TIC no Acesso à Informação e ao Conhecimentos para as Pessoas com Deficiência:

O número de pessoas com deficiência está aumentando. Há um maior risco de deficiência na velhice e as populações nacionais estão ficando mais velhas a taxas sem precedentes. Há também um aumento global de condições crônicas, como diabetes, doenças cardiovasculares e distúrbios mentais, o que irá influenciar a natureza e prevalência da deficiência. Nos diferentes países, os padrões de deficiência são influenciados por tendências nas condições de saúde, fatores ambientais e outros – como acidentes automobilísticos, desastres naturais, conflitos, dietas e abuso de drogas³⁸.

Em geral, a acessibilidade tem sido reconhecida como uma condição fundamental à inclusão digital e um dos mecanismos para viabilizar a inserção social. Sendo assim, várias medidas têm sido adotadas, pelo Estado brasileiro, para promover esse acesso. O capítulo que trata do acesso à informação e à comunicação, no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, por exemplo, prevê um prazo de 12 meses (a contar da data de sua publicação) para que as informações de portais e *sites Web* da administração pública fiquem plenamente acessíveis às pessoas com deficiência visual (BRASIL, 2004).

Na era da interação mediada pelo computador e do surgimento de novas formas de socialização, com a possibilidade quase imediata do compartilhamento de saberes e conhecimentos por meio das potencialidades abertas por tal navegação, é cada vez maior a compreensão de que as identidades sociais estão sendo forjadas, também, com a participação das pessoas no Ciberespaço.

1.4.2 O Campo da Legislação, Desenho Universal e Tecnologias Assistivas

O estudo, intitulado “Brazil Digital Future in Focus 2014”, que compila tendências sobre uso da Internet no país, e envolve temas como mobile, redes sociais, publicidade e e-commerce, indica que o Brasil ultrapassou a Rússia em 2014, sendo agora a 5ª maior

³⁷ Disponível em: http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/index.html . Acesso em 09/06/2015, às 18h.

³⁸ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002283/228320por.pdf>> . Acesso em 22/07/2015, às 20h.

audiência digital do mundo, com cerca de 68 milhões de visitantes únicos na Internet. É o que revelou um levantamento produzido pela ComScore³⁹, empresa especializada em análise de dados e estatísticas envolvendo Internet.

Segundo Certic (2005), a acessibilidade da Internet é caracterizada pela flexibilidade da informação e da interação relativa ao respectivo suporte de apresentação. Essa flexibilidade deve permitir a utilização da Internet por pessoas com deficiência em diferentes ambientes e situações por meio de vários equipamentos ou navegadores. A ampliação do acesso à Web e a autonomia que o uso do computador proporcionou às pessoas com deficiência na realização de suas tarefas possibilitaram o surgimento de várias iniciativas com vistas à acessibilidade na Internet. A definição de padrões para o design de páginas Web, por exemplo, representa esforços para torná-la acessível aos cidadãos com deficiência ao mesmo tempo em que beneficia outros grupos de usuários em contextos diversificados de acesso.

Diante desse cenário, é fundamental a apreensão do conceito de acessibilidade proposto por Ana Claudia Carletto e Silvia Cambiaghi (2008):

Com a inclusão arraigada na base da formação e informação, podemos dar um passo à frente e não falar mais nesse conceito isolado, que cria mecanismos e ferramentas para trazer ao seio social um grupo de pessoas que estão à margem desse processo. Estamos levantando agora uma outra questão, mais abrangente e, sem dúvida, principal: defender um mundo de acessos universais, sem segregações, um mundo para todos (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2008, p.5).

No campo da acessibilidade comunicacional, no livro *Mídia e Deficiência*, de Romeu Kazumi Sassaki (2003, p.24-25), hierarquiza as estruturas que dimensionam a acessibilidade numa configuração mais ampla:

- Acessibilidade Arquitetônica – não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos.
- Acessibilidade Comunicacional – não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual.

³⁹ Retirado de <http://www.comscore.com/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2014/2014-Brazil-Digital-Future-in-Focus-Webinar>. Acesso em: 11 de jan. 2015, às 23h40.

- Acessibilidade Metodológica – não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos.
- Acessibilidade Instrumental – não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação.
- Acessibilidade Programática – não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos.
- Acessibilidade Atitudinal – não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Desse modo, é perceptível que Romeu Sasaki busca revelar que a acessibilidade tecnológica deve ser compreendida como parte constitutiva de um dado produto midiático ou comunicacional. É preciso incorporar a acessibilidade no processo em si, fazer uma “comunicação acessível” como uma postura que define a própria elaboração de um produto midiático, por exemplo. Essa noção deve nortear desde a elaboração do instrumento, seguindo uma metodologia específica, para garantir, assim, a amplitude do seu alcance de modo a incluir todos os públicos.

A base da acessibilidade se relaciona ao conceito de Desenho Universal, “com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos” (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008). Nesta experiência, procura-se empreender, portanto, a lógica da produção de um conteúdo de caráter interpretativo, que trabalha as dimensões possíveis na plataforma digital para incluir as proposições linguísticas não exploradas convencionalmente.

Surgido na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América (EUA), o conceito de Desenho Universal tem por objetivo desenvolver produtos e ambientes que devem ser usados por todos na máxima extensão possível, sem adaptações ou projetos especializados para pessoas com deficiência, como explicam as autoras Ana Cláudia Carleto e Silvana Cambiaghi:

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos (CARLETTO e CAMBIAGHI, 2008).

Partindo desses conceitos, avaliamos que a difusão da comunicação acessível seria inviável sem a sua interface com as tecnologias assistivas em processo de desenho universal.

A presença das pessoas com deficiência nesse campo revela esse panorama e fortifica o discurso de que as empresas, universidades e demais produções independentes precisam se empoderar e exercitar o uso de tecnologias para gerar conteúdos numa interação positiva entre os receptores e produtores em países como o Brasil. Mais que isso: devem espelhar o que as demandas das diversas manifestações da cultura surda, só para citar um exemplo, exigem com relação à informação.

Assim como a usabilidade, a acessibilidade é um conceito relativo, que depende do entendimento das necessidades dos usuários. Um sistema com boa usabilidade, em linhas gerais, pode não ser acessível a uma parcela do público, e vice-versa (GRAUPP *et al.*, 2003, p. 1280). Enquanto, por exemplo, a acessibilidade diz respeito a alcançar a informação desejada e conseguir interagir com um sistema, a usabilidade diz respeito, entre outras coisas, a quão fácil e agradável é usar e navegar por esse sistema.

Nesse sentido, embora seja indispensável o desenvolvimento de tecnologia que atenda às necessidades de públicos com características específicas (como pessoas com deficiência motora, ou com deficiência visual, ou, ainda, com deficiência auditiva, etc.), torna-se cada vez mais importante que esse desenvolvimento esteja articulado a um amplo entendimento do que é promover a acessibilidade e a usabilidade. Esse entendimento pode ser apoiado pelas ideias do Design Universal (CONNELL *et al.*, 1997).

O W3C⁴⁰, por meio da Iniciativa de Acessibilidade da Web (WAI, *Web Accessibility Initiative*), atua em cinco áreas principais: tecnologias, recomendações, ferramentas, educação e extensão, pesquisa e desenvolvimento, oferecendo uma ampla biblioteca online com recomendações, técnicas, tutoriais e ferramental para construção e avaliação da acessibilidade da Web (W3C, 2005b). Seu documento *Web Content Accessibility Guidelines 1.0* (WCAG 1.0) (W3C, 1999a) tem servido como referência internacional para a promoção da acessibilidade na Web e no estabelecimento de políticas públicas de acessibilidade (Dias, 2003), e novas recomendações estão em elaboração com uma linguagem mais acessível para pessoas que não sejam necessariamente proficientes em tecnologia Web.

Acessibilidade à Internet transcende tornar o conteúdo da Web acessível. Diz respeito também a viabilizar a publicação de conteúdos e a interação com diferentes sistemas de

⁴⁰Termo utilizado pelo W3C (World Wide Web Consortium) para designar softwares que acessam o conteúdo da Web, incluindo navegadores gráficos para desktop, navegadores em texto, navegadores em voz, celulares, tocadores multimídia, plug-ins e algumas tecnologias assistivas (software) utilizadas juntamente com navegadores como os leitores de telas, ampliadores de telas e software de reconhecimento de voz.

informação e comunicação (por exemplo, bancos *online*, sistemas e-gov, portais educacionais, ambientes de EaD, comunidades virtuais, etc.) de maneira indiscriminada. Contribuições em direção à acessibilidade da Internet incluem, além da publicação de conteúdo acessível, o desenvolvimento de agentes de usuários acessíveis (ex. navegadores Web), o desenvolvimento de tecnologias assistivas e o design de ferramentas de autoria acessíveis, que produzam conteúdo para todas as pessoas. Qualquer contribuição nessa direção deve levar em conta a existência de recomendações amplamente discutidas e reconhecidas internacionalmente, como as do W3C (2005b).

Portanto, promover a acessibilidade da Internet envolve a colaboração entre *webdesigners*, provedores de conteúdo, desenvolvedores de agentes de usuários e de tecnologias assistivas, entre outros. Nesse sentido, elencamos, abaixo, relevantes iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade na Internet:

- Acessibilidade Brasil <<http://www.acessobrasil.org.br/>>.
- *Certic – Centro de Engenharia de Reabilitação em Tecnologias de Informação e Comunicação* (Portugal) – <<http://www.acessibilidade.net/>>.
- *RNIB – Royal National Institute of the Blind* (Grã-Bretanha) – <<http://www.rnib.org.uk/>>.
- Serpro – Acessibilidade na Web – <<http://www.serpro.gov.br/acessibilidade/>>.

Vemos, então, que a acessibilidade tem sido associada ao compromisso de melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas e de pessoas com deficiência (BRASIL, 2004; W3C, 1999). Entretanto, ela também está relacionada com a qualidade de vida de todas as pessoas, como coloca Romeu Kazumi Sasaki (2003, p. 24-25).

Para o pesquisador, a denominada acessibilidade tecnológica não constitui um outro tipo de acessibilidade, pois o aspecto tecnológico deve permear os demais, à exceção da acessibilidade atitudinal. Promover a acessibilidade, em seu sentido mais amplo, portanto, é indispensável ao “movimento” contemporâneo de inclusão digital, ao ambiente de convergência, ou seja, aos canais de comunicação e informação. A inclusão digital deve transcender aspectos relativos ao custo dos artefatos de computação, acesso físico indiscriminado a esses recursos e educação para o uso da tecnologia. É necessário avaliar as

construções acessíveis a partir das dinâmicas de interação com o público, estabelecendo conexões humanísticas e sociais.

1.4.3. Experiências Educacionais nas TICs em Serviços em Nuvem e Aplicativos para Internet Móvel

Há grande potencial para o uso de serviços móveis e em nuvem para a educação. Ainda segundo o Relatório Global UNESCO (2014), sobre TIC no Acesso à Informação e ao Conhecimentos para as Pessoas com Deficiência, um dos desafios atuais em países emergentes e em desenvolvimento é o acesso limitado e alto custo da Internet. As redes de comunicação móvel mudam constantemente.

Baseado neste campo de experimentos de TIC no setor educacional, o projeto Alippe.Tv, descrito no estudo regional do Leste Europeu e Ásia Central, foi criado no Quirguistão para levar oportunidades educacionais a estudantes em áreas menos privilegiadas, sem fundos para educação e com infraestrutura precária por meio de uma rede de televisão interativa⁴¹. O estudo sugere que “uma das principais conquistas do projeto Alippe.Tv foi aumentar as oportunidades para que crianças e adultos com deficiência recebam educação enquanto estão em casa ou no hospital. A maioria das PCD não é capaz de fazer o percurso entre o domicílio e o campus e/ou permanecer sentadas em salas de aula”⁴². O canal permite aos instrutores ensinar a programação pela televisão com um canal de retorno disponível por meio de um decodificador especial. O canal de retorno pode proporcionar a interação por meio de vários métodos possíveis, como SMS (mensagem de texto), linha telefônica, rádio, linha para assinantes digitais, por cabo etc. Os alunos também recebem um microfone e um teclado especial.

Trata-se de um exemplo de como a educação à distância pode ser melhorada, mesmo sem banda larga suficiente. O uso de sites e aplicativos de mídia social também deve se tornar uma ferramenta importante na educação. Os sites de mídia social permitem o compartilhamento de conteúdo, colaboração, discussões e a habilidade para publicar opiniões, textos, perguntas e pesquisas facilmente. Eles também são bons ambientes para se ler a respeito dos tópicos mais atuais e promover projetos estudantis. As conexões sociais também

⁴¹Disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/membership/portal/index.asp?Name=45526>. Acesso em: 22/06/2015, às 16h.

⁴² Estudo Regional do Leste Europeu e Ásia Central, p. 82. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002283/228320por.pdf>. Acesso em: 23/07/2015, às 20h.

são uma forma de estimular os estudantes a fazer uso da tecnologia e adquirir habilidades para a vida e a assumir a responsabilidade pelo que se escreve e diz. Entretanto, as escolas precisarão auxiliar os estudantes a navegar até os conteúdos apropriados, encontrar meios de evitar o contato com material inadequado e fornecer orientações para que eles usem as mídias sociais de forma responsável.

Para além da produção de imagens que retratam a realidade cotidiana das culturas onde as pessoas com deficiência estão imersas, pelos meios de comunicação de massa, o importante é perceber que o processo comunicativo, muitas vezes mediado pelas tecnologias e ferramentas disponibilizadas pelas redes, vem propiciando a emergência de novas sensibilidades e conexões. Também com o acesso aos manuais de redação, por exemplo, hoje digitais, disponíveis gratuitamente e na rede, diversas organizações e jornalistas estão compreendendo a importância dessa participação em seu dia a dia. Estão descobrindo as potencialidades reais e imediatas de interação, fenômeno que dialoga com o pensamento de Henry Jenkins (2006):

Ainda estamos aprendendo como exercer esse poder - individual ou coletivamente - e ainda estamos lutando para definir as condições sob as quais nossa participação será permitida. Parte do que precisamos fazer é descobrir como - e por que - grupos com diferentes formações, projetos, pontos de vista e conhecimentos podem se ouvir e trabalhar juntos pelo bem comum. Temos muito o que aprender (JENKINS, 2006, p. 381).

O Ciberespaço pode ser definido como um lócus não apenas técnico, de interconexão na rede mundial de computadores, a internet. Trata-se de um ambiente que possibilita o encontro e o compartilhamento de informações, ideias e conteúdos por meio de vários suportes/ferramentas. Uma das referências nesse campo, a obra do pesquisador Pierre Levy (1999), intitulada “Cibecultura”, compreende o ciberespaço para além da infraestrutura material da comunicação, mas, um conjunto de técnicas que estão sendo desenvolvidas em meio ao desenvolvimento desse novo modo de ser e estar no tempo e no universo.

Para além da virtualidade que, por vezes, emerge como mais real e pulsante do que a base material das relações sociais, o ciberespaço tem possibilitado a interação mediada pela tecnologia, o acesso de diversos segmentos potencialmente excluídos de lugares convencionais do jornalismo, como rádio, televisão e jornais.

Martín-Barbero (2003) discute a interpenetração da comunicação, tanto na cultura, quanto na tecnologia. Notamos que é imprescindível, nesse processo, a aproximação da teoria

com o cotidiano da apropriação dessa comunicação e dessa técnica pelos sujeitos envolvidos, também buscando desvendar o que eles estão fazendo com o que experimentam / aprendem / compartilham, como provoca Muniz Sodré:

A sociedade contemporânea (dita “pós-industrial”) rege-se pela mediatização, quer dizer, pela tendência à virtualização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação (SODRÉ *in* MORAES, 2006, p. 20-21).

Partimos do pressuposto de que, sem o exercício da liberdade de expressão, por conta das barreiras da exclusão social, agravadas com a alta concentração dos meios de produção dos bens simbólicos nas mãos poucos grupos de mídia no Brasil e pelas interdições impostas pela dificuldade de acesso, muitas vezes, às tecnologias e à internet, as pessoas surdas ficam cerceadas de desenvolver suas potencialidades comunicativas. Diante de tal constatação, vejamos as considerações a seguir:

Na internet, argumenta Pierre Lévy, as pessoas subordinam sua expertise individual a objetivos e fins comuns. "Ninguém sabe tudo. Todo o conhecimento reside na humanidade." A inteligência coletiva refere-se a essa capacidade das comunidades virtuais de alcançar a expertise combinada de seus membros. O que não podemos fazer ou saber sozinhos, agora podemos fazer coletivamente. E a organização de espectadores no que Lévy chama de comunidades de conhecimentos permite-lhes exercer maior poder agregado em suas negociações com produtores de mídia (JENKINS, 2006, p. 56).

Mas, vimos que esse contato não ocorre no sentido meramente tecnológico, esvaziado de sentido, como alerta Dominique Wolton, no livro “Pensar a Comunicação”:

Reduzir a comunicação à performance técnica ou negar sua importância humana e democrática é a mesma coisa. O que está no centro da ideologia técnica é fazer da comunicação uma simples técnica. Concretamente, isto significa *identificar* informação e comunicação. Significa acreditar que a informação cria a comunicação. Significa acreditar que a banda larga, por permitir transmitir mais informações, é um fator de comunicação suplementar. No entanto, quanto mais mensagens estiverem em circulação, mais as diferenças sociais entre os emissores e os receptores desempenhará um papel essencial. Quanto maiores forem os canais, mais a questão dos conteúdos é central. Por exemplo, não é por permitirem hoje os *chats* e *blogs* que as possibilidades técnicas significam comunicação. Expressão e interação, por mais necessárias e úteis que sejam, não são sinônimos de comunicação (WOLTON, 2006, p. 84).

Portanto, do antigo lugar inerte de receptores passivos, começamos a vislumbrar novos sujeitos que tentam se alçar ao lugar de comunicadores. Ao romper as interdições, ultrapassam as fronteiras das culturas surdas para se descobrirem sujeitos de uma comunicação, no sentido próximo ao que Jesus Martín-Barbero conceitua. Eles estão descobrindo as potencialidades do termo comunicação em meio a uma comunidade que teve sua cultura paulatinamente ocultada, relegada a segundo plano, ou mesmo desvalorizada nos processos de comunicação que convencionalmente se firmaram no cenário brasileiro. Quer seja acessando novas tecnologias de informação e comunicação, ou atuando como sujeitos na produção da TV INES, os surdos podem descobrir o real sentido da comunicação.

O desafio para o jornalista, portanto, também passa pelo domínio das ferramentas que viabilizem uma maior interação entre sua produção e seu público, ou mesmo, possibilitem a integração das pessoas no campo comunicacional. Sendo assim, ele deve se preocupar com a linguagem, as técnicas e a ética dos procedimentos na hora de obter a informação na web e nas diversas ambiências. O tratamento informativo num espaço como a internet exige uma rapidez absoluta. Os jornalistas não devem ficar presos aos formatos narrativos tradicionais, podem e devem experimentar. Os leitores estão experimentando livremente, criando seus blogs, adotando com naturalidade a interatividade, a multimídia.

ACESSIBILIDADE

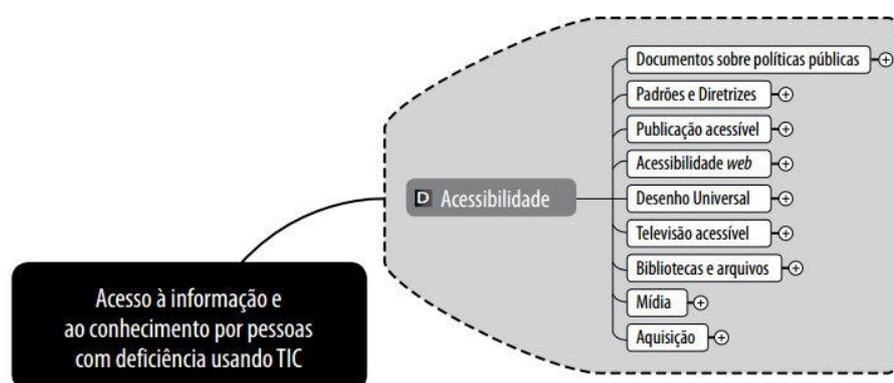


Figura 4. Fonte: Relatório Global UNESCO (2014), sobre TIC no Acesso à Informação e ao Conhecimento para as Pessoas com Deficiência.

Os jornalistas também podem arriscar. A tecnologia não é inimiga, é um aporte positivo. Eles irão descobrir, navegando no ciberespaço, que a acessibilidade possui um forte aliada à sua multiplicação e interações, que é a tecnologia, como concluímos neste capítulo. Do portal acessível, das ramificações que se multiplicam ao hospedar produtos comunicacionais em ambientes com aplicabilidade de recursos que garantem o acesso à informação. Até mesmo ao conteúdo, sua elaboração mais precisa ao projetar o sujeito político em suas esferas culturais, sociais e políticas.

CAPÍTULO 2 – ESTUDOS CULTURAIS E A CULTURA SURDA

“Ser surdo, nascer surdo, põe a pessoa numa situação extraordinária; deixa-a exposta a uma gama de possibilidades linguísticas e, por conseguinte, a uma gama de possibilidades intelectuais e culturais que o resto de nós, como falantes naturais, num mundo de fala, mal podemos começar a imaginar”. (Oliver Sacks)

2.1 Os estudos e as transformações na cultura e na comunicação

É na Inglaterra dos anos de 1950 que emergem estudos que priorizaram a crítica da cultura e as transformações sociais em curso na época, logo sendo difundidos para os Estados Unidos. Um campo de investigações que foi denominado de “moderna convergência”, com pesquisas que articulavam objetos de áreas da comunicação e das artes. Investigações que lançaram novas luzes sobre temas que estavam senso estigmatizados pela sociologia, que não lhes atribuía status de investigação. Objetos periféricos nos estudos tradicionais acerca da cultura e da comunicação. De acordo com Maria Elisa Cevasco, essa nova corrente foi iniciada por um grupo de intelectuais marxistas que atuam na Nova Esquerda.

A New Left foi um movimento (...) que constituiu a base histórica dos estudos culturais (...) que a partir do final dos anos 50 reuniu diversos intelectuais britânicos em torno de novas formas de pensar e fazer política (...) ele congregava “comunistas dissidentes”, com fortes ligações com a política e a cultura das classes trabalhadoras (CEVASCO, 2003, p. 80 – 85).

Dentre esses pesquisadores, temos Raymond Williams, que emerge como um dos desbravadores desse tema de estudos na Inglaterra e estudava a função social da arte em diálogo com as manifestações artísticas e literárias em ebulição entre todas as classes sociais da época, sem distinção. Williams preconizava que o acesso à arte e à literatura precisava ser democratizado e que não era mais possível estudar os fenômenos culturais desvinculados da ação das culturas sobre a sociedade.

(...) nessa altura ficou ainda mais evidente que não podemos entender o processo de transformação em que estamos envolvidos se nos limitarmos a pensar as revoluções democráticas, industrial e cultural como processos separados (...) a intensificação da revolução cultural é uma parte importante

da nossa experiência mais significativa, e está sendo interpretada e contestada de formas bastante complexa no mundo das artes e das ideias⁴³.

Surgem os estudos culturais, com foco na realização de pesquisas que têm como base a multiplicidade de investigações acerca das manifestações culturais, inclusive acerca das culturas ditas excluídas ou marginalizadas. Uma vertente teórica cujos levantamentos, segundo Richard Johnson:

(...) estão preocupados com sociedades inteiras, ou formações sociais mais amplas e como elas se movimentam (...) todas as práticas sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, pelo trabalho que fazem subjetivamente. (Johnson, 1999:25-30)

Já nos anos de 1970 e 1980 os estudos culturais adquirem uma configuração acadêmica nova, quando as investigações de Martín-Barbero, Nestor Garcia Canclini, Guillermo Orozco, Mauro Souza e Renato Ortiz constataam a interface entre a comunicação e cultura na produção de sentidos e saberes das manifestações populares da América Latina. O foco das pesquisas, agora, é a relação entre as culturas de massa e a popular, a recepção dos conteúdos midiáticos e as ações dos diferentes sujeitos coletivos que reivindicam sua posição no mundo público.

É quando, na América Latina, em meio aos processos ditatoriais em declínio, e com a abertura política em vista, as análises começam a valorizar os estudos acerca das transformações culturais em curso.

Na convergência do novo sentido adquirido pelo processo de transnacionalização com a nova concepção do político, emerge na América Latina uma valorização profundamente nova do cultural [...]. Mas algo radicalmente diferente acontece quando o cultural assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos - regionais, religiosos, sexuais, geracionais - e formas de rebeldia e resistência (MARTÍN- BARBERO, 1997, p.283).

As pesquisas são deslocadas dos meios, dos veículos de comunicação para o que Jesus Martín-Barbero classifica como “mediações”, ou seja, os espaços onde a produção de sentidos e o diálogo ocorrem. Assim, os estudos passam a lançar seu olhar para a cultura não apenas como um campo de produção simbólica, mas, como ambiente de relações de poder e para

⁴³ WILLIAMS, Raymond in CEVASCO, Maria Elisa. Dez Lições sobre os Estudos Culturais. Boitempo editorial, 2003. P. 12.

novas conformações identitárias. A aproximação teórica com o cotidiano da organização dessa comunicação pelas diferentes classes é um dos focos das pesquisas. Mauro Souza percebe esse processo:

(...) diferentes tradições de pesquisa se desenvolvem a partir de 1980, envolvendo análises sobre interação entre recepção e comunicação. São novos e instigantes os enfoques e as posturas com que a questão vem sendo tratada, de sorte a deslocar os modos de ver e analisar o receptor em comunicação. Os enfoques que expressam mudanças nas práticas de comunicação e cultura, num contexto social marcado pela tensão e disparidades entre mudanças sociais e tecnológicas, refletem também novas estratégias interdisciplinares em curso, visando não apenas superar limites ou dificuldades de suas áreas-objeto de estudo, mas dar conta de forma mais efetiva da contribuição do conhecimento ante a pluralidade e velocidade das mudanças que caracterizam a sociedade atual (SOUZA, 1995, p. 13).

Com um mundo em mutação e as culturas em intensa relação, os teóricos perceberam que havia novas formas de narrar a realidade e que a recepção não poderia ficar sendo interpretada de modo estanque. Eles passaram a desenvolver outras formas de observar o lugar que os sujeitos coletivos ocupavam nos processos comunicacionais e a desconstruir o que Martín-Barbero compreendia como uma epistemologia condutista,

segundo a qual a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor, enquanto do lado do receptor a única possibilidade seria a de reagir aos estímulos que lhe envia o emissor. Essa concepção epistemológica condutista realmente faz da recepção unicamente um lugar de chegada e nunca um lugar de partida, isto é, também de produção de sentido - o sentido estava abolido pela significação apenas transmitida ou pelos estímulos que ela comportava (MARTÍN-BARBERO *in* SOUZA, 2002, p.41).

Seguindo essa linha, as pesquisas desmistificaram a posição de vítima atribuída aos receptores dos produtos da indústria de bens simbólicos. Eles são percebidos como seres com possibilidades de interpretar a realidade, de analisar o que os meios veiculam e criticar as correntes que só conseguiam compreender os públicos como reféns desses processos antes tidos como alienantes.

De fato, a relação de predomínio do emissor sobre o receptor é a ideia que primeiro desponta, sugerindo uma relação básica de poder, em que a associação entre passividade e receptor é evidente. Como se houvesse uma relação sempre direta, linear, unívoca e necessária de um polo, o emissor, sobre outro, o receptor (SOUZA, 2002, p. 14).

Segundo Jesus Martín-Barbero, o processo de recepção não é único e linear. Ocorre de forma diferenciada de pessoa para pessoa, uma vez que cada ser carrega sua bagagem cultural

e esta interfere nos processos comunicacionais. Portanto, não podemos falar, para o pesquisador, de uma recepção simplesmente passiva, não atravessada por conflitos.

Entre emissores dominantes e receptores dominados, nenhuma sedução, nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 279).

Qual será o receptor que tais autores tentam decifrar, compreender? Aquele que reflete sobre sua realidade e a relaciona com o mundo em geral para, com base nessas problematizações, tomar posição e sair do lugar de vítima? Mauro Souza nos ajuda a refletir sobre as pesquisas realizadas no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 em busca desse receptor, uma fase que ele considera marcada pelas rupturas, mediações e negociações.

(...) O receptor se confunde ora com o consumidor social ora com o desbravador de si mesmo: é um consumidor que não se resume a depositário sedento do irrefletido de desejos, nem uma busca desesperada de si; é um receptor que entre o presente e o futuro luta para não ter o real como pesadelo, um sonho mais difícil de ser enfrentado que o próprio sonho; é como se o real não coubesse mais ao homem, nem mesmo a esperança (SOUZA, 2002, p. 23).

2. 2. Os surdos como sujeitos coletivos no Brasil

Uma das questões mais centrais nos Estudos Culturais é a relação de poder presente na sociedade, responsável pela permanência de determinados segmentos ou grupos culturais às margens da cultura considerada válida, ou pertencente aos grupos detentores dos meios de produção econômico ou que assumem os espaços hegemônicos de poder. Dessa maneira, os Estudos Culturais tratam de lançar luzes sobre a auto-organização de camadas da sociedade que rompem essas margens e lutam pelo reconhecimento de sua cultura e identidade política e suas causas. Para definir o que significa uma comunidade surda, iremos resgatar o pensamento da pesquisadora surda e linguista Carol Padden:

Uma Comunidade Surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas. Portanto, em uma comunidade surda pode ter também ouvintes e surdos que não são culturalmente surdos. Já a Cultura da pessoa Surda é mais fechada do que a comunidade Surda. Membros de uma cultura surda comportam como as pessoas surdas, usam a língua das pessoas surdas e compartilham entre si das crenças das pessoas Surdas e com outras pessoas que não são Surdas⁴⁴.

⁴⁴ Retirado de <http://enflibras.blogspot.com/2009/03/cultura-surda.html>. Acesso em: 25/01/2015, às 13h.

Tentando dialogar com a pesquisadora, podemos identificar que um dos maiores desafios dessa comunidade é o de atuar como protagonista nos campos da cultura e da comunicação. Esses lócus são entendidos como ambientes que estão intimamente relacionados à construção da identidade do povo surdo em uma sociedade de falantes que têm os meios de comunicação como forte referência.

É bem verdade que os surdos têm diversas formas de expressão e de organização social. Além disso, há inúmeras experiências e grupos de surdos que se aliam de acordo com suas demandas e desejos de representação. Não podemos, apenas, compreender, no mosaico social onde trafegam identidades plurais e manifestações ecléticas, a existência de uma única cultura surda. Vamos passar a adotar, então, o termo “culturas surdas”, não como uma forma de enquadramento, mas, de significação do que não pode ser classificado no singular por conta da riqueza de sua própria apresentação no tecido social.

Conclui-se que a cultura surda é transmitida de geração em geração, através da língua de sinais, portanto, se faz necessário para a construção da identidade do “ser surdo”, sendo um traço próprio do povo surdo, tornando possível a expressão das subjetividades. (...) A cultura surda é profunda e ampla, ela permeia, mesmo que não a percebamos, como sopro da vida ao povo surdo com suas subjetividades e identidades. (...) Mesmo que existam os diferentes grupos culturais, cada grupo não vive isolado, em seu mundo particular, mas, sim todos os grupos convivem e passam por conflitos em emaranhado de relações. (STROBEL, 2008, p. 112)

E é dessa forma que as primeiras comunidades surdas do meio urbano surgem, no Brasil, como lugares de encontro, de troca de saberes, de conhecimentos e de reconhecimento de identidades construídas com base na inter-relação entre mais variadas expressões das culturas surdas. Esses grupos também surgiram como forma dos seus integrantes tentarem entender quais as particularidades da sua condição no mundo. Os grupos podem, também, servir com parte da preparação dos surdos para lidar com as restrições impostas pelo fato de conviverem em um mundo socialmente estruturado majoritariamente para pessoas ouvintes.

O maior ponto de contato entre esses sujeitos e culturas é a luta pela efetivação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), não apenas como uma forma de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, mas, como uma língua realmente reconhecida como nacional. No Rio de Janeiro, nos anos de 1980, começam a emergir as manifestações mais interessantes de um movimento que veio a crescer em todo o país. Foi no bojo desses processos que surgiram

a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), em 1984; as Federações Desportivas e 32 associações/sociedades em várias capitais e cidades de vários estados brasileiros filiadas à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)⁴⁵, que atua desde 1986 como:

(...) uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos com finalidade sócio-cultural, assistencial e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada à Federação Mundial dos Surdos e suas atividades foram reconhecidas como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal⁴⁶.

Contudo, movimento dos surdos ou das comunidades surdas não se restringe às ações da FENEIS, ele desafiou os questionamentos dos que trabalhavam com a perspectiva de desvalorizar a conquista da oficialização da Libras como uma linguagem reconhecida. Seus representantes passaram, nos últimos 25 anos, a ocupar mais ambientes de interação, como a internet e a televisão para difundir conhecimentos e dialogar com a sociedade.

Com a oficialização da Libras, em abril de 2002, inicia-se a abertura de novos espaços para o povo surdo, mas ainda há rixas por parte de alguns profissionais que trabalham com sujeitos surdos e dos surdos oralizados. Para estes profissionais oralistas, a língua de sinais é limitada e primitiva, não sendo aconselhável seu uso, bem como acreditam que a mesma atrapalha no treinamento da fala e na integração dos surdos à sociedade (STROBEL, 2008, p. 83).

Percebemos, portanto, que os surdos estão se organizando para reforçar uma cultura que constitui sua própria identidade. Uma cultura que estabelece contatos com a sociedade de um modo geral, mas que pode se afirmar como parte de um processo de resistência à homogeneização cultural e desses sujeitos de direitos que estão se apresentando para além das suas comunidades, das margens da sociedade para o centro dela. Desse modo, os movimentos de surdos estão emergindo como objeto de investigação dos estudos culturais, uma vez que tencionam a reprodução das desigualdades e reivindicam que essa suposta diferença cultural seja politizada e visibilizada. Agindo assim, os movimentos de surdos estão indo de encontro ao que preconizam as classes e culturas dominantes quando também defendem o reconhecimento de sua língua e formas de organização societária e multicultural. E a presença e participação deles na comunicação, por meio das produções da TV INES, como o Café com

⁴⁵ Integrante da Federação Mundial de Surdos.

⁴⁶ Informação disponível em: <http://www.feneis.com.br/page/feneis.asp>. Acesso em 21/12/20104, às 19h.

Pimenta, podem significar passos importantes para a saída dessa cultura das margens da sociedade brasileira para galgar status de sujeito político no campo do jornalismo inclusivo e acessível.

2.3 A linguagem e a cultura surda

A linguagem é um elemento de mediação necessária entre o homem e a sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade (...) A linguagem é o lugar do conflito, do confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. (Foucault)

Por tratarmos de uma pesquisa que remete ao processo comunicativo televisual, que traz o protagonismo de pessoas com deficiência, neste caso, de pessoas que se consideram surdas e se comunicam por meio da Libras, é fundamental o entendimento e contextualização da dos estudos da cultura surda, sua comunidade, pois estão intimamente relacionados com os Estudos Culturais quando fazem um mergulho no campo da produção da notícia por meio de uma WebTV acessível, uma vez que conferem status de sujeito tanto ao surdo que produz os conteúdos, quanto para aquele que interage e pauta o programa Café com Pimenta, por exemplo.

Para o pesquisador Carlos Skliar compreende que “os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político” (SKLIAR, 1998, p. 5). A diferença, quando examinada pelo olhar dos estudos culturais, não é tida como algo que exclui, que demarca inferioridade, mas como parte da diversidade cultural que possibilita a pluralidade formas de expressão e sociabilidade em um determinado meio cultural.

Nesse contexto, será que podemos reconhecer a existência de uma cultura surda como uma manifestação coletiva e autônoma que pode ser instituída em diálogo com o que é produzido e disseminado pelos meios de comunicação de massa? Esse questionamento pode ser muito bem entendido ao buscarmos interligar essas possibilidades de consumo de mídia, no caso da TV INES, quando avaliamos as potencialidades do ambiente educativo em que essas pessoas estão inseridas.

Vale salientar que a Libras foi legitimada, como língua, em 2002. Ela passa por um processo de reconhecimento e legitimação que também exige a formação de intérpretes e de

ambientes de educação inclusiva que integrem todas as deficiências. Então temos um campo ainda em estágio de amadurecimento e propagação, ao mesmo tempo em que a existência de iniciativas dessa natureza apontam caminhos que cruzam possibilidades de crescimento através de pioneirismo e inovação nos campos de inclusão e comunicação social.

Graças à dinâmica da escolarização e a dos meios massivos, a cultura se colocou no centro do cenário político e social. Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – nos enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também o qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão da sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.287).

Poderíamos tentar encontrar, dentro dos movimentos de surdos, traços de um receptor que consegue perceber as abordagens da mídia e relacioná-la com suas experiências cotidianas. Nesse sentido, a TV INES, produto que tem como base a construção comunicacional em contato direto com o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, ocupa espaço de referência entre a comunidade surda ao colocar seus integrantes em espaços de protagonismo tanto enquanto fonte, quanto na posição de produtores de informação.

Na sua ação comunicacional, a organização leva em consideração desde a construção da identidade surda e suas especificidades, até o que se convencionou a qualificar como cultura surda. Sendo assim, a TV INES apresenta uma pauta igualitária desde a elaboração do produto com base em diversas técnicas e tecnologias de modo acessível, que passa pela exploração ampla dos sentidos, e aposta em uma dinâmica definida como multimídia: “a utilização conjunta de formas básicas de informação, isto é, texto, som, imagem fixa e animada, no mesmo ambiente e de forma justaposta ou integrada” (ABADAL; GUALLAR, 2010, p. 42). Conceito que será abordado em maior profundidade no capítulo 3, quando exploraremos o objeto de estudo, o programa Café com Pimenta, em sua rotina produtiva.

Todavia, por mais que compreendamos que a produção da TV INES rompe com o isolamento midiático de quem vivencia a cultura surda, quando tratamos de comunicação em meio aos processos de exclusão enfrentados pelos surdos em suas batalhas. Aqui também são apontados exemplos da consolidação de uma comunidade surda como uma estratégia de resistência. Desse modo, seus membros, integrantes de diversas culturas, podem dialogar e

construir uma ação coletiva para que todos reivindiquem direitos, utilizando as Libras para expor seus anseios e causas. No caso do Café com Pimenta, a Libras é a primeira língua, ou seja, protagonista em sua conjuntura, pois o apresentador dos programas é uma personalidade marcante na cultura surda nacional. Desse modo, a configuração traz elementos que reforçam essa expressão de reconhecimento e diálogo direto, inter-relações.

A pesquisadora Virgínia Sá Barreto (2013), em “Comunidades Simbólicas, Identificação Imaginária, Pactos e Vínculos no Telejornalismo” questiona: qualquer texto pode ser um produto cultural de uma prática social? Nesse sentido, podemos pensar o jornalismo como uma prática laboral que revela conhecimentos e habilidades adquiridos e reeditados como parte de uma cultura profissional que busca interpretar a realidade. A autora pontua que esse profissional, ao adensar sua observação nos moldes de uma, por assim dizer, etnografia textual, não estaria tentando compreender as inter-relações produtivas entre cultura jornalística e cultura midiática televisiva nos processos de modelação de uma imensa gama de comunidades.

Sendo assim, a inter-relação entre a Libras (surdos) e o Português (ouvintes), nos faz refletir sobre a amplitude de códigos e signos que estão por serem representados na fala informacional jornalística em um programa como o Café com Pimenta (TV INES), por exemplo. A língua, por sua base, remete à dimensão sociocultural, com suas facetas múltiplas e transitórias alimentadas pelas novas configurações de relações humanas.

Contudo, é preciso ressaltar que os deficientes auditivos têm diversas instâncias de surdez, quer seja na dificuldade maior ou menor que têm para ouvir e se comunicar, ou mesmo do grau de surdez, que pode ser leve, moderada, severa e profunda. Não é o propósito desta pesquisa recomendar o enquadramento de todas as pessoas que são diagnosticadas em suas instâncias de surdez como surdas e que utilizem a Libras para se comunicar. Desse modo, não serão aprofundados, nem problematizados os casos de usuários de aparelhos auditivos (tecnologias para facilitar a audição), implantados (pessoas que se submetem a cirurgias para inserção do implante coclear, na busca por atingir algum grau de audição) e oralizados (surdos que já nasceram com a surdez) mas que utilizam da modalidade oral, oro-facial, conhecida como leitura labial e que sabem ler, escrever e falar (aperfeiçoando a oralidade).

O que se faz comum, em todos os casos, é a oralidade e o português como língua. Nesta condição, a produção gerada pela TV INES, aposta no protagonismo dos surdos que usam a Libras para se comunicar e está legitimando o acesso à informação e à comunicação

por meio da legenda e locução. Dessa maneira, dois canais poderão possibilitar o consumo ao conteúdo por meio das pessoas que não se identificam como surdas. Toda a programação é bilíngue, com legenda e locução, incentivando, claro, a comunidade surda, em sua cultura e hábitos, como também abrindo a oportunidade de integração com qualquer público, uma vez que apresenta uma programação rica em temáticas e interações. A iniciativa de produção bilíngue legitima a segunda língua brasileira, mas de maneira a reconhecer sua diversidade, por meio de um processo educativo, abrindo possibilidades de conhecimentos e integração. No entanto, ao se pesquisar sobre a acessibilidade e sua legislação, conclui-se que os recursos de acessibilidade comunicacional, por meio da legenda oculta (closed caption), audiodescrição e janela com intérprete da Libras, buscam assegurar direitos para incluir, sempre.

CAPÍTULO 3 – A IMERSÃO NA PESQUISA E SUA CARTOGRAFIA

“Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é à vista de um ponto”. (BOFF, 1997. p.9).

3.1 – Percorso de imersão na TV INES

Nesse capítulo, é apresentado o processo de imersão na pesquisa, com uma narrativa breve sobre os dois encontros da pesquisadora com os profissionais da TV INES e a execução do estudo propriamente dito. Na sequência, o trabalho do programa Café com Pimenta, da TV INES, foi criteriosamente analisado. Desse modo, ao longo da realização da pesquisa de campo dos encontros para observação participante, foi avaliado o passo a passo da construção do programa e capturadas informações acerca da elaboração técnica e utilização de recursos de acessibilidade com 15 integrantes do Café com Pimenta.

A programação, realizada por uma equipe de profissionais composta por surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais, procura trazer temáticas que resgatem as singularidades de cultura surda, mas também aborda temas de diversas áreas que geralmente não são apresentadas no ambiente de TV Educativa. Atualmente, a TV INES produz os seguintes programas: Aula de Libras, Super Ação, Cinemão, Panorama Visual, Café com Pimenta, Manuário, Tecnologia em Libras, Gera Mundos e Comédia da Vida Surda – este último, ainda inédito. Há também programas adaptados de outros canais e produtoras como Momento Ambiental e Via Legal, do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS); Visual, da TV Brasil; Brasil Eleitor, do TSE; Interesse Público, do Ministério Público Federal; e Salto para o Futuro, da co-irmã, TV Escola – um canal igualmente produzido pela ACERP.

O contato inicial com a equipe de profissionais do programa Café com Pimenta aconteceu por e-mail, quando a pesquisadora foi apresentada aos gestores da WebTV, onde lhes informou sobre a proposta da pesquisa e a necessidade da observação participante para uma imersão nas rotinas de trabalho empreendidas pelos profissionais da emissora. O primeiro encontro presencial aconteceu entre os meses de maio e junho de 2013, quando a pesquisadora pode conhecer a emissora, a proposta e coletar dados sobre a grade de programação. Nesse momento, foi definido que o programa Café com Pimenta iria se transformar no objeto de estudo, uma vez que aponta singularidades em sua produção enquanto gênero telejornalístico com o formato acessível.

Já em novembro de 2014, o segundo momento de imersão na realidade da TV INES e de apresentação da proposta de pesquisa, propiciou maior direcionamento da coleta de dados em profundidade, ao acompanhar gravações e a rotina de edição e finalização do Café com Pimenta. A partir desse último contato em campo, a pesquisa ganhou mais subsídios para a sistematização dos dados levantados junto a uma amostra em maior densidade de relatos e apontamentos no diário de campo.

Cada programa da TV INES está imerso nesse formato de rotina de produção diferenciada. Apesar de estarmos tratando de produções com gêneros diferentes, cada uma também carrega o seu universo de especificações, ora pontuais, em cada gravação, por pauta, ou pela configuração do formato. Dessa forma, a WebTV bilíngue, produz todo o conteúdo com legendas e locução em português, com uma grade de programação linear que está voltada a conquistar a audiência de surdos e ouvintes. Idealizada através de uma parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), financiada pela ACERP, em seus pilares de uma organização social de comunicação que presta serviços ao público e privado, e, que desde 2014, conta com o financiamento do Ministério da Educação para custear as produções.

O canal educativo nasce em um ambiente em que a TV no mundo ocupa outro cenário, com hábitos diferenciados de consumo de mídia, emerge na internet para se multiplicar em diversas plataformas. Uma WebTV que, por estar na internet e ser alterada o tempo todo por ela, já se modula à acessibilidade e suas implicações de maneira mais envolvida, uma vez que está mergulhada em um ecossistema que tem diferentes modos de apresentação e interação. Sendo assim, emerge em um contexto mais amplo de acessibilidades aos conteúdos, que altera o percurso comercial da TV aberta, nem sempre aberta para o investimento na aplicação de recursos de acessibilidade em sua produção televisual.

3.2 Campo de distribuição da TV INES

A estreia da TV INES na internet se deu em 24 de abril de 2013. A ação reforçou a relação entre a conquista legal dos surdos brasileiros (o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio legal de comunicação e expressão pela Lei 10.436, sancionada no dia 24 de abril de 2002), com a implementação de um canal de WebTV acessível a todos, uma representação singular ao buscar a integração entre surdos e ouvintes de todas as faixas

etárias pela comunicação. Outro salto seria dado em 2014, quando a programação é ampliada para 24 horas por dia. Desse modo, a TV vai se estabelecendo em diversos espaços com uma dinâmica que garante cada vez mais protagonismo por parte das pessoas com deficiência (sobretudo os surdos).

Em 24 de abril de 2014, data de seu primeiro aniversário, a TV INES apresentou, para a comunidade surda, seu novo e mais acessível portal⁴⁷ de internet. Além de assistir aos vídeos produzidos e exibidos pelo canal, o usuário pode enviar seus vídeos colaborativos, comentar as publicações, avaliar os programas e interagir com a TV INES nas redes sociais sem precisar sair do portal.

A nova roupagem é distribuída por diversas plataformas, sendo difundida via streaming⁴⁸ e vídeo on demand - VoD⁴⁹ também para tablets e televisões conectadas à internet. Além disso, foi disponibilizado o aplicativo gratuito da TV INES em versões para celulares, em aparelhos com sistema android⁵⁰, iOS⁵¹ e em fase de desenvolvimento para Windows Phone. Cada versão de aplicativo para celular possibilita um acesso de público específico e leva a emissora potencializar os downloads por meio desses três formatos de dispositivos móveis.

⁴⁷ Disponível em: <http://tvines.com.br/>. Acesso em 19 de março de 2015, às 16h.

⁴⁸ É uma forma de distribuição de dados, geralmente de multimídia, em uma rede por meio de pacotes, na Internet. Em *streaming*, as informações não são armazenadas pelo usuário em seu próprio computador não ocupando espaço no Disco Rígido (HD), ele recebe o "stream", a transmissão dos dados - a mídia é reproduzida à medida que chega ao usuário, dependendo da largura de banda seja suficiente para reproduzir os conteúdos.

⁴⁹ Vídeo a pedido também conhecido pelo termo inglês vídeo on demand (VoD), é uma solução de vídeo sobre xDSL, ou outra tecnologia banda larga. Por meio de uma página Web na tela da TV, o assinante pode escolher diferentes tipos de filmes e programas de TV que estejam disponíveis em VoD. A solução consiste em enviar conteúdos em formato de vídeo, karaokê, jogos, etc. - sob demanda ou continuamente -, utilizando redes de banda larga de operadoras de comunicação.

⁵⁰ Android é um sistema operacional móvel (SO) com uma interface de usuário baseada na manipulação direta, o Android é projetado principalmente para dispositivos móveis com tela sensível ao toque como *smartphones* e *tablets*; com interface específica para TV (Android TV), carro (Android Auto) e relógio de pulso (Android Wear). Aplicativo em Android da TV INES, disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.ines.tv>. Acesse em 20 março de 2015, às 15h.

⁵¹ iOS (antes chamado de iPhone OS) é um sistema operacional móvel da Apple Inc. desenvolvido originalmente para o iPhone, também é usado em iPod touch, iPad e Apple TV. A interface do usuário do iOS é baseada no conceito de manipulação direta, utilizando gestos em multi-toque. A interação com o sistema operacional inclui gestos como apenas tocar na tela, deslizar o dedo, e o movimento de "pinça" utilizado para se ampliar ou reduzir a imagem. Aplicativo iOS da TV INES, disponível em: <https://itunes.apple.com/us/app/tv-ines/id609048808?mt=8>. Acesso em 20 de março de 2015, às 16h.

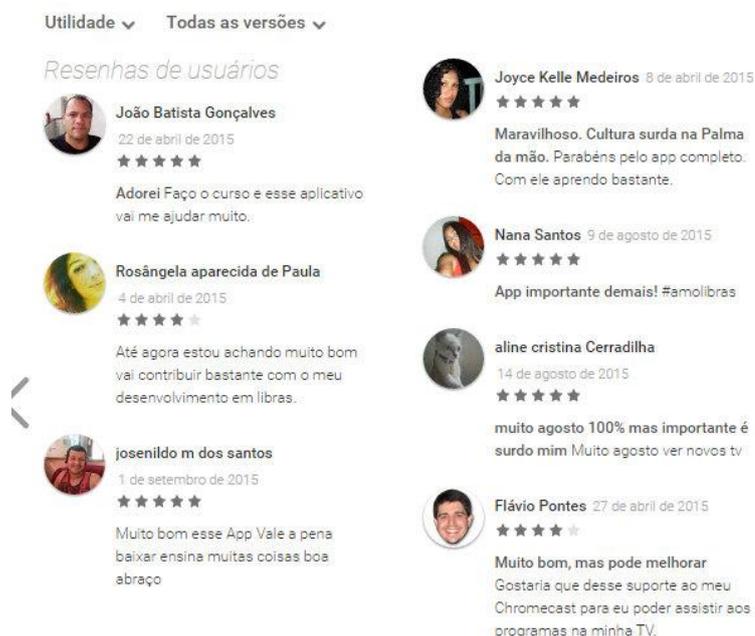


Figura: 5. Imagens ilustrativas do aplicativo da TV INES em formato android e iOS, com depoimentos de usuários no formato android. Fonte: portal da TV INES.

Um balanço realizado pela TV, em janeiro de 2015, aponta o alcance de 315 mil visitas no portal, 2.3 milhões de minutos de streaming, 7 mil downloads de aplicativos para smartphone e 68 mil visualizações de VoD. Os dados revelam que, desde a sua estreia, a TV INES vem conquistando audiência por meio da distribuição do seu conteúdo por diferentes plataformas. Essa estratégia levou a organização a receber, em maio de 2014, o Troféu do Júri no Prêmio Oi Tela Viva Móvel – principal premiação para inovação em conteúdo móvel no Brasil, assim como o prêmio de público na categoria “Mobilidade para Conteúdo Audiovisual”, oferecido pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET. Em 2014, a TV INES passou a ser distribuída em mais um canal, a TV NBR⁵². A

⁵² TV NBR é um canal de notícias do governo brasileiro. O intuito da emissora é informar sobre ações do Poder Executivo, além de difundir programas de teor educativo, cultural e serviços de utilidade pública. Disponível em: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/streaming/nbr> . Acesso em 01 de abril de 2015 às 10h.

programação pode ser sintonizada via satélite, por parabólica. As transmissões aconteceram desde abril de 2015, em fase experimental, para ampliar a audiência para todo o território nacional.

Já em maio de 2015, a ACERP iniciou a transmissão via satélite da TV INES. Na web 24 horas por dia, a programação da emissora pode ser sintonizada agora por parabólica. Tudo isso para ampliar a audiência do canal, que também conta com programação distribuída pelo satélite Star One C1 para todo o território nacional, com sinal digital aberto e transmitido, nesta fase inicial, na resolução SD (standard definition). A iniciativa abre novas frentes para a TV INES: além de aumentar o alcance de público do canal, a transmissão via satélite facilita parcerias com as empresas de TV por assinatura. Outro projeto em curso é o que vai equipar os Centros de Atendimento aos Surdos (CAS), localizados em 26 cidades brasileiras, para receber o sinal do canal. Com essa iniciativa, percebemos outro alcance para os conteúdos acessíveis da TV INES: programação bilíngue, com legendas descritivas e locução com uma transmissão que gera uma provocação com alcance diferenciado. Para assistir à programação da TV INES pela parabólica sintonize: Star One C1; Freq 4127MHz/ Symbol Rate 4069 / Fec: 2/3 – Polarização Horizontal.

Nessa cadeia de distribuição em plataformas diferenciadas, se faz necessário ressaltar que a WebTV INES, faz o caminho inverso ao do padrão comercial. Ela surge na internet, experimentando o formato de um TV com acessibilidade, pensando com todos os seus elementos com base na aplicabilidade dos recursos de inclusão comunicacional. E, seguindo o percurso natural da distribuição e consumo, vai ocupando os espaços tradicionais, como neste último caso, o da transmissão via satélite, também por parabólicas. O formato consagrado das TVs abertas no Brasil ocorre de modo contrário: hoje elas são “obrigadas”, em meio à era digital a “correr” atrás de audiência e interações via internet. Antes disso, ocupavam um ambiente confortável de canais, com uma linha de construção e distribuição de notícias via publicidade e divulgação massiva.

Distribuição



Figura 06 – Imagem retirada do Portal da ACERP – organização responsável pela emissora. Fonte: TV INES.

Dessa forma, a TV INES trabalha com uma narrativa transmídia em um jornalismo que transita em múltiplas plataformas e conta com a colaboração dos prosumidores⁵³ em sua constituição. Esses prosumidores são estimulados a ter uma compreensão dos processos de produção para poder interferir e interagir com que é produzido.

A página apresenta informações sobre a programação acessível e os serviços prestados. A programação é totalmente acessível, com conteúdo em Libras e legendas em português. Os serviços prestados incluem análise de audiência, aplicativos, distribuição pela internet, distribuição satelital, engenharia, operação e produção, gestão de arquivos, gestão de mídia e conteúdo digital, legenda oculta, mídias sociais e website, e produção de conteúdo.

Programação totalmente acessível

A TV INES nasceu em 2013 numa parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a ACERP com a proposta de disponibilizar conteúdo audiovisual acessível ao público surdo.

Iniciativa pioneira no Brasil e com poucas similares no mundo, sua programação prioriza a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que tem léxico e gramática próprios e distintos da Língua Portuguesa. Mesmo assim, todo o conteúdo é bilíngue, com legendas e locução em português, para que a grade possa integrar surdos e ouvintes.

Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, 95% dos milhões de surdos no Brasil vivem em família de ouvintes. Por isso, a inclusão faz parte de todo o processo de construção da TV INES, orientando ações no sentido de integrar os surdos na sociedade.

Seu conteúdo exclusivo é bastante diversificado incluindo filmes, notícias, desenhos animados, além de programas de esporte, cultura e tecnologia. Há também produções de parceiros que são adaptadas para Libras.

A programação é distribuída via satélite para parabólicas, TVs a cabo e DTH, também pode ser vista em TVs conectadas (smart TV), computadores, celulares e tablets.

Todos os apresentadores são surdos e nossa meta é capacitar e incluir mais profissionais surdos em toda a cadeia de produção da TV INES, para torná-la ainda mais representativa.

Além de educar, a TV INES permite aos surdos estarem de fato inteirados sobre os acontecimentos da atualidade, oferecendo acesso à cultura e às notícias. Em 2014, pela primeira vez no mundo, uma Copa do Mundo teve a cobertura de uma TV para surdos.

Público: Surdos e ouvintes de todas as faixas etárias.

Equipe: 80 profissionais, incluindo seis apresentadores surdos e cinco intérpretes de Libras.

[Acesse a TV INES](#)

Serviços Prestados

- Análise de Audiência
- Aplicativos
- Distribuição pela Internet (Streaming ou VoD)
- Distribuição Satelital
- Engenharia, Operação e Produção
- Gestão de Arquivos
- Gestão de Mídia e Conteúdo Digital
- Legenda Oculta (Closed Caption) / Tradução em Libras
- Mídias Sociais e Website
- Produção de Conteúdo

Figura 7 – Imagem retirada do Portal da ACERP – organização responsável pela emissora. Fonte: TV INES.

⁵³ Prosumidor seria o consumidor que produz conteúdo, ou seja, o produtor + consumidor. Ele é capaz de dividir suas experiências, pautar tendências e contribuir no processo de criação de produtos e serviços. O termo foi criado por Alvin Toffler, autor do livro “A Terceira Onda”.

3.3 - O programa Café Com Pimenta

O programa Café com Pimenta, objeto de estudo dessa pesquisa, é um *talk show* apresentado pelo professor, pesquisador e ator surdo, Nelson Pimenta. A proposta é fazer um produto envolvente, que explora a figura representativa do apresentador, uma pessoa conhecida no meio cultural surdo. O objetivo é convidar personalidades para uma interação com café, humor e temas relevantes. Trata-se de uma iniciativa que contém traços do telejornalismo, aliado ao entretenimento de modo a conferir maior interação com o público.

Na tentativa de unir os elementos coletados por meio da observação participante e das entrevistas em profundidade realizadas com integrantes da equipe de produção do programa, a pesquisadora estudou 21 edições do Café com Pimenta, disponíveis no portal da TV INES até agosto de 2015. É importante salientar que esses conteúdos assistidos contabilizam mais 15.556 visualizações no site da emissora (números sempre desatualizados, visto que os acessos se ampliam a cada nova inserção de programa).

O Café com Pimenta experimentou diversas alterações desde a sua estréia, em 21 de março de 2014. Essas mudanças estiveram relacionadas com a postura e a desenvoltura do âncora surdo, passando por adaptações nas técnicas e de produção e do cenário aos novos temas e inserções que se alteram desde a chamada do programa à edição em blocos.

A narrativa televisual é construída com base na interação do apresentador surdo, que compartilha sua vivência com entrevistados surdos e ouvintes, ou até mesmo com mais de um convidado. Dessa forma, o programa inaugura dinâmicas inéditas que serão descritas mais a frente. Tudo isso foi evidenciado desde a exibição do primeiro episódio⁵⁴ do programa, quando Nelson Pimenta conversou com a pesquisadora Wilma Favorito. Ela lembrou o início de sua carreira e o trabalho em educação com surdos, suas ações no campo da cultura e das políticas públicas. Essa produção obteve, até agosto de 2015, o maior alcance entre a audiência. Somente nessa entrevista, realizada em 17 de março de 2014, duas mil pessoas foram visualizadas na postagem.

A iniciativa possui uma base educativa que, para além de propor a formação do público para o novo ambiente, também visualiza a multiplicação das produções como processo gradual e orgânico na medida em que as possibilidades de interação e de acesso são

⁵⁴ Primeiro episódio do programa Café com Pimenta. Disponível em: <http://tvines.com.br/?p=884> . Acesso em 20 de abril de 2015 às 22h.

expandidas por meio da articulação de parcerias junto a novos canais de distribuição para divulgação do conteúdo produzido.



Figura 8 - O Centro Cultural Parque das Ruínas, no Rio de Janeiro, se tornou cenário do novo programa da TV Ines⁵⁵.

Outro exemplo extremamente rico ocorreu quando da realização da entrevista com o poeta surdo inglês, Richard Carter, exibida em agosto de 2015. Ele esteve no Brasil para participar do Festival de Folclore Sinalizado, em Florianópolis, e aproveitou para dar aulas sobre poesia para surdos. A participação do poeta no programa apresentou, pela primeira vez, um entrevistado com outra língua gestual, uma vez que ele se comunica por meio de Gestuno⁵⁶, (ou Língua Gestual Internacional, Língua Internacional de Sinais, no Brasil).

Durante a entrevista apresentada por Nelson Pimenta estiveram, no estúdio, mediando a conversa, o intérprete de Libras, Alexandre Gonçalves, e o intérprete surdo da Gestuno, Ricardo Boareto. A experiência alterou a dinâmica, ao apresentar uma nova língua ou linguagem em questão, uma câmera que normalmente é exclusiva para o intérprete em Libras, nas produções anteriores, nesta edição teve que acompanhar também a participação em Gestuno.

⁵⁵ A atração apresentada por Nelson Pimenta – formado em teatro pelo National Theatre of the Deaf (NTD), de Nova Iorque – ele foi o primeiro ator surdo a se profissionalizar no Brasil. Pimenta (de azul, na foto) é pesquisador de Língua de Sinais e já foi instrutor de teatro e de Libras em diversas instituições de ensino, entre elas o Ines e a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis). No programa, Nelson Pimenta terá a mediação do intérprete de Libras Alexandre Silva. A primeira convidada é a professora Wilma Favorito, diretora do Departamento de Ensino Superior do Ines. Fonte: TV INES.

⁵⁶ Definição sobre o Gestuno. Disponível em: < <http://www.handspeak.com/study/index.php?id=39>>. Acesso em: 28/08/2015, às 23h.

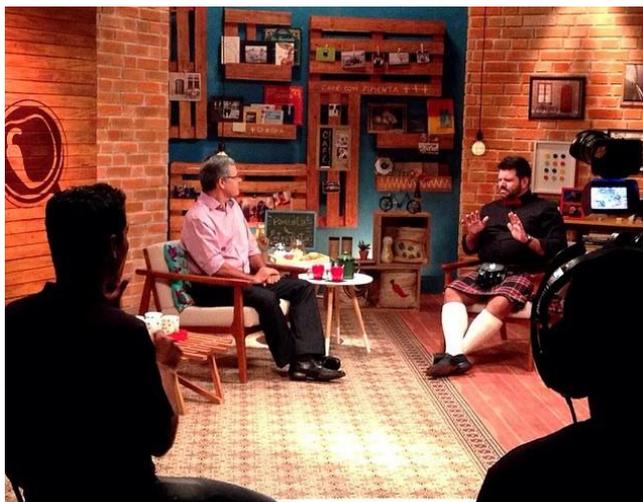


Figura 9 – Na imagem, à esquerda, fora do cenário da entrevista, o intérprete surdo em Gestuno, mediando o diálogo.

O convidado Richard Carter, apresentou sua trajetória profissional, seu encontro com a rainha Elizabeth, da Inglaterra, suas descobertas no Brasil, assim como da cultura surda em cada país. Durante o programa, o poeta recita em língua de sinais e provoca uma imersão em experiência inédita, onde não há interpretação para tal apresentação.

Ao longo da programação, Nelson pede que o convidado interprete poesias. Na TV, o tempo dessa encenação é de silêncio, pois não existe legenda, é composto por visualização e interpretação livre. Além disso, o poeta pôde ressaltar como a internet vem possibilitando a divulgação do trabalho dele e tem viabilizado seu encontro com surdos de todo mundo. Inclusive, Richard destacou que manteve seus contatos, com Nélon e conheceu a TV INES por meio do acesso à web, o que tem facilitado as interações entre a comunidade surda.

No episódio⁵⁷ Richard relata o cotidiano da vivência dos surdos, da comunicação, assim como destaca que, diferentemente do que ocorre na Inglaterra, há surdos com mestrado e doutorado no Brasil. Contudo, o protagonismo dos surdos ingleses é maior, junto com a divulgação de programas com surdos e intérpretes, no ar, nas emissoras inglesas, há mais de 30 anos.

Nas duas edições, tanto na de estreia, com Wilma Favorito, assim como a mais recente, com Richard Carter, evidenciam-se traços do cenário que o Café com Pimenta vem construindo desde a sua primeira edição até 2015.

⁵⁷ Entrevista do programa Café com Pimenta com Richard Carter, na TV INES. Disponível: <<http://tvines.com.br/?p=10294>>. Acesso em: 30/08/2015, às 22h.

Cada programa traz uma vivência específica, com elementos únicos abordados na pauta, assim como na condução da atmosfera de um *talk show* em suas improvisações e interações que o gênero possibilita. Na interação televisiva apresentada pelas produções da TV INES, no caso do Café com Pimenta, a comunicação direta de surdo para surdo, é um ganho instantâneo, ao ter esse público em primeira instância, e na possibilidade de conhecimento dos consumidores em geral com as temáticas abordadas nas produções. Dessa forma, ocorre o diálogo entre públicos que em poucas oportunidades puderam estar em contato por meio do ambiente midiático propiciado nesta experiência inédita enquanto WebTV. Além do fortalecimento da filosofia da comunidade surda: **“nada sobre nós, sem nós”**, que justifica o slogan: **TV INES – Acessível Sempre**.

“A TV na web ainda está dando os primeiros passos. Logo teremos mais pares de TV conectados à internet e a audiência aumentará, assim como os aplicativos continuarão em processo de ajustes e melhorias constantes”. (Nelson Pimenta, apresentador, 2015⁵⁸)

Nessa arena, é fundamental entender a condição da produção televisiva em si, que remete a um ambiente complexo e híbrido, aportando diversos elementos que são incorporados na rotina, no fazer, nas práticas diárias, tudo como base a vivência profissional. Devido às possibilidades advindas dos meios técnicos de produção, circulação e consumo, os textos, as imagens e toda lógica conceitual da experiência é rearticulada pelo fazer acessível. Isto é: seu conteúdo expressa-se simultaneamente por meio da combinação de diferentes linguagens sonoras e visuais e o seu entrecruzamento.

3.4 - O programa Café Com Pimenta e sua rotina de produção acessível

Para a produção do programa Café com Pimenta, o estúdio é alugado, a equipe técnica é convocada por demandas e distribuição de serviços. Desse modo, faz parte dos processos produtivos da TV INES, ter algum integrante da equipe que nunca tenha tido alguma experiência com conteúdo acessível em sua dimensão mais ampla.

Diferentemente da rotina de produção em TV aberta, que segue um padrão comercial, onde o profissional pode adaptar-se instantaneamente à nova “realidade” apresentada, e onde em geral, essas equipes são fixas.

⁵⁸ Em entrevista à pesquisadora.

Ao contrário, a TV INES conduz os profissionais desses grupos “contratados” como técnicos ao envolvimento em uma rotina de protagonismo acessível, tanto no manuseio de ferramentas de comunicação como mediadores da informação (com a exploração dos recursos com outro condicionamento, ou até a improvisação de técnicas produção de conteúdo), quanto na finalização/edição dos programas.

Portanto, esse contato entre os profissionais (inclusive os surdos) e as estratégias de produção acessível em televisão não ocorre no sentido meramente tecnológico, técnico ou esvaziado de sentido, o que nos leva a perceber que essas estratégias produtivas tecem pontos de contato com o que alerta Dominique Wolton:

Reduzir a comunicação à performance técnica ou negar sua importância humana e democrática é a mesma coisa. O que está no centro da ideologia técnica é fazer da comunicação uma simples técnica. Concretamente, isto significa identificar informação e comunicação. Significa acreditar que a informação cria a comunicação. Significa acreditar que a banda larga, por permitir transmitir mais informações, é um fator de comunicação suplementar. No entanto, quanto mais mensagens estiverem em circulação, mais as diferenças sociais entre os emissores e os receptores desempenhará um papel essencial. Quanto maiores forem os canais, mais a questão dos conteúdos é central. Por exemplo, não é por permitirem hoje os *chats* e *blogs* que as possibilidades técnicas significam comunicação. Expressão e interação, por mais necessárias e úteis que sejam, não são sinônimos de comunicação (WOLTON, 2006, p. 84).

Quando analisamos a narrativa do programa Café com Pimenta precisamos explicitar que não apontamos uma modificação no padrão convencional de prática televisual, no telejornalismo, ou de produção vídeo para comunicação.

O percurso estudado na experiência revela alterações no fluxo para a produção de um conteúdo acessível. Os processos se ampliam e ganham novas roupagens, elementos resignificados, técnicas aprimoradas, densidade. E as rotinas incorporam elementos que são característicos da cultura surda e sua linguagem, como perceberemos na figura abaixo:

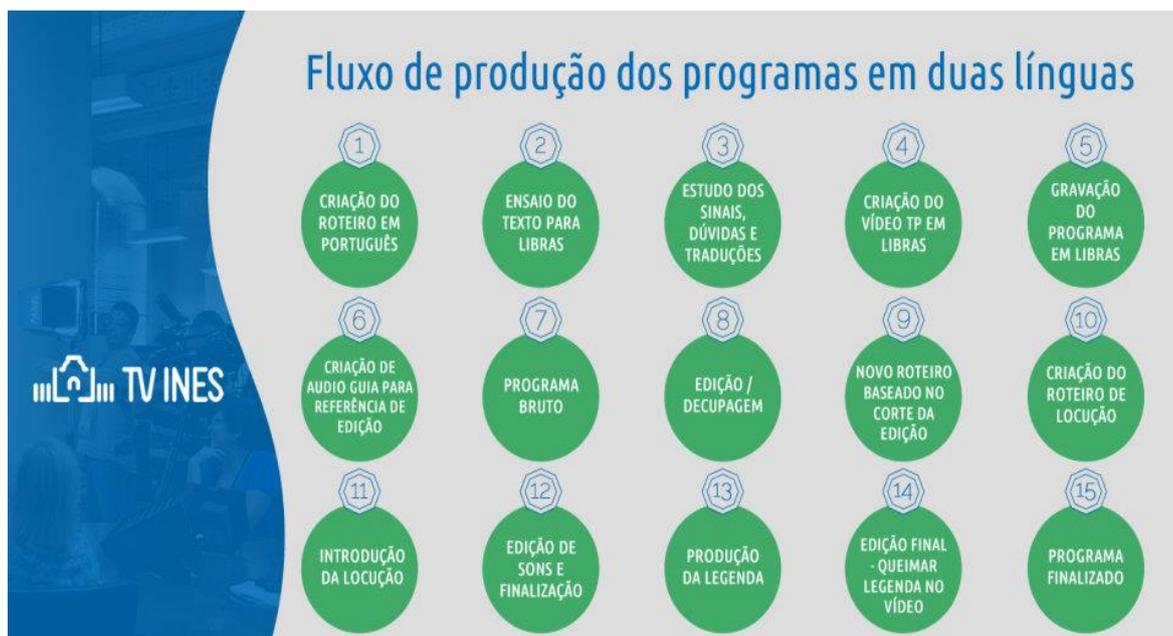


Figura 10 – Imagem do fluxo de produção dos programas em duas línguas da TV INES. Fonte: TV INES.

De acordo com o jornalista e autor-roteirista do Café com Pimenta, Enilton Rodrigues, a produção do programa passa por 15 processos até a hospedagem do conteúdo na internet, disponibilização por aplicativo e demais canais de acesso: (a) Pesquisa sobre o entrevistado; (b) Roteiro da entrevista, estabelecendo uma hierarquia para os assuntos relativos a cada 'biografado', com 'cabeças' de 'apresentação' e perguntas que criam uma *timeline* da vida do entrevistado; (c) Gravação: acompanhamento e eventuais acréscimos de perguntas e/ou mudanças nos textos das cabeças; (d) Decupagem; (e) Criação do Roteiro de Edição: adequação do roteiro inicial às possíveis alterações ocorridas durante as gravações; indicações de pesquisas de imagem (para ilustrar as entrevistas); indicações de recursos narrativos (como 'fades', 'fusões' e trechos de 'sobe som', por exemplo); cortes de 'conteúdo' (definição da ordem de entrada dos assuntos, definição sobre a edição de trechos da entrevista que não interessem ao conteúdo do programa e etc); (f) Após a 1ª fase da edição, revisão (para checar se o que foi pedido no roteiro de edição foi cumprido e se não foi, por que); (g) Tradução e interpretação: com apoio de intérprete, transcrição dos diálogos; (h) Revisão do texto dos diálogos para a gravação da locução (versão para ouvintes, pois o programa é bilíngue); (i) Texto é enviado para a legendagem; (j) Após a gravação dos off's do programa, nova revisão; (k) Revisão final do texto da legendagem; (l) Criação de sinopse de cada programa para a web; (m) Hospedagem em diversos canais, site, aplicativos para celular, redes sociais, NBR e demais parceiros; (n) Consumo e interações; (o) Balanço da produção e outros desdobramentos.

"Se eu for comparar com uma TV comercial, aberta, onde eu trabalhava antes se, por exemplo, ela traz os processos: discussão de pauta, pesquisa, pré-produção, produção, gravação e pós-produção, posso tranquilamente multiplicar por três os formatos com acessibilidade que aplicamos na TV INES, seguindo o mesmo percurso. Hoje temos de 13 a 15 processos para concluir um programa de 28 minutos, como o Café com Pimenta". (Nice Benedictis, diretora de programa, 2015⁵⁹)

Tomando a pauta como base, o primeiro passo é pensar a temática que vai ser abordada no programa e assim definir quais serão os convidados que irão compor o episódio, pois o programa já recebeu mais de uma pessoa numa mesma entrevista, o que exige a incorporação de outra dinâmica. O diálogo inicial é feito entre a direção da TV INES e a equipe do Ines.

O primeiro roteiro só é gerado após o fechamento da pauta, com o alinhamento do tema com os surdos e a equipe para avaliar se existe algum termo novo, se toda abordagem está sendo contemplada por sinais, se o entendimento sobre a proposta apresentada está fechado. Em seguida, acontece o ensaio, que é outro encontro com intérprete. Nesse momento, é gerado o TP (teleprompter visual). Cada ensaio leva cerca de seis horas, o que não garante a finalização dos processos, uma vez que, em boa parte das vezes, o TP ainda não consegue ser finalizado e ainda precisa ser editado.

Depois do ensaio, a pauta volta para o roteirista, que adapta tudo que foi discutido para apresentar a ideia em português e trabalhar para que os surdos possam compreender todo o processo. Estamos tratando da convivência, em um único programa, de duas línguas, e a ideia precisa ser a mesma apresentada. O próximo passo é a gravação.

Após a gravação, o produto vai para edição, onde a equipe tira o primeiro corte aprovado e encaminha o trabalho para o intérprete tirar o texto de locução. Trata-se do ponto mais denso na produção do Café com Pimenta, por exigir a composição do roteiro por inteiro. Como estamos lidando com um programa de entrevistas, a gravação não é realizada de modo linear. Há muitas improvisações e intervenções no decorrer da gravação, o que colabora com a realização de mudanças no percurso da entrevista. Em seguida, a locução é gravada, passando por avaliação para ser inserida.

⁵⁹ Em entrevista para a pesquisadora.

A etapa posterior é a aprovação da locução, respeitando o *delay*, ou retardo de um sinal, que existe entre a libras e o português, uma vez que a locução não pode antecipar a libras. Por isso, a edição da locução deve estar atenta para respeitar e sincronizar o tempo das línguas.

Ao longo do processo, é preciso entender que o locutor tem o vídeo, mas não consegue ‘casar/sincronizar’ na hora que está gravando, o que ocorre na edição. Existe um roteiro de vídeo, com as observações feitas durante a gravação e os ajustes: "plano fechado", "ampliar fulano", "a mão vazando", "necessidade de mais teto", “colocar o áudio”, “atrasar a locução”, “adiantar”. Todos os procedimentos são realizados quando se percebe que a locução entrou um pouco antes do sinal. Após a gravação, é preciso conferir cada fala do roteiro de locução com base no áudio.

Em seguida, depois da locução, entra em cena o processo a legendagem, a sonorização. O primeiro corte do programa se vê com as quatro câmeras, e não é avaliado com o produto montado, uma vez que a equipe precisa averiguar o que conseguiu alcançar corretamente usando o roteiro e, possivelmente, o que pode enxugar, até chegar ao ponto almejado. Após os cortes, um intérprete revisa toda a produção para saber se tudo está correto. Enquanto isso, o editor já trabalha com a aprovação do primeiro corte, já vai inserindo a arte no programa e suas animações, vinhetas e efeitos especiais.

Segundo Nice Benedictis, diretora do programa, a produção de cada programa dura em média duas semanas. Se fossemos comparar com a rotina produtiva de um *talk show* convencional, no formato de TV aberta, seria possível produzir dois programas por semana. Quando analisamos as rotinas criamos expectativas de que muitas adaptações possam surgir, com os avanços tecnológicos, uma vez que estamos lidando com um produto de web, com possibilidades de hospedagem e consumo que se alteram o tempo todo. E, quem sabe, no futuro, essa rotina pode ter etapas reduzidas, otimizadas ou incorporadas ao padrão comercial.

3.5 – Novos campos da esfera técnica, os formatos acessíveis e performance

A produção do Café com Pimenta ocorre em um ambiente envolto de tecnicidades, adaptações e novas descobertas quando os recursos de acessibilidade comunicacional são incorporados ao fazer jornalístico, quando a condução do apresentador confere o ritmo de toda a construção do programa, reformata a cena, sinaliza o enquadramento, estrutura as alterações na rotina. Desse modo, incorpora novas abordagens no roteiro, ou até mesmo

indicações técnicas de condução chamadas de 'rubricas' (anotações no roteiro, - script). Elas ocupam o campo esquerdo do roteiro e são imagens, ou mesmo efeitos que o editor vai inserir na ilha de edição, como num roteiro padrão de TV, mas com as instruções que a dinâmica acessível exige.

Temos um exemplo dessa condução quando as entrevistas ocorrem com ouvintes (pessoas que não surdas), a indicação de 'tela repartida' se tornou praticamente automática para o editor de imagens já que, além do convidado, o intérprete precisa estar visível todo o tempo, na 'segunda janela', para que os surdos entendam plenamente o que o entrevistado diz.

Para essa demanda, foi criada uma arte (janelas) de modo a solucionar a questão do intérprete. Quando o convidado é ouvinte, o intérprete necessita (no paralelo) passar tudo para a Libras, de modo que o apresentador entenda as respostas. Ao mesmo tempo, há um “off guia” traduzindo também de libras para o português para o convidado ouvinte.

19/11/14		Enilton	CAFE COM PIMENTA	evento?
			EPISÓDIO: RICHARD CARTER	RESPOSTA 3
			Para o Fork:	Inserts/Tela partida
			Material Gravação Estúdio:	Contras do Nelson
			Material Apoio:	S/S
ATT Produção				PERGUNTA 4
Precisamos:				4) Falando mais especificamente sobre Folclore: pra você, qual a importância dos contadores de histórias na educação das crianças?
- Fotos/imagens de Richard Carter sinalizando poemas e/ou contando histórias				RESPOSTA 4
- Imagens de DVDs dele				Inserts/Tela partida
- Fotos de infância e adolescência - estudante				Contras do Nelson
- Fotos dele com a família				Fotos/imagens de Richard contando histórias para crianças
- Fotos com mulher e filhos				S/S
- Fotos contando histórias para crianças				PERGUNTA 5
Vinheta abertura			TP1:	5) E quais são as suas primeiras impressões sobre o Brasil, além da cultura surda daqui?
Creditar:			Oia! Você gosta de Poesia? Então vai gostar do Programa de hoje! Nosso convidado é um poeta inglês surdo, que tem um rico perfil profissional: Richard Carter – o sinal dele é esse!	RESPOSTA 5
Nelson Pimenta				
Imagens e fotos de Richard				

Figura 11 - Imagem que apresenta um script do programa gravado com o entrevistado Richard Carter. Fonte: TV INES.

O recorte acima, do roteiro, demonstra o modelo padrão, que traz os indicativos apontados nas descrições anteriores, como no “Inserts/tela partida”. E, no caso da edição, outros encaminhamentos técnicos são adotados na hora que a produção vai realizar os cortes para o produto final.



O Deputado Federal Jean Wyllys conversa com Nelson Pimenta sobre seus projetos para o segundo mandato. Neste primeiro de dois episódios, o ex-campeão do Big Brother Brasil reforça o seu posicionamento em defesa dos direitos das minorias.



Duração: 00:26:06:14
 Ano:
 Produção:
 Categoria: [Café com Pimenta](#),
 Destaques
 Publicação: 10 de dezembro de 2014

Figura 12 - Entrevista com o deputado federal, Jean Wyllys. O enquadramento revela o cenário e a formatação, assim como o campo de atuação em que o intérprete possui durante as entrevistas e a condução em si dos processos. Fonte: TV INES.

Uma câmera num plano aberto apresenta o intérprete. Contudo, posteriormente, a angulação cobre a participação no programa. Ora é coadjuvante, ora auxilia no protagonismo, num processo de mediação.

“A diferença está no uso da língua de sinais, independentemente de ser ouvinte ou surdo. Quando o entrevistado é usuário de língua de sinais a interação acontece muito mais fluida por ser direta e sem a mediação do intérprete, que se faz totalmente indispensável no caso de entrevistados não usuários de língua de sinais”. (Nelson Pimenta, apresentador, 2015⁶⁰)

A produção do Café com Pimenta também explora os contraplanos do apresentador, ou seja: as reações dele na 'segunda janela', conforme o convidado vai falando ou sinalizando. Se for ouvinte e estiver falando, Nelson estará acompanhando a tradução simultânea do intérprete; se for surdo e estiver sinalizando, Nelson estará reagindo diretamente às expressões dele. No caso específico desta imagem abaixo (figura 13), com um recorte da gravação com o João Avião, a direção do programa optou que houvesse uma visualização da língua de sinais (comunicada por dois surdos), tanto do apresentador, como a reação do convidado. Partindo desses exemplos, podemos constatar que a incorporação da libras na fala de apresentação e

⁶⁰ Em entrevista à pesquisadora.

em toda a performance do Nelson. gera uma narrativa própria do programa, das entrevistas e de todo seu formato atual.



Nelson Pimenta conversa com João Paulo dos Santos Marinho, um alagoano que se tornou o primeiro surdo brasileiro a conquistar um brevê. Ele relata a sua luta para conquistar o direito de exercer a profissão de piloto, algo permitido a surdos nos EUA e na Europa, mas que no Brasil ainda depende de regulamentação.



Duração: 00:26:32:29

Ano: 2014

Produção:

Categoria: Café com Pimenta,

Destques

Figura 13 – Nelson Pimenta interage com João Paulo dos Santos Marinho, um alagoano que se tornou o primeiro surdo brasileiro a conquistar um brevê. Ele relata a sua luta para conquistar o direito de exercer a profissão de piloto, algo permitido a surdos nos EUA e na Europa, mas que no Brasil ainda depende de regulamentação. Fonte: TV INES.

De acordo com a pesquisadora Juliana Freire Gutmann⁶¹, “apesar de não se relacionar especificamente com o audiovisual, o conceito de performance desenvolvido por Paul Zumthor (2000) se impõe como um profícuo legado para os estudos da dimensão televisual do jornalismo”. Nessa amostra do Café com Pimenta, do seu tempo, sua condução, nos aponta um entendimento possível a respeito dos elementos visíveis no fluxo do programa e, especialmente, da performance do apresentador surdo que, de certo modo, “traduz” a informação para que acompanha o programa, estabelecendo vínculos com a audiência. “Um texto, ao ser performatizado por um corpo, incorpora marcas deste, as quais são atualizadas pelo receptor” (GUTMAN, 2014).

Nas produções televisuais, em geral, as performances são reconhecidas especificamente pelos sujeitos falantes (oralizados). Em uma produção como o Café com Pimenta, ocorre o investimento em um formato que possibilite uma relação com todos os interlocutores desse processo. E, nessa tentativa, a performance do surdo apresentador ganha fôlego, quando identificamos características e ambiências que marcam um protagonismo que é exercitado pelo corpos, textos, áudios e imagens.

⁶¹ GUTMANN, J.F. Entre tecnicidades e ritualidades: formas contemporâneas de performatização da notícia na televisão. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v14n28/v14n28a10.pdf>. Acesso em: 23/07/2015, às 16h.



Figura 14 – Narrativa da apresentação de Nelson Pimenta, enquanto o apresentador traz informações sobre a convidada, a tela divide-se em duas com imagens de apoio inseridas no roteiro. Fonte: TV INES.

Cada caso aporta elementos específicos para serem trabalhados, mas a diferença básica é que, no Café com Pimenta, temos a garantia da locução quando o convidado é surdo, além da presença do intérprete também quando o convidado é ouvinte. As estratégias pretendem tornar a comunicação mais fluida. Essa metodologia, desenvolvida com base nas vivências e rotinas de produção, representa uma engenhosa solução e pode ser uma das razões do sucesso do programa, pois explora, por completo, o diálogo no *talk show* e revela uma possibilidade de experimentação no campo da televisão acessível.

“As mudanças ocorreram principalmente no sentido de eu poder ficar mais à vontade e não tão preso ao roteiro inicial, como era no princípio. Portanto, atualmente as interações se dão de maneira mais completa e mais fluida”.
(Nelson Pimenta, apresentador, 2015⁶²)

Na figura número 19, abaixo, temos a distribuição das cadeiras no cenário: do apresentador, do convidado e do tradutor/intérprete. No canto do desenho, pode-se perceber o posicionamento das câmeras no estúdio. C1 (câmera um) fixa no intérprete; C2 no convidado; C3 é o plano geral do cenário; e C4 apontada no Nelson Pimenta (apresentador).

⁶² Em entrevista à pesquisadora.



Figura 15 – Foto de gravação com a disposição das quatro câmeras e posição de TV Visual para o apresentador. Fonte: TV INES.

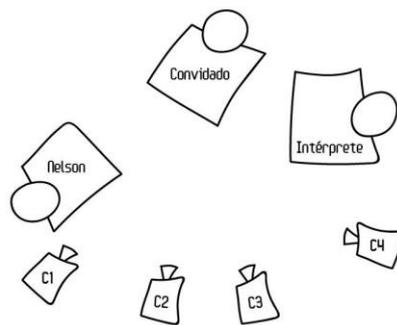


Figura 16 – Imagem ilustrativa da disposição do cenário para a gravação do programa *Café com Pimenta*, com direcionamento técnico. Fonte: arquivo pessoal.

Buscando essa interatividade desde a primeira “mirada” do programa, a vinheta de abertura introduz elementos que configuram a cidade do Rio de Janeiro e revelam o seu cotidiano, guiando o apresentador Nelson Pimenta até a sede da TV INES. Desse modo, ele é apresentado como um cidadão comum e o condutor da produção, o que reforça a ideia de estarmos diante de um *talk show* descontraído, dinâmico e bem-humorado. Tudo isso, estimula a imaginação do público, atraindo a audiência para o programa.

As linhas da mensagem televisiva tendem a comportar-se como materiais de um tecido. A comunicação televisiva intercepta uma espessa rede de hábitos mentais e resíduos culturais profundos. O visual estabelece, de fato, um jogo misterioso com o terreno da imaginação fantástica, do inconsciente e do sonho, cuja acumulação na memória, e nas histórias individuais, é preferencialmente visual (MARTÍN-BARBERO & REY, 2004, p.107).



Figura 17 – Sequência da vinheta de abertura do programa *Café com Pimenta*. Fonte: TV INES.

O cenário também busca compor um espaço para uma conversa cordial, transparecendo uma identidade visual autêntica, o lugar comum. Essa conjuntura de construção da notícia, evoca um ambiente de enunciação reconhecível pelo público telespectador e internautas (público em geral).



Figura 18 – Imagem espacial do programa *Café com Pimenta*. Fonte: TV INES.

O intérprete é também mediador da conversa, aquele que conduz a entrevista e o tema abordado através do seu corpo (aportando elementos significativos da língua gestual). Ele também tem sua performance reconhecida tanto junto ao apresentador quanto ao público e interage com toda equipe técnica que se faz presente, incluindo os cinegrafistas, que se reportam de acordo com os posicionamentos de câmera e alterações durante a gravação.

As interferências da direção, da produção e do roteirista na condução do processo podem ser compreendidas como momentos de mediação, tendo em vista que é realizado um “*making off*” de cada programa. Já o registro sonoro, ou via “*off guia*”, aporta outras inserções que podem trazer informações externas para o contexto do *Café com Pimenta*. Os enquadramentos funcionam como dispositivos indexadores de sentido, revelando efeitos de instantaneidade, simultaneidade, conversação e participação. Podemos considerar que todos

os profissionais envolvidos com a produção são protagonistas na composição do produto final.

CAFE COM PIMENTA — JASON JOHN I



Figura 19 – Imagem do apresentador falando sobre o entrevistado e, na janela ao lado, uma imagem de apoio dialogando com o contexto da entrevista (interações sobre o tema em questão). Fonte: TV INES.

“Em razão da intimidade familiar inerente à linguagem do vídeo, a figura do apresentador ou animador tem sido essencial à mensagem televisiva” (SODRÉ, 1984, p.60). A presença do apresentador surdo, que também é um ícone significativo, traduz uma performance: ele é o sujeito de fala, protagonista que nos remete a diversas representações simbólicas por sua trajetória e conhecimento. Em segundo plano, o entrevistado sendo surdo ou ouvinte estabelece um novo contato. Ambos sentem que vivenciam uma nova experiência, uma provocação, um despertar de sentidos.

Desse modo, emergem os questionamentos: Como me comporto? Há regras? Eu não sei libras, como vou interagir? E o público, vai entender? Indagações que são naturais ao primeiro contato, mas que se diluem no decorrer da gravação, ao ponto de ficar nítida a fluidez com o passar do tempo da entrevista e da conexão do entrevistado com o apresentador.

“As dificuldades me parecem ser circunstanciais e do cotidiano, nada relevante. Os desafios é que são muitos: especialmente o de trabalhar no sentido da construção de uma imagem positiva de um profissional surdo, pois infelizmente a sociedade em geral ainda vê os surdos como sujeitos de segunda categoria ou pessoas deficientes”. (Nelson Pimenta, apresentador, 2015⁶³).

Compondo esse cenário de elementos significativos, é importante trazer a contextualização do telejornalismo, que é configurado por elementos que historicamente se

⁶³ Em entrevista para a pesquisadora.

consolidaram como padrão. O pesquisador Umberto Eco (1987) compreende que a linguagem televisiva se expressa por meio de três códigos: (a) Icônico – O visual (imagens), percepções; (b) Linguístico - Língua escrita (palavras e frases); (c) Sonoro – Músicas, efeitos sonoros, sonoplastia, trilha, vinhetas. Diante dessa importante abordagem, também apresentada por outros teóricos e replicada na formação acadêmica, faz-se evidente que o contexto acessível não está representado.

A base, a língua, é entendida apenas através da representação de palavras (a oralidade do português, por exemplo), não atendendo à gama de signos fundamentais em outras línguas, como as gestuais, e às construções de composição audiovisual a partir da absorção dos elementos trazidos por estas, tendo-se como referência a prática integrada aos conteúdos com acessibilidade. Nesse sentido, a pesquisa aponta um conceito que acaba resgatando signos que remetem a essa experiência. “É preciso entender, antes de mais nada, que as transformações linguísticas não são fenômenos isolados na sociedade, mas sim o reflexo de uma situação social” (PRETI, 1992, p. 239). A dinâmica é fluida e a identificação vai acontecendo no decorrer da conversa, no reconhecimento dos elementos em cena, da experiência em si.



Figura 20 – Imagem de apresentação do programa do portal da TV. Fonte: TV INES.

O programa, assim como em toda grade da TV INES, tem a Libras como fio condutor do processo, em uma ambiência que traz representações, mas busca remeter a um espaço comum de comunicação, uma vez que a produção não é construída somente para surdos, mas para todo tipo de público. Segundo Sonia Livingstone e Peter Lunt (1994) os programas de *talk show* reconfiguraram o sentido dominante da esfera pública, permitindo que as pessoas comuns tivessem seus assuntos mais pessoais discutidos e esclarecidos.

[...] Eles trazem questões além do domínio privado do ambiente doméstico e do local, já que o telespectador é

também construído como cidadão, com um dever de ser informado acerca do mundo e de agir sobre ele. (LIVINGSTONE & LUNT, 1994, p. 38-39)

É preciso ter como prioridade, então, a absorção dessas práticas em sua dimensão mais densa, de multiplicação de elementos e sentidos. No produto final, percebe-se que o resultado caminha para algo que tende a ser completo, amplo e diverso na busca por atingir cada vez mais pessoas, respeitando suas singularidades e multiculturalismo.

3.6 TP Visual (teleprompter visual) – com a técnica do Glosinais

O apresentador Nelson Pimenta utiliza o mecanismo de tradução/interpretação na gravação do programa para gerar o roteiro no TP Visual, recurso mais conhecido como Glosinais. Essa técnica é utilizada por tradutores Surdos que, quando acessam a língua portuguesa em glosa, por meio de um teleprompter, sinalizam as mensagens em língua aporuguesada de sinais, o que gera a perda da essência da tradução da língua brasileira de sinais. A Glosinais requer a presença de uma tradutora na execução da atividade. Na TV Ines, ela fica atrás da câmera, na posição do cinegrafista. Ela faz a leitura do texto em língua portuguesa e repassa as informações para língua de sinais brasileira. Assim, o Surdo “reinterpreta” as mesmas informações com base na língua de sinais brasileira repassada pelo intérprete, como mostra a figura abaixo.



Simulação de gravação utilizando Glosinais para gerar o TP Visual

Figura 21 – Simulação de uma gravação utilizando a Glosinais para gerar o TV Visual. Fonte: retirada do artigo⁶⁴ com adaptações para essa pesquisa.

Como recurso interlíngual, que pode ser considerada como escrita do texto em Libras para o português possibilitando, assim, a tradução. “Trata-se de um tipo de tradução que pode acontecer, por exemplo, diante de câmeras de televisão, e conta com a presença de tradutores durante a execução de atividade tradutória” (SOUZA 2010, *apud* STONE, 2009, p. 90).

Por meio dela, é possível, para o leitor visual, provocar uma maior reflexão acerca de um tema, gerando a aquisição de conhecimentos. Os apresentadores e repórteres surdos da TV INES utilizam deste recurso para gerar maior interação com o tema e o conteúdo tanto na passagem do roteiro, quanto no momento da gravação.

“Primeiro recebo o roteiro básico por e-mail, falando quem será o entrevistado e as sugestões de questões para a entrevista. Depois, já no estúdio, converso com o intérprete sobre como será, em linhas gerais, a entrevista. Por fim, é feita a gravação da entrevista.” (Nelson Pimenta, apresentador, 2015⁶⁵)



Figura 22 – Gravação utilizando a Glosinais. Fonte: TV INES.

⁶⁴ CASTRO, Nelson. Introdução da Glosinais como ferramenta de tradução / interpretação das pessoas surdas brasileiras. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22338/22338.PDFXXvmi=HRILSp4Gu2Rt0iQUsZxO1LeEF0UbAW5iPr5IRaondhSdAJ94JISKu8pa8kJi r38T9QLjgaxx3M9MWdwG6hbeHln3l8macu5lmQGE1fd42nRZBpFIHRxpemtWvQ8lmd5K5Mp72Db4244Dt KmcCIDQJ7NfZWZma57gRxnUcA0eE4S9OfmrC0il87C84BufHDvzbTunuuDaAvjoLHRoIaLRin0m0vDHaah m5MLAhoKSU5hHMa6vkRnDgn1gUFZ5Pgr> . Acesso em 19 de maio de 2015, às 20h30.

⁶⁵ Em entrevista à pesquisadora.



Figura 23 – Gravação de uma externa do Programa Aula de Libras para visualizar a utilização do TV Visual em outras dinâmicas de jornalismo. Na ocasião, a assistente de gravação (à esquerda, sentada num banco), segura o computador onde o apresentador Heveraldo Ferreira⁶⁶ tem o suporte da Glosinais. Ao lado, com microfone, a intérprete grava o “off guia” com a locução do texto trabalhado durante a gravação, que auxiliará na edição. Fonte: Arquivo pessoal.

3.7 – Sobre os recursos de acessibilidade e sua nova roupagem com a língua gestual

Diante dessa narrativa audiovisual acessível, que passa pela garantia de aplicabilidades dos recursos de acessibilidade, cabe ressaltar, a disponibilização de *closed caption* (legendas ocultas), conforme determina a Lei nº 10.098/00, que estabelece prazos e responsabilidades na promoção do acesso aos portadores de deficiência auditiva a todos os canais de comunicação. Seguindo o que determina a legislação, a legenda oculta está presente na formatação das produções de toda TV INES desde o seu surgimento, em 2012.

No decorrer de 2014, todas as produções de legenda aberta na TV INES foram produzidas pela ACERP (somando 218 horas). Os serviços de legenda oculta são executados em programas ao vivo, pré-gravados, e em legendagem aberta, de acordo com padrão de legenda oculta da ABNT, sendo oferecidos três tipos de legenda: (a) Legenda oculta online – Produção de legenda oculta em tempo real. Uma ferramenta fundamental para possibilitar a legendagem de transmissões ao vivo, como telejornais, programas de auditório ou eventos esportivos; (b) Legenda oculta offline – Produção de legenda oculta para programas pré-gravados, com a transcrição em texto de todas as informações literais e não literais presentes na programação. (c) Legendagem aberta – Legendagem de toda a programação, de acordo

⁶⁶ Entrevista com apresentação o primeiro surdo a conseguir o registro profissional de apresentador no país. Segue entrevista no Programa café com Pimenta contanto essa trajetória de protagonismo na televisão brasileira: <http://tvines.com.br/?p=9657> . Acesso: 02 de junho de 2015, às 17h.

com o padrão de closed caption ABNT NBR 15290, com recursos informativos facilitadores que possibilitam a compreensão das informações por pessoas com dificuldade auditiva.

Diante da necessidade de um melhor entendimento sobre a aplicação destes recursos na vivência com a Libras, é importante apontar algumas especificações trazidas a partir dessa abordagem. Na metodologia baseada na tradução de línguas diversas para a legendagem, é usado um software de reconhecimento de voz, que gera o texto no idioma necessário para que aconteça a formatação desejada. A partir de entrevistas com a equipe técnica da gerência de acessibilidade da TV INES, coordenada por Alexandra Oliveira, foi possível entender os processos que originam a composição da legendagem com base na tradução dos conteúdos em vídeo e apresentação feita em Libras.

Assim como na rotina e acompanhamento da edição dos programas, é necessário respeitar e entender o tempo da Libras, uma vez que a gestualização tem um seu *delay* e isso pode, inclusive, ser preponderante na legendagem. Por mais que a tecnologia possibilite a produção textual com exatidão, o profissional que acompanha a edição deve ter a atenção para sincronizar a locução (a legenda), com referência no “áudio-guia” (gerado pela intérprete na edição do vídeo do programa), na marcação dos conteúdos.

O programa Café com Pimenta coloca em evidência as conversas improvisadas que também podem ser consideradas como marcas do gênero *talk show*. Em vários casos, elas fogem ao roteiro inicial proposto. Segundo apontam as integrantes da equipe da gerência de acessibilidade da Acerp, responsáveis pela condução e execução dos conteúdos de legendagem, a elaboração das legendas do Café com Pimenta passa por seis processos até que cada programa tenha condições de ser encaminhado para a equipe de produção e liberado para a hospedagem no site. São elas: (a) Avaliação do roteiro encaminhamento pela produção do programa (nesse material não consta exatamente todos os diálogos); (b) Locução para legendar um texto; (c) Revisão do texto; (d) Narração da legenda (que pode ser de 30 minutos a 4 horas) a depender do programa; (e) Armazenamento de material “online”, em rede, é compartilhado para que o editor tenha acesso; (f) Editor baixa a legenda com a marcação e insira no vídeo.

Ao recordar as etapas apontadas no processo de produção, temos a sequência: (a) Revisão do texto dos diálogos para a gravação da locução (versão para ouvintes, pois o

programa é bilíngue); (b) Texto é enviado para a legendagem; (c) após a gravação dos off's do programa, nova revisão; (d) Revisão final do texto da legendagem.

Analisar esses processos nos leva a entender que cada etapa obedece aos caminhos percorridos para produção do conteúdo final em vídeo apresentado no Café com Pimenta e demais programas⁶⁷ da TV INES. No ato da produção da legenda o conteúdo originado por meio do reconhecimento de voz (software), para produção dos textos, tem referência no áudio das gravações e indica a necessidade de gerar uma legenda mais próxima da Libras.

Portanto, é dada como certa a necessidade de consultoria de um surdo para a legendagem estabeleça contato direto com a linguagem de modo que esteja em total sintonia com a Libras. Constatamos que a presença de profissionais surdos editando, produzindo e, quem sabe, estudando comunicação, pode originar uma troca mais fecunda com os ouvintes e estimular uma interação positiva e construtiva.

Esse recorte técnico da legendagem aponta elementos que revelam a faceta da adaptação ou reconfiguração necessária para implementação dos recursos, que não passa somente pela habilidade operacional, mais atitudinal. A abertura para aprendizagem educativa com a vivência de língua que não está inserida no padrão comercial sinaliza as necessidades, abre um leque de possibilidades, mas também evidencia que serão necessários muito mais investimentos, pela TV INES para conseguir construir o campo da comunicação acessível.

3.8 - O Café com Pimenta no cenário da Multimídia

Quando analisamos o Café com Pimenta, percebemos a multimídia interligada com os “ingredientes” que compõem as práticas acessíveis. Ela acaba por construir uma informação com compatibilidade, complementaridade, ausência de redundância, hierarquização, ponderação e adaptação. Todas essas características se correlacionam quando tratamos de produções via multimeios. No caso do Café com Pimenta, temos todas as categorias acima relacionadas na produção e condução do programa.

O pesquisador Ramón Salaverría (2014) compreende que a web tem muitas potencialidades para a integração de formatos textuais, visuais e gráficos. Esses elementos, quando combinados, podem colaborar com a edificação de novas oportunidades de elaboração

⁶⁷ Disponível em: <http://acerp.org.br/projetos/tv-ines/> Acesso em 21/06/2015, às 16h.

das notícias de modo que a multiplicidade de janelas, navegadores e hipertextos poderão oferecer, ao público, oportunidades de vivenciar o contato com canais de comunicação mais acessíveis. Eles funcionarão, na web, de acordo com as demandas da audiência, que poderia optar por diversas formas de navegabilidade para poder acessar determinados conteúdos.

A relevância do conteúdo jornalístico transitando por possibilidades múltiplas, numa plataforma de convergências e interações, revela que é possível informar explorando todos os sentidos. Os meios e sentidos são indissociáveis para a construção de informação com acessibilidade. As peças de informação que recebemos, desde sempre, para nos comunicar, incorporam linguagens distintas, pois a televisão é multivisual e, nesse contexto, multisonora.

Para além das “interferências” técnicas e das potencialidades da multimídia para a produção de conteúdos, a atuação dos diversos mediadores que participam da produção do *Café com Pimenta* revela um campo amplo de atuação para os sujeitos inseridos na cultura surda como transmissores de uma mensagem (MARTÍN-BARBERO, 2007). Esses mediadores se descobrem, muitas vezes, na prática da comunicação acessível, como ocorre com os trabalhadores da TV INES: Os relatos abaixo ilustram bem essa realidade de aprendizagem, entre surdos e não surdos.

“É a primeira vez que trabalho com produção da área de acessibilidade, e a minha dificuldade é a comunicação com os surdos. Mas, temos os intérpretes e, com o corpo e a vontade de aprender com eles, acabamos nos entendendo e nos fazendo entender. Gosto muito de produzir o programa. Temos um surdo entrevistando várias pessoas com histórias e profissões diferentes, onde o foco principal é o assunto que traz benefícios e o bate-papo descontraído entre o apresentador Nelson Pimenta, que é surdo, e os convidados com histórias que nos inspiram.” (Márcio Jorge Maia, Produtor do *Café com Pimenta*, 2015⁶⁸)

“Trabalhei muitos anos com surdos na área educacional. A diferença é que, com TV, o público é mais amplo e os assuntos diversos. Particpei dos ensaios e atuei como intérprete para ‘off guia’, em três programas. Existe, às vezes, a dificuldade de entender que a LIBRAS é uma língua e que tem uma estrutura gramatical própria. Mas, na TV INES, percebo que isso é algo que não acontece muito. Cada programa tem uma rotina diferente. Alguns programas têm ensaio, outros recebemos o roteiro com antecedência. Depois, na gravação, fazemos a tradução do que o surdo está falando e esse ‘off guia’ é usado como suporte no momento de fazer a ‘decupagem’ do texto, na

⁶⁸ Em entrevista à pesquisadora.

edição do material, junto com o vídeo gravado”. (Daniela Abreu, Tradutor-Intérprete, 2015⁶⁹)

“Sou cinegrafista há 15 anos. Essa gravação é a primeira nessa experiência com surdos que já participei. É interessante ver uma TV que tem a acessibilidade como referência. A gente chega no estúdio e fica surpreso, o apresentador é surdo? Ele fala com as mãos? Ninguém avisa para gente antes, pois estamos em estúdios locados, com equipes que trabalham por escala. É diferente, mas depois de um tempo a gente se acostuma rápido. Os procedimentos não se alteram tanto, apenas a condução é diferente, a equipe de direção explica tudo e realizamos normalmente. É inovadora a proposta da pauta com esse tema mais educativo é muito bom aprender e conhecer trabalhando.” (Magno Ita Gomes, Cinegrafista freelance, 2015⁷⁰).

Reconhecemos, nos relatos das experiências, que os surdos apresentadores ou entrevistados estão conseguindo interagir com uma proposta acessível que, muitas vezes, está sendo desenvolvida por técnicos que vivenciam a riqueza de um trabalho inclusivo, no campo do telejornalismo, pela primeira vez. Sendo assim, as narrativas e formatos ainda fazem parte de um processo de experimentação, o que não diminui a sua legitimidade. A experimentação prima pela inclusão de todas as pessoas no universo da cultura surda, da cultura das pessoas com deficiência. Nesse sentido, a apropriação das técnicas de produção e o conhecimento da equipe do Café com Pimenta acerca das potencialidades que a multimídia pode proporcionar são preponderantes nesse processo.

Para esses sujeitos surdos, que historicamente estiveram excluídos da possibilidade real de exercer sua autonomia no mundo público da comunicação, a aprendizagem da técnica aparece como mais uma estratégia para publicizar suas causas independentemente dos meios que serão reunidos para isso. Os receptores são ativos e presentes, assim como mais exigentes em suas identidades, estilos, vocabulários. Os surdos e ouvintes, neste contexto, estão convocados a reconhecer esse formato de produção jornalística, em televisão, como uma experiência inédita que cruza linguagens para gerar autonomia.

Na tela, a vivência é inovadora para ambos: o surdo se identifica, se reconhece, dialoga, e o telespectador recebe uma provocação e, mesmo percebendo diferenças, encontra o seu lugar no cenário, que é ao lado, admitindo a importância do outro em sua autenticidade. A ruptura com o padrão faz emergir um campo de sintonia entre as novas práticas: fica

⁶⁹ Em entrevista à pesquisadora.

⁷⁰ Em entrevista à pesquisadora.

perceptível que não se trata apenas de efetivar a aplicabilidade de recursos de acessibilidade. Será necessário rever o modo de produção por completo. Segundo Dominique Wolton (2006, p. 20), “o fim das distâncias físicas, que revela a incrível extensão das distâncias culturais”. Se ontem, a identidade poderia configurar em um obstáculo à comunicação, hoje ela é a condição para o despertar de novas formas de mobilização social:

Como falamos de interpretações e sentidos também compartilhados reconhecemos a mobilização social como um ato de comunicação. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos. (TORO & WENEK, 1996, p. 5)

A produção de 28 minutos de programa como o Café com Pimenta expõe um diálogo entre uma pessoa que nunca se viu conversando com um surdo, ou ainda, entre uma audiência que nunca imaginou ter acesso a esse tipo de conteúdo, ou mesmo interagir com ele e compartilhá-lo. Também demonstra a experiência de um surdo que jamais imaginou trabalhar profissionalmente como apresentador, mediador de histórias com poder para socializá-las. Tudo isso demonstra que a proposta pode romper barreiras por meio dessas vivências entre surdos e ouvintes dispostos a ir além da troca de informações. Pessoas que se comunicam de fato.

A primeira sensação inicial que tive foi a diferença de público-alvo: enquanto que na TV aberta o roteirista usa toda a sua munição para atrair a atenção de um público que vive a overdose da Era da Informação (competimos com outros canais, com a Web, com as rádios, enfim, com todos os outros gêneros de entretenimento), na TV INES ficamos gratificados em sentir que estamos 'prestando um serviço' para um público sedento de informação. Ajudamos a preencher várias lacunas na educação desse público, tarefa que as escolas não conseguiram alcançar ao longo dos anos, seja por problemas estruturais, seja por problemas de cunho pessoal dos alunos. É muito gratificante ver nos olhos dos apresentadores o brilho do entendimento de cada novo conceito apresentado e compreendido. Quando isso acontece, temos a certeza de que estamos no caminho certo para atingir nosso objetivo junto a nosso público: promover a Comunicação. Acredito que o Café com Pimenta é um programa muito belo porque fala de superação. Cada entrevistado (seja surdo ou não) conta, das mais variadas maneiras, como é possível alcançar objetivos pessoais e profissionais, às vezes contra todas as expectativas. E acho que criar um ambiente onde o entrevistado se sente à vontade para gargalhar ou ir às lágrimas é um mérito, até

porque sabemos que é muito difícil se soltar com cinco câmeras ligadas em um ambiente 'frio' (com e sem trocadilho) como o de um estúdio de gravação. Além disso, temos conseguido manter um ótimo nível nos 'personagens' que temos levado ao programa (Enilton Rodrigues, jornalista e autor-roteirista do programa Café com Pimenta, 2015⁷¹).

3.9 – Quando a narrativa transmidiática é apropriada pela comunicação acessível

Diante da necessidade de compreender as rotinas de produção dos conteúdos acessíveis veiculados pelo programa Café com Pimenta se configura como fundamental analisar o trabalho sob a ótica das narrativas transmidiáticas, uma vez que temos uma produção que é disseminada por meio de múltiplas plataformas utilizadas como possibilidades de interação da audiência em ambientes acessíveis.



Figura 24 –Imagem dos ambientes de multiplataformas comunicacionais. Fonte: TV INES.

A produção de conteúdos pelo telejornalismo visa colaborar com a construção de uma imagem mais aproximada desse público para sociedade, bem como fortalecer a organização desses sujeitos em torno das suas demandas e necessidades de políticas públicas. Nesse contexto, os critérios para construção dessa notícia, produção, distribuição e consumo, levam em consideração que todas as etapas de estruturação do conteúdo precisam ser também acessíveis. Não é só a linguagem empregada, mas as metodologias e as tecnologias devem viabilizar um fazer jornalístico acessível para todos os públicos.

Quando o assunto é TV Pública, Arlindo Machado⁷² é enfático: “a TV brasileira seguiu o modelo Norte Americano de TV Comercial. Então, investimos pouco em TV

⁷¹ Em entrevista à pesquisadora.

⁷² Entrevista com Arlindo Machado no programa Sonhar TV, onde se reflete profundamente sobre a influência da Televisão na sociedade e sua importância como principal veículo de comunicação da segunda metade do século XX. A questão da audiência, interatividade, grade, expressão artística e censura são temas centrais da

Pública”. E complementa: “a TV pública deve ter como prioridade o investimento em novos formatos e a busca pela experimentação da linguagem, isto obrigaria uma renovação da programação da TV comercial”. A provocação do pesquisador tem relação direta com o trabalho realizado pela TV INES, que habita o universo do fazer “TV Pública” com o viés educativo e informativo em busca do comprometimento social. Em consequência, o Café com Pimenta desponta como um dispositivo de linguagem televisual com múltiplas ramificações de modo a atender ao interesse público e inserir a comunidade surda no campo comunicacional.



Figura 25 – Imagem das gravações em estúdio do Programa Café com Pimenta. Fonte: TV INES.

Nesta sequência acima, ilustrada por uma série de entrevistas no programa de *talk show*, é visível a alteração de rota quando o diálogo desenvolvido pela equipe de produção cria novos fios para que a comunicação aconteça. A equipe do programa está estudando a Libras e já consegue estabelecer um diálogo entre os surdos no cotidiano, isso é fundamental para compreensão e garantia da igualdade entre todos e a emergência do protagonismo dos produtores e demais profissionais surdos.

Eles revelam o ambiente de trabalho nas gravações, a experimentação e a interação entre a equipe de direção e de produção, e também possibilitam a visualização direta do formato do programa pelo seu público. Nesse momento, são exploradas técnicas de descontração e informalidade como sugere o gênero *talk show*. Nesse processo, a construção da notícia com viés educativo propõe um conteúdo que veste sua própria roupagem, utiliza os recursos que mais lhe representa e lança mão da convergência para facilitar ainda mais o acesso do público ao produto final.

entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2LSnVuSkrSc>. Acesso em 14 de março de 2015, às 23h.

CAFÉ COM PIMENTA — HEVERALDO FERREIRA



O professor e apresentador da Aula de Libras, Heveraldo Ferreira, é o convidado de Nelson Pimenta neste programa. Ele fala das dificuldades que enfrentou até o início da vida adulta, a falta de comunicação com a família e como conseguiu superar e terminar os estudos, chegando à faculdade e à TV, como um dos apresentadores da TV INES.



Duração: 00:28:14:04
Ano: 2015
Produção:
Categoria: Café com Pimenta,
Destaque:
Publicação: 22 de junho de 2015

Figura 26 – Imagem das gravações em estúdio do Programa Café com Pimenta. Fonte: TV INES.

A gravação descrita na imagem demonstra a interação exposta no Café com Pimenta e o espaço para a improvisação. Na entrevista, Heveraldo Ferreira mostra suas habilidades como passista de escola de samba e a tela deixa escapar, para o público, o entusiasmo da equipe de gravação durante a finalização do programa.

CAFÉ COM PIMENTA – VALDO NÓBREGA



Neste episódio, Nelson conversa com um colega de tempos, o professor e ator Valdo Nóbrega. Ele revela como equilibrou a carreira no magistério e os palcos e relembra diversos prêmios que ganhou pelo filme 'O resto é silêncio', de Paulo Halm, incluindo o Kikito de melhor ator de curtas em Gramado.



Duração: 00:28:04:06
Ano: 2015
Produção:
Categoria: Café com Pimenta,
Destaque:
Publicação: 15 de maio de 2015

Tags: ACERP, Café com Pimenta, Gramado, INES, Kikito, Libras, língua brasileira de sinais, O Resto é Silêncio, Paulo Halm, TV INES, Valdo Nóbrega

Figura 30 – Imagem das gravações em estúdio do Programa Café com Pimenta. Fonte: TV INES.

Neste segundo exemplo, também temos o recorte de uma imagem do final do programa, quando apresentador e entrevistado conversam sobre o aplicativo da TV INES, demonstrando, como pode acompanhar e interagir com a ferramenta. Sempre na despedida de cada produção, o Nelson Pimenta, o apresentador, convida a audiência a acompanhar as produções pela internet e demais canais. Dessa forma, as imagens e reforçam o caminho para

o consumo dos produtos. E cada produção estimula o público a continuar dialogando com a emissora por meio de diversas plataformas.

Assim como no padrão comercial, o novo contexto se aplica como critério de construção de notícia para consumo, quando as mensagens são formatadas com o objetivo de alcançar a manifestação do telespectador/internauta que não emergem, nesse modelo, como meros receptores. Há uma chamada, ao final de cada produção do Café com Pimenta, para que sua audiência ocupe o lugar de sujeito também na comunicação.

Por meio de tal iniciativa, a produção demonstra estar atenta às possíveis rotas de conexões desse consumo/interação/audiência. O Café com Pimenta aponta tentar um alcance pela produção em si, sua proposta educativa e acessível, mas o padrão para interatividade versus alcance ainda caracteriza uma configuração ancorada no esquema clássico, por meio das ações participativas na mensagem ou interface, quando os dois polos se tornam, de certa maneira, intercambiáveis.

Tendo em vista que a televisão convencional continua a ser a mídia mais poderosa do país e aporta um potencial que pode ser aproveitado por qualquer cidadão a TV INES também colabora para o crescimento da TV web e funciona como ambiente para experimentação de novas propostas de aplicação do seu conteúdo para smartphone e tablets, estes últimos, inclusive, já apropriados pelo Instituto INES como ferramenta pedagógica para seus alunos e professores.



Figura 28 – Imagem retirada do portal da TV INES. Fonte: TV INES.

Contudo, a elaboração de programas educativos para os surdos apesar de não poder ser classificada como exclusivamente do campo do entretenimento, precisa entreter para ensinar e formar. É necessário que essa produção seja não apenas acompanhada de Libras, mas pensada e avaliada por profissionais que atuam na educação de surdos. Portanto, montar uma

programação transmídia educativa voltada para o surdo requer uma equipe de profissionais multidisciplinar, que trabalhe essa produção por meio de várias óticas: a da comunicação, a da educação e da comunicação para educação do surdo. Além disso, com o desenvolvimento dessas tecnologias, os programas precisam ser estruturados de modo que possam transitar por diversas plataformas, o que exige adaptação a diferentes linguagens, sempre levando em consideração o ponto de vista da educação do surdo.

O que define efetivamente a narrativa transmidiática é o seu desenvolvimento em vários suportes eletrônicos, em textos que vão se expandindo com as diversas contribuições dos usuários/interatores. É que a narrativa transmidiática se fundamenta sobre os mesmos pilares da narrativa tradicional, no sentido de privilegiar o universo ficcional mesmo que ele tenha origem em acontecimentos reais. Ou seja, várias leituras da realidade podem ser reproduzidas pela ficção eletrônica, como fazem as telenovelas, as minisséries, os filmes” (FECHINI et al, 2013, p. 202).

É salutar avaliar como os itens necessários para a adaptação da transmissão, distribuição e produção ao novo padrão televisivo multimídia exigem a remodelagem dos serviços e produtos derivados, todos fornecidos pela ACERP, para que estejam de acordo com o paradigma delineado pela condutora da TV pública brasileira, TV Brasil. Ao analisar o trabalho de Scolari (2011), a pesquisadora Lorena Tárzia⁷³ (2011) destaca:

Há duas vertentes principais da narrativa transmídia neste contexto: (a) A história é contada através de vários meios e plataformas: ao contrário da narrativa monomidiática, ela começa em um meio e continua em outros. O relato aproveita o melhor de cada meio para se expandir; (b) Os prosumidores também colaboram na construção do mundo narrativo: ao relato gerado pelo emissor (de cima para baixo), deve-se somar a produção de baixo para cima, ou seja, a colaboração dos consumidores, agora convertidos em produtores.

Já Scolari defende que o jornalismo pode abrigar narrativas crossmídia:

Poderíamos dizer que o jornalismo cumpre as duas condições que caracterizam as narrativas crossmídia: estamos na presença de uma história que se conta através de vários meios (web, RSS, blogs, rádio, televisão, impresso etc.) e por sua vez é enriquecido com os aportes dos (blogs, comentários, tweets, chamadas telefônicas, cartas ao editor etc.) (SCOLARI, 2011).

⁷³ TARCIA, Lorena. Narrativa Transmídia em Jornalismo de Imersão e Newsgame. Disponível em: http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/9encontro/CL_97.pdf. Acesso em: 22/07/2015.

Para Fechine (2013),

Um conteúdo repercute ou reverbera o outro, colaborando para manter o interesse, o envolvimento e intervenção criativa do consumidor de mídias no universo proposto, agendando-o entre outros destinatários ou em outras instâncias, constituindo comunidades de interesses. Trata-se, muito frequentemente, de uma estratégia destinada a repercutir um universo ficcional em redes sociais na web ou fora dela, acionando o gosto dos consumidores por saberem mais sobre aquilo que consomem nas mídias. As estratégias de propagação são orientadas, no caso das telenovelas, por exemplo, pelo objetivo de reiterar e repercutir conteúdos das telenovelas entre plataformas, promovendo um circuito de retroalimentação de interesse e atenção entre eles (TV e internet, especialmente, no caso das telenovelas). Forma-se, desse modo, um ciclo sinérgico no qual um conteúdo chama atenção sobre o outro, acionando uma produção de sentido apoiada, em suma, nessa propagação por distintos meios de um determinado universo narrativo. (FECHINE et al, 2013, p. 3334)



Classificação de conteúdos televisivos transmídias
Fonte: Baseado em Fechine et al (2003)

Figura 29 – Classificação dos conteúdos televisivos transmídias. Fonte: Baseado em Fechine et al (2013)

Numa abordagem mais abrangente, cabe destacar que essa padronização da TV INES, é aplicada em toda a programação. O programa Café com Pimenta traz essa vivência jornalística em seu formato, mais um indicativo de exploração dessas ambiências na rotina de conteúdo do telejornalismo por meio da prática acessível. Indo além da produção em si, a plataforma também dispõe de um canal para inserção de vídeos colaborativos. Na página da web TV consta um formulário com instruções e parâmetros para o envio de produções independentes.



Figura 30 – Ambiente de envio de produções colaborativas. Fonte: TV INES.

Aplicando essa discussão à televisão, percebemos uma clara tendência em tentar equilibrar os variados níveis de interação. As experiências de digitalização televisiva encaminham não só o desenvolvimento tecnológico na interface do aparelho (com novos objetos virtuais de interação), como buscam, cada vez mais, superar a barreira entre os agentes (emissora-telespectadores/internautas) e oferecer maior intervenção dos mesmos nas informações. Segundo a pesquisadora Livia Cirne (2014), esse processo modifica completamente aquele diagrama padrão convencional da comunicação (emissor-mensagem-receptor):

- (1) reposicionando o estatuto do receptor, uma vez que ele pode agir ativamente no processo;
- (2) mudando a mensagem – que agora não é mais completamente fechada e pode ser recomposta ou reorganizada conforme a vontade do telespectador – e
- (3) alterando o papel do emissor, que tem a função de gerir uma variedade de novos serviços e conteúdos (SANTAELLA apud CIRNE, 2014).

Partindo dessa categorização, podemos avaliar que a proposta do Café com Pimenta, inserida no contexto do público surdo que acessa um canal de televisão via web e pode vir a ser um ambiente de construção social e educacional por parte da TV INES, também conferindo, ao seu público, status de protagonista nessa construção. A WebTV tem capacidade de abrigar produtos jornalísticos, culturais e educacionais em uma única plataforma e convocar esse público ao acesso crescente. Pessoas que estão conectadas pela cultura, têm necessidades semelhantes e se reconhecem nessas narrativas de interação pautadas no acionamento de competências de recepção. Pessoas que buscam sua legitimação social, condição para o intercâmbio de saberes, de histórias de vida, de lutas por reconhecimento.

CAPÍTULO 4 – DA CARTOGRAFIA DE UM CAMPO À ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO

A palavra se torna, cada vez mais, legenda da imagem. Regressamos a uma disposição dos “espaços de sentido” nos quais os elementos imagéticos ocupam uma porção crescente no todo. Mas o que sucede agora é algo novo: uma violência deliberada todos os lados primários da identidade e da coesão social produzidos por uma língua comum. (George Steiner)

Partimos, então, em busca do que denominamos de “cartografia⁷⁴ do conteúdo acessível”. Desse modo, poderemos rever, na raiz, as ramificações do campo dessa produção televisual. Esses mapas de aprendizagem também podem ser pensados como objetos estéticos, abertos por diferentes métodos, conectáveis e modificáveis, que se prestam a interpretações poéticas, incorporam valores culturais e crenças políticas ao figurarem e reconfigurarem o espaço, como definem Deleuze e Guatarri:

(...) o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social.” (DELEUZE, 1995, p.22).

O sentido da cartografia é de acompanhamento de percursos, com sua aplicação em processos de produção, conexões de rede ou rizomas.

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática um princípio inteiramente voltado para uma experiência ancorada no real. (DELEUZE, 1995, p.21)

O método cartográfico não tem regras a seguir, é um movimento concentrado na experiência, na localização de pistas e de signos do processo em curso. Portanto, no universo das práticas televisuais, como da TV INES, e do programa aqui pesquisado, o Café com Pimenta, podemos identificar tendências de uma produção que possibilita a conexão com vários segmentos da sociedade.

Para atingir esse conteúdo adaptável (formato multimidiático) e de interesse coletivo (consumo livre) se faz necessária a composição de uma equipe de profissionais com diversas

⁷⁴ A cartografia é a ciência que trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dos mapas.

visões: a da comunicação, a da educação e da tecnologia, neste caso, explorando a acessibilidade comunicacional. Essa interdisciplinaridade acaba por construir um modo operacional que também favorece a uma maior diversidade de conteúdos circulando.

Trata-se de uma produção que precisa “entre-ver meios e mediações, porque não há novos modos de perceber, ver, ouvir, ler, aprender novas linguagens, novas formas de expressão, de textualidade e escritura” (MARTIN-BARBERO e REY, 2004). Essa perspectiva enxerga que os suportes tecnológicos não são os únicos responsáveis pela qualificação do ambiente. São os intercâmbios e mediações proporcionadas por eles que transformam o espaço comunicacional e geram meios comunicativos.

(...) na técnica há novos modos de perceber, ouvir, ler, aprender novas linguagens, novas formas de expressão de textualidade e escritura. Um novo olhar que, por um lado, descobre a envergadura atual das hibridações entre a visualidade e a tecnicidade e, por outro, resgata as imagísticas como lugar de uma estratégica batalha cultural (MARTÍN - BARBERO e REY, 2004, p. 11).

Além disso, com o desenvolvimento dessas tecnologias, os programas precisam ser pensados para diversas plataformas, o que exige adaptação para diferentes linguagens, sempre levando em consideração o ponto de vista das pessoas com deficiência. Dessa maneira, o público dos meios de comunicação precisa reeducar seus sentidos para compreender que habita um contexto social que deveria colocar todas as pessoas em diálogo. Mesmo sabendo que as produções acessíveis não têm a pretensão de eliminar as lacunas e garantir uma completa assistência à complexidade das pessoas com deficiência em sua relação com a mídia, se faz necessária a incorporação de preceitos de usabilidade e de comunicabilidade que coloquem o maior número de pessoas em diálogo com os meios de comunicação.

Canavilhas e Santana (2011) analisam o conceito da plataforma como mídia móvel. Os pesquisadores indicam que as mudanças nas rotinas jornalísticas e nas relações com o público ocasionadas pelo advento da nova tecnologia apresentam seis características principais dos conteúdos jornalísticos produzidos com base nos elementos que compõe o webjornalismo: acessibilidade, instantaneidade, multimidialidade, hipertextualidade, interatividade e globalidade.

A acessibilidade diz respeito à capacidade de informar todos os públicos ou, pelo menos, tornar acessível a informação ao maior número de pessoas possível a qualquer hora, e de qualquer lugar, a partir da exploração das potencialidades das novas tecnologias pelo veículo de comunicação. Enquanto no webjornalismo se aspira a “uma multimidialidade por

integração, com conteúdos em funções complementares, no conteúdo móvel o ideal é um modelo acumulativo, com o mesmo conteúdo em diferentes formatos, adaptáveis a cada momento da recepção” (CANAVILHAS e SANTANA, 2011, p. 65). Ou seja: o jornalismo busca oferecer, ao público, o máximo de possibilidades de obter a informação (por diferentes formatos) atendendo ao momento de recepção.

É preciso considerar que a produção para as mídias (tradicionais, as novas e por si só a convergência entre ambas) não é mais importante, mas o uso crítico, informativo e responsável que se faz do material produzido, esse sim, reinventando e escoando por meio de infovias que possibilitam, inclusive, a interação entre produção e o seu uso social. Essas aprendizagens incluem naturalmente uma dimensão técnica, não separada da dimensão humana, que busque um aprofundamento que case o inovador com o político-simbólico, a representação fundamentada dos sujeitos, desde apresentação até o seu consumo final.

Os códigos e linguagens característicos da produção televisual no mundo atual devem abranger imagens, os sons, a informação e as redes e, mais amplamente, as formas de comunicação digital e interativa. Porém, a narrativa transmídia está um pouco distante da prática jornalística e de seus tradicionais reprodutores:

Percebemos que os jornalistas precisam estar preparados para o novo cenário da comunicação informativa. É necessário, além dos conhecimentos tradicionais, saber produzir conteúdos que tenham uma estrutura transmídia para que a sociedade contemporânea possa navegar pelas informações intertextuais modernas. Não é lógico reproduzir o mesmo modo de produção utilizado nos meios convencionais, replicando-o para os multimeios, especialmente quando estamos trabalhando em ambientes propícios à utilização de uma narrativa transmídia (RENÓ & FLORES, 2012, p.62).

Inúmeros estudos necessitam ser revisitados, a começar por uma revisão das teorias de comunicação, válidas para os antigos meios, mas pouco aplicáveis às configurações dos digitais atuais. Além disso, necessitamos mudar linguagens: são outros conteúdos, por outros meios, para outros públicos. Pessoas que conquistaram *status* de coautores, de participantes do processo comunicacional. Os “*new new media*”, como propõe Paul Levinson (2012), são compostos por ambientes participativos e retroalimentados pelos cidadãos. Esses atores são os seres-meios - como aponta Dan Gillmor (2005) - que produzem suas “notícias”.

Ainda segundo (RENO & FLORES, 2012), a diferença do jornalismo transmídia está na narrativa, que adota uma linguagem contemporânea onde a mobilidade e a liquidez de estruturas, ou seja, a interatividade, assumem papéis importantes como o de envolver e atrair o receptor para a interpretação participativa da mensagem, assim como para a sua transformação. Essa característica – a expansão da narrativa a partir da interatividade – é um dos pontos fundamentais que podemos perceber no programa Café com Pimenta.

No campo da acessibilidade, os recursos também evoluem na sua formatação tecnológica, os softwares (evoluem com ferramentas, gerando sempre mais possibilidades), mas é preciso abranger além de um suporte técnico. O aplicativo da TV, por exemplo, caminha para esse viés. O público tem acesso a todos os conteúdos o portal, assiste, compartilha nas redes sociais, envia link por e-mail, WhatsApp, por mensagem no Messenger, comentar, envia vídeo colaborativo. Tudo isso interage com outros produtos da própria Acerp que já desenvolve aplicativos de com visita guiada aos surdos por meio da utilização de tecnologias móveis conectadas aos canais da TV INES.

As múltiplas funções dos aparelhos e sua utilização transformam e ressignificam a produção de linguagens, narrativas e produtos. Do mesmo modo que no campo transmidiático, cada extensão possui seus elementos, na acessibilidade também é assim, ou seja, o texto para as redes sociais não pode ser o mesmo da apresentação na chamada do vídeo no portal. Assim como a transmissão via *streaming* não pode ser a mesma para gerar ou consumo *on demand*. Assim como a legenda não pode ser apenas um recurso capaz de ultrapassar sua função inicial, gerar textos e a audiodescrição não deve se limitar a ser mais um suporte descritivo para ilustrar elementos numa comunicação. Cada dispositivo vai além da sua função primordial numa narrativa transmidiática: estabelece conexões próprias e desenvolve formatações de acordo com a necessidade de cada público.

Por fim, são infinitas as possibilidades de se desenvolver narrativas com base no entendimento das interações necessárias para a comunicação acessível. E esse caminho passa pela interdisciplinaridade, criatividade, empoderamento do público para o acesso a ferramentas e tecnologias. Só assim teremos um produto com múltiplas possibilidades de consumo e intervenções.

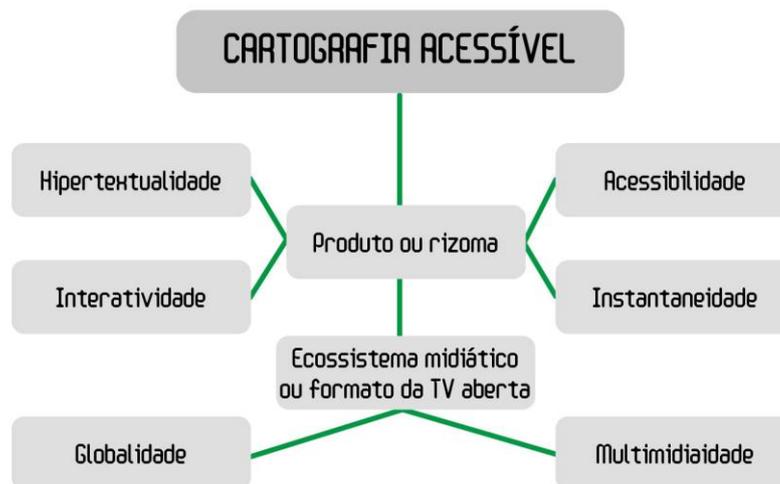


Figura 31 – Indicativos para elaboração e ações com conteúdos acessíveis. Fonte: arquivo pessoal.

4.1 – Da cartografia à remediação

Toda a cartografia é um processo de remediação. Por remediação (*remediation*) entende-se o processo de renovação de velhos conteúdos efetuado pelos novos meios. Ou seja, os novos meios de comunicação renovam (*refashion*) os conteúdos dos anteriores, permanecendo desta forma uma ligação entre novos e velhos meios (BOLTER; GRUSIN, 1999). O produto ou rizoma, no diagrama, sofre influências do ecossistema midiático (formato comercial), assim como das características do webjornalismo na plataforma como mídia móvel: acessibilidade, instantaneidade, multimidialidade, interatividade e hipertextualidade.

Para compreender a dinâmica de novos contextos narrativos, como a utilizada pelo o programa Café com Pimenta, faz-se necessário o reforço nos estudos de práticas que historicamente não se alimentaram de métodos tecnicistas, baseados em formatos comerciais para massificação. Experiências assim apontam que também através de aplicações educativas e interativas pode-se formar público para o mercado de produtos inclusivos.

O evolucionismo midiático também é colocado em xeque quando entram em cena novos componentes tecnológicos. Não se trata de acrescentar algo ao que já existia, mas utilizar tudo que existe, de forma diferente que já se utiliza habitualmente. Introduzir novos meios ou ambientes num ecossistema em permanente mudança. O aprendizado das

ferramentas, associado ao debate entre pessoas com deficiência e o universo da comunicação é imprescindível para que esses sujeitos possam compreender sua própria cultura surda em interação com as demais, em suas particularidades, de modo a vivenciá-la em comunhão. Quando temos o entrelace dessas culturas no campo comunicativo percebemos que as diferenças podem potencializar valores e sentidos.

Dessa maneira, os surdos e demais pessoas com deficiência passam a ampliar seu olhar diante da comunicação como uma poderosa estratégia política, uma forte aliada para a sua inclusão na sociedade. A combinação de técnicas, direitos, linguagens, expressões propiciadas pelos espaços de encontro que a pauta educacional trabalhada pela TV INES é a caixa de pandora que só será descoberta ao se pensar esse produto e sua capacidade de fomentar o direito humano à comunicação.

O interessante é compreender como, mesmo exercendo esses direitos, no trabalho do dia a dia, a TV INES e seus integrantes ainda demonstraram necessitar discutir esses conteúdos como forma de conscientizar os surdos e ouvintes para a importância da sua participação nas diversas mídias. São eles, os que produzem e partilham saberes e articulam, nacionalmente, suas redes de compartilhamento na defesa da Libras e difundem a cultura surda. Eles entendem a importância do debate mais conceitual sobre esse direito, que poderá ser discutido juntamente com os demais parceiros que atuam com a ACERP, MEC, TV Escola no trabalho cotidiano em eventos, seminários e encontros onde a cultura surda é colocada em evidência.

Na prática, são sujeitos que participam dos movimentos sociais, que militam em defesa dos direitos dessa população, proporcionando a partilha de visões de mundo e de sentidos para a organização do povo surdo. Descobrimos que eles, se sentem coparticipantes no ato de comunicar, de multiplicar informações com outros surdos de modo horizontal e passam a se perceber como ocupantes de outro lugar no mundo,

A tomada da comunicação como mais que um saber específico, tecnológico, desponta, ainda, como uma aliada do reconhecimento de cada um como parte de um processo maior que ultrapassa a utilização da internet. Trata-se de uma apropriação cidadã da comunicação não mais como mera ferramenta, mas como uma estratégia de ascensão social e de reconhecimento público desses sujeitos coletivos para além das margens do que se convencionou denominar de povo surdo.

Compreendemos, todavia, que as iniciativas com esse caráter, mesmo depois de processos de intensa troca, ainda são invisíveis. Elas não irão, isoladamente, transpor as barreiras da incomunicação, impostas a toda uma comunidade e uma cultura exilada e desconhecida de boa parte da população brasileira. Todavia, eles estão lutando, cotidianamente, junto com outros integrantes da cultura surda para sua saída de um silêncio permeado de significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mergulhar no universo da TV INES (programa Café com Pimenta), é grande desafio para uma ouvinte ainda muito “contaminada” com as “visões do outro sobre a cultura surda”, como diz Karin Strobel (2008). O mundo desses sujeitos é enigmático, atraente, repleto de significações e de criatividade. Na verdade, é cheio de processos de comunicação que configuram a “cultura de resistência” e/ou, ao mesmo tempo, “cultura de oposição”, nas palavras de John D.H. Downing (2003). Portanto, estar em contato com esta experiência televisiva é altamente enriquecedor para uma pesquisadora em formação.

Após a análise da experiência da TV INES foi possível concluir que a produção de um programa totalmente acessível envolve a incorporação de novos elementos ao fazer jornalístico para televisão. As rotinas de elaboração devem, para tanto, abranger especificidades tanto com relação às linguagens e narrativas, quanto para que a inclusão ocorra de modo a permitir que os sujeitos dessa comunicação (pessoas com deficiência) atuem como protagonistas do processo jornalístico, produtores e receptores ativos dos conteúdos. Contudo, esse ideal de protagonismo dos surdos exige que mudanças nas práticas diárias de construção de notícias. É imprescindível problematizar a padronização dos formatos comerciais, pois já temos diversos cenários que apontam para múltiplas atuações.

Uma das estratégias para o enfrentamento desse desafio pode ser associar as potencialidades abertas pelo uso da internet e dos dispositivos móveis para a mobilização de diversos públicos. Tudo isso, dialogando de modo operativo, com aspectos de interatividade que são próprios da plataforma televisual. Seguindo essa linha, os recursos e aplicações precisam ganhar uma nova roupagem. Ela passa, na maior parte das vezes, por adaptações que vão desde a conduta ética e profissional do jornalista/comunicador até por procedimentos técnicos e metodológicos para construir um ambiente de comunicação acessível.

Nesse cenário, a experiência da TV INES e, mais notadamente, do Café com Pimenta, nos leva a constatar que as narrativas televisuais não devem ficar presas aos formatos tradicionalmente difundidos. Podem e devem ousar transcender o modelo comercial. Com base nessa perspectiva, compreendemos que o jornalista necessita dominar ferramentas. Todavia, tal controle passa a ser secundário quando ele deve se preocupar em empreender uma linguagem diversificada para conferir tratamento informativo com qualidade e inovação

voltados para a abertura de espaços cada vez mais interativos e participativos para pessoas com deficiência.

Chegamos então às evidências de que a estratégia de endereçamento de conteúdo é um dos pontos-chave dessa comunicação acessível. Os dados revelam que, desde a sua estreia, a TV INES vem conquistando audiência por meio da distribuição do seu conteúdo por diferentes plataformas. Essa proposta também possui uma base educativa, que para além de propor a formação do público para o novo ambiente, também visualiza a multiplicação das produções como processo gradual e orgânico na medida em que as possibilidades de interação e de acesso são ampliadas por meio prospecção de parcerias junto a novos canais de distribuição do conteúdo produzido. A interação inicial, de surdo para surdo, é um ganho instantâneo, ao ter como consumidor, em primeira instância, o público do Instituto Ines, pela integração, com base na filosofia da comunidade surda: “nada sobre nós, sem nós” que justifica, na prática, o slogan: TV INES – Acessível Sempre.

Dentro da construção de notícia com base nos conteúdos acessíveis gerados pelo programa Café com Pimenta, o direcionamento é jornalístico. Assim como ocorre (nas produções comerciais), para TV aberta, o jornalista é um autor/produtor, submetido ao cotidiano de trabalho que contribui para definir o seu processo de produção, a alteração da rotina de acordo com percurso escolhido, com ou sem acessibilidade.

A mensagem é um produto socialmente produzido. Nesse sentido, entendemos que é preciso concentrar-se no processo de produção destas mensagens. Em outras palavras, se a notícia é um produto gerado por um processo historicamente condicionado o contexto social da produção e suas relações organizacionais, econômicas e culturais –, somente a análise desse processo vai permitir uma maior compreensão da realidade social do processo (Motta, 1995). É como se a multimídia resgatasse esse princípio básico de elaboração de uma notícia com os seus reais elementos, para o seu público real, em um contexto de produção que consiga interpretar, de modo mais fiel, uma conjuntura social, política e ideológica.

As rotinas de produção acessível em WebTV demandam, para além de um esforço técnico e tecnológico, a adoção de estratégias voltadas para que o conteúdo possa ser compreendido por diversos públicos. Desse modo, são necessárias experimentações também no campo das rotinas produtivas. O olhar precisa partir das salas, sejam elas de redação, da

organização social, da rua para a rua, de qualquer ponto. A teia precisa se reinventar para viabilizar a produção do conteúdo.

Nesse sentido, temos um processo pelo qual as mensagens existentes passam por uma série de decisões, filtros (*gates*) até chegarem ao destinatário ou consumidor. É dessa ótica que partimos: os filtros precisam decidir por outros caminhos que não sejam o da audiência por ela mesma, repensar um produto para gerar um alcance positivo, decidido por critérios de validação direcionados ao consumo consciente. Esse deve ser o princípio básico para comunicar neste mundo de visualidades. O mundo do “cada vez mais querer ver ‘ao vivo’ ‘na íntegra’” para poder crer, entender, socializar.

Nesse sentido, a cultura surda emerge como parte de um processo de utilização não instrumental das tecnologias para privilegiar vários lados da transmissão e recepção crítica da mensagem e o trabalho do Café com Pimenta desponta como uma estratégia de aproximação e compartilhamento de experiências em ambientes comunicacionais novos. Trata-se da produção de conteúdos que estimula o protagonismo da pessoa com deficiência, assim como sua integração em toda produção, seja na parte técnica, na reportagem ou apresentação dos programas. Eles passam a aprender fazendo, investigando e descobrindo as potencialidades de uma comunicação que não está atrelada unicamente à oralidade e ao mercado.

É nesse rico contato os surdos passam a existir enquanto mediadores no processo comunicacional, interagindo com consumidores que se surpreendem com a dinâmica apresentada. O ineditismo está para todos: pessoas com deficiência e demais interlocutores, uma vez que revela novas possibilidades de apreensão de conteúdos por meio de uma plataforma de WebTV acessível. Uma ação que aponta a possibilidade dos surdos em exercer um direito que, pela ausência de emissão de sons, ou da audição, foi interdita para eles. Durante as gravações, exibições e demais interações, o programa revela que é possível fazer “uma outra comunicação” que provoque quem estiver disposto a consumir.

Um outro ponto da conclusão da pesquisa é de que os integrantes do Café com Pimenta (TV INES), têm apropriação teórica de conceitos como o do “direito humano à comunicação” e exercitam esse direito no cotidiano de sua produção acessível. Como dizia Paulo Freire (1983), a teoria, sem a práxis não tem sentido, bem como, a práxis sem a reflexão fica esvaziada de significado. Quando tentam descobrir quem são, como fazem seu trabalho e os usos sociais que estão dando ao que apreendem na TV, eles interagem com ambientes

repletos de um silêncio que não significa isolamento. Traduzem uma profunda comunhão entre surdos que estão lutando pelo seu reconhecimento social e político e, não apenas, quando incorporam um personagem no programa (seu local de trabalho).

Outra constatação é de que eles “são” mediadores. Não “estão” mediadores. Desenvolveram essa habilidade com a integração à proposta com abertura para novos horizontes que o projeto proporcionou em suas existências. Todavia, a aprendizagem, desses sujeitos é contínua, um processo de mútuas descobertas. Conviver com a experiência do Café com Pimenta é reconhecer que o exercício do direito humano à comunicação não pode se restringir à ocupação de um lugar convencional e oralizado de fala, de voz na sociedade. É preciso que esse direito esteja para além dos limites do que a mídia hegemônica é capaz de alcançar. Somente dessa forma a comunicação será dialógica e plena em sua diversidade de conteúdos e de sujeitos que estarão em contato, em compartilhamento.

Dessa maneira, propostas que buscam desenvolvimento de ações entre jornalismo e acessibilidade, por meio do webjornalismo nos leva a perceber que a ação comunicativa pode romper barreiras econômicas e políticas. Sobretudo, quando observamos o grande contingente de pessoas com deficiência que ainda vive em incomunicação. Muitas vezes, esse estado não se dá, apenas, pela ausência de possibilidades de conhecimento sobre ferramentas, ou pela solidão de quem sobrevive atomizado. É quase imposto por um modo de sociabilidade que padroniza formatos, exalta o consumo e exclui o “diferente”. A saída, desses sujeitos, dos guetos para uma posição protagonismo em uma cultura de resistência como os surdos organizados, de acordo com os dados coletados por esse estudo, requer uma reconfiguração urgente do próprio sentido da palavra comunicação.

Portanto, a realização desse trabalho de pesquisa poderá colaborar, ainda, com a instituição de um campo de estudos que estimulem novas análises acerca das interfaces entre a produção jornalística televisiva, as pessoas com deficiência e os direitos humanos no Brasil. Trabalhos esses, que demonstrem onde a articulação entre acessibilidade e convergência pode garantir a apropriação das pessoas com deficiência à internet. Neste caso, não se trata de “reinventar” o jornalismo por meio da acessibilidade, mas talvez a inclusão, assim como outros contextos sociais, sejam uma “desculpa”, para que através do ciberespaço se possa recuperar os princípios do jornalismo, degenerados ao longo de sua exploração comercial. E

assim, pelos formatos educativos, construir um caminho de maior integridade, ética e profissionalismo.

Iniciativas que possam inspirar a aplicabilidade de leis que possibilitem o enfrentamento às barreiras sociais impostas a esses sujeitos coletivos que lutam por políticas públicas que estabeleçam regras básicas de inclusão para a população brasileira.

Vivemos em plena “cultura da convergência”, no âmbito de uma “sociedade midiaticizada, imersa em processos comunicacionais engendrados por meio de teias, fios, aplicativos, plataformas e dispositivos móveis que alimentam e são alimentados por uma “cultura digital”. Essa é a sociedade brasileira, onde boa parte da população navega nas ondas da cibercultura e a quase totalidade das pessoas com deficiência ainda não tem o pleno acesso à informação por meio do rádio e da TV aberta do país.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, E & Guallar, J. (2010). **Prensa digital y bibliotecas**. Gijon: Trea.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARRETO, Virgínia Sá. **Comunidades simbólicas: identificação imaginária, pactos e vínculos em telejornalismo**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation**. Understanding New Media. Cambridge: The MIT Press, 1999. 295 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Texto promulgado em outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata da 7ª Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas. Brasília, 2007**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2015.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Follo Masucci, 1969.
- CANAVILHAS, J. & SANTANA, D. (2011). **Jornalismo para plataformas móveis de 2008 a 2011: da autonomia à emancipação**. Líbero. São Paulo, v.14, n.28, pp. 53-66
- CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Um conceito para todos**, São Paulo: [s.n.], 2008. Acesso em: 20 jun. 2014.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CERTIC. **Centro de Engenharia de Reabilitação em Tecnologias de Informação e Comunicação**. 2005. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.net/web/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- CONNELL, B. R.; JONES, M.; MACE, R. *et al.* **The Principles of Universal Design**, Version 2.0. 1997. Raleigh, The Center for Universal Design, NC: North Carolina 'State University. Disponível em: <http://www.design.ncsu.edu:8120/cud/univ_design/princ_overview.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- Claudia Lago, Marcia Benetti. **Metodologia de pesquisa em jornalismo** - Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. - (Coleção Fazer Jornalismo).

- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs**, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ECO, U. **Lector in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- Furio Colombo apud Jesús Martín Barbero & Germán Rey; **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Editora Senac São Paulo, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FECHINE, Yvana. **Televisão transmídia: conceituações em torno de novas estratégias e práticas interacionais da TV**. Anais do XXII Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação). Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2013.
- GALEANO, Eduardo. **A Caminho da Sociedade da Incomunicação?** In: MORAES, Dênis (Org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 149-154.
- GEORGE, Eric. **Elementos de reflexão sobre a dimensão sociologia do ponto de vista da economia política da comunicação e da teoria das indústrias culturais**. *Revista de economia política de las tecnologías de la información y comunicación*, v.7, n. 5, may.-aug, 2005.
- GILMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como Direito Humano: Um Conceito em Construção**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf. Acesso em 16 junho 2015, às 20h.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GRAUPP, H.; GLADSTONE, K.; RUNDLE, C. (2003). “**Accessibility, Usability and Cognitive Considerations in Evaluating Systems with Users who are Blind**”. In: Stephanidis, C. (ed.), *Universal Access in HCI: Inclusive Design in Information Society*, Vol. 4, Crete, 22-27, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 1280-1284.
- GUTMANN, J.F. **Entre tecnicidades e ritualidades: formas contemporâneas de performatização da notícia na televisão**. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 28, p. 108-120, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014216654>
- IANONI, Marcus. **Sobre o quarto e o quinto poderes**. In: <www.intervozes.org.br/artigos/ianoni.pdf>. Acesso em: 17 dez de 2014.
- Informativo INTERVOZES, Nov. 2007. Disponível em http://www.intervozes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/revista_concessoes_web.pdf. Acesso em 24 jan 2015.

JENKINS, H. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide**. Nova York: NYU Press, 2006.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Levinson, Paul (2012). **New new media**. Nova Iorque: Pinguim.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política**. In.: Revista Adusp. Janeiro, 2008, número 42, pp. 26-33.

Lima, 2011:7; Lima e Tavares, 2010). ” Apud Lima, 2013 (**Revista Brasileira de Tradução Visual**, acesso: www.rbtv.associadosdainclusao.com.br).

LIVINGSTONE, Sonia M.; LUNT, Peter. **Talk on television: audience participation and public debate**. London: Routledge, 1994.

MACHADO, F. O. **Acessibilidade na Televisão Digital: Estudo para uma Política de Audiodescrição na Televisão Brasileira**. 2011. Dissertação (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, Bauru. 2011. Disponível em:. Acesso em: 17 out. 2011.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

MARTÍN-BARBERO, J. **América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social**. In: SOUZA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito: o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 39-68.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. **Pistas para entre-ver meios e mediações**. In: _____. **Dos meios às mediações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Tecnicidades, identidades, alteridades: desubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo**. In: MORAES, Denis de. **Sociedad Mediatizada**. Barcelona: Gedisa, 2007. p. 69-98.

_____. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. **Ofício de Cartógrafo: travessias latinoamericanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Paul Zumthor. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

PERUZZO, Cicilia M.Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação, pressupostos epistemológicos e metodológicos**. Anais do 26. Congresso

Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom].

Pereira, Lívia Cirne de Azevêdo **Repensando o telejornalismo a partir da digitalização da TV**: em busca de formatos interativos. Recife: 2014.

PRETI, Dino. **A linguagem da TV: O impasse entre o falado e o escrito**, in NOVAES, Adauto (org.), Rede Imaginária: Televisão e Democracia. São Paulo: Cia. Das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 232-9.

RENÓ, Denis; FLORES, Jesús. **Periodismo transmedia**. Madrid: Fragua Editorial, 2012. PP 81-108.

Romeu Kazumi Sasaki, **Mídia e deficiência** / Veet Vivarta, coordenação. – Brasília: Andi ; Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf . Acesso em 28 de abril de 2015.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sá, Nídia Regina. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SALAVERRÍA, Ramón. **Multimedialidade: Informar para cinco sentidos**. In CANAVILHAS, João (org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SCOLARI, C. A. **Transmedia storytelling**: más allá de la ficción. 2011. Disponível em: <http://hipermediaciones.com/2011/04/10/transmedia-storytellingmas-alla-de-la-ficcion/>. Acesso em: 14 jul. 2015.º

SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. **Sociedade da informação**: um tema de tod@s. Rio de Janeiro: Rits, 2004.

SOUSA, Mauro Wilton. **Recepção e comunicação: a busca do sujeito**. In:____ (Org.). Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SOUSA, M. W. **Sujeito, o Lado Oculto do Receptor**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

SOUZA, S. X. **Performances de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras Libras**. Dissertação. Estudos de Tradução. UFSC: Florianópolis. 2010.

SODRÉ, Muniz. **Eticidade, campo comunicacional e midiaticização**. In: MORAES, Dênis de. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Maud, 2006. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala** – função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

TARCIA, Lorena. **Narrativa Transmídia em Jornalismo de Imersão e Newsgame**. Disponível em: http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL_97.pdf. Acesso em: 22/07/2015.

TORO, Bernardo & WERNECK, Nísia. “**Mobilização Social – Um modo de construir a democracia e a participação**”. UNICEF, Brasil, 1996. Disponível em: http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf. Acesso em: 24/01/2015, às 19h.

VEIGA-NETO, A. **Michel Foucault e os estudos culturais**. In: COSTA, M. V. (org.). **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 37-66.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Lisboa: Difel, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 3ªed. Lisboa: Presença, 1994.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença. 1987. 247 p.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

GLOSÁRIO

AUDIODESCRIÇÃO – É a uma faixa narrativa adicional para os cegos e deficientes visuais consumidores de meios de comunicação visual, onde se incluem a televisão e o cinema, a dança, a ópera e as artes visuais.

ANDROID - o nome do sistema operacional baseado em Linux que opera em celulares (smartphones), netbooks e tablets

BILÍNGUE - que fala duas línguas

BRAILE – É um sistema de leitura com o tato para cegos

CENSO - O censo ou recenseamento demográfico é um “retrato” da população que mostra quem são, onde estão e como vivem os habitantes de determinada nação.

CLOSED CAPTION - Legenda oculta, também conhecida pela sigla CC, é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão.

COMSCORE - é uma companhia líder em tecnologia de internet

DESENHO UNIVERSAL - instrumento privilegiado para a concretização da acessibilidade, por extensão, de promoção da inclusão social

iOS - é um sistema operacional móvel da Apple

LSB – janela de LIBRAS

MAKING OF - se refere ao vídeo, ou documentário, que retrata como uma obra audiovisual foi feita, que revela os seus bastidores.

NIELSEN - Maior empresa de pesquisa sobre consumo e audiência de TV

OFF GUIA – Áudio da gravação para se utilizada como apoio no roteiro para editar alguma produção com acessibilidade.

SD - Televisão de definição padrão, também conhecida como SDTV ou standard-definition television (em inglês)

SLOGAN - palavra ou frase curta e de fácil memorização, usada com frequência em propaganda comercial

SOFTWARE – é a parte lógica do computador, ou seja, os programas.

STAR ONE C1 – É um satélite artificial de comunicação geoestacionário brasileiro

STREAMING - transmissão ao vivo de dados através da internet

TECNOLOGIA ASSISTIVA (Uma gama de recursos e serviços que favorecem ou auxiliam na independência, na inclusão e na qualidade de vida, essa tecnologia faz com que a pessoa com deficiência tenha acesso ao computador, a comunicação, a mobilidade e as tarefas do cotidiano.

TALK SHOW – É um género de programa televisivo ou radialístico

TV ABERTA – É como são chamados os canais de televisão gratuitos. Receberam essa denominação depois da chegada da televisão por assinatura

APÊNDICE A

Questionário TV INES - Programa Café com Pimenta

Este questionário é um instrumento de coleta de dados da pesquisa intitulada “Meios e Linguagens Acessíveis: Um estudo sobre a produção jornalística do Programa Café com Pimenta - TV INES”, que está sendo realizada por Jonara Medeiros Siqueira aluna do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. O trabalho é uma investigação na área de Jornalismo e Acessibilidade. As informações aqui disponibilizadas serão usadas para cunho científico. Assim, somente divulgadas, com a autorização da instituição e profissionais participantes.

*Obrigatório

Nome completo *

Idade? *

Qual sua formação? *

- Jornalista
- Rádio e TV
- Cinegrafista
- Produtor
- Intérprete
- Professor
- Outro:

Quanto tempo de formação? *

É a sua primeira experiência de trabalho numa TV? *

- Sim
- Não
- Outro:

1. Como apresentador no Café com Pimenta, conte um pouco foi esse contato inicial para pensar o programa, sua condição como apresentador, relate sua experiência.
2. Descreva a sua rotina de trabalho, falando cada processo como um passo a passo.
3. Fale qual a diferença entre uma TV aberta (comercial) e a TV INES.
4. Existe alguma dificuldade específica quando o seu entrevistado é um ouvinte? Fale um pouco.
5. Como você avalia a mediação feita pelos intérpretes? Existe algum impasse no diálogo? Acontece de os surdos sentirem diferença na tradução feita por estes profissionais? Fale um pouco sobre essa vivência.
6. Você utiliza um telepromter (TP VISUAL) com gravações dos ensaios, fale dessa dinâmica criada por vocês, descreva como ela acontece.
7. Desde o primeiro Café com Pimenta, quais foram as alterações que vocês sofreram durante todo esse período? Relate esse percurso.
8. Existe algum recurso técnico, na cenografia, na direção, roteiro ou produção que é inédito? E que talvez não aconteça em outro programa da TV? Se sim, fale um pouco.
9. Na sua atividade, quais são as dificuldades ou desafios, fale um pouco.
10. Qual sua opinião sobre o Programa Café com Pimenta hoje?
11. E o trabalho realizado pela TV INES, como você avalia o resultado geral?
12. A ligação direta que existe entre a TV INES e o Instituto INES, ajuda na produção da TV? Como você avalia essa construção coletiva?

13. A TV INES é uma WebTV, como você avalia o consumo dela através da internet? E o aplicativo, o que você acha?

14. A chegada da TV INES na NBR e, talvez, outros espaços... muda a relação do público ao consumir, como você avalia a audiência?

15. Você gostaria de relatar mais alguma questão?